



RELATÓRIO DE
MONITORAMENTO

AGENDA RIO 2030

NOVEMBRO
2021



CASA

FLUMINENSE





RELATÓRIO DE
MONITORAMENTO

AGENDA RIO 2030

NOVEMBRO
2021

CASA

FLUMINENSE



FICHA TÉCNICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Relatório de monitoramento Agenda Rio 2030 /
[organização] Casa Fluminense ... [et. al.]. --
Rio de Janeiro : Associação Casa Fluminense,
2021. -- (Agenda Rio 2030)

Outros organizadores: Ford Foundation, Open
Society, Instituto Unibanco, MariFlor Rocha,
Arthures Garcia
ISBN 978-65-994570-6-7

1. Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável
2. Democracia 3. Desenvolvimento econômico 4. Gestão
pública 5. Mobilidade 6. Meio ambiente 7. Rio de
Janeiro (RJ) - Condições sociais 8. Rio de Janeiro
(RJ) - Desenvolvimento sustentável 9. Organizações da
sociedade civil - Brasil I. Casa Fluminense.
II. Ford Foundation. III. Open Society. IV. Instituto
Unibanco. V. Rocha, MariFlor. VI. Garcia, Arthures.
VII. Série.

21-87134

CDD-330.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Sustentabilidade econômica da sociedade :
Economia 330.9

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



PUBLICAÇÃO

Associação Casa Fluminense

APOIO | Fundação Ford | Instituto Clima e Sociedade | Instituto Unibanco | Open Society Foundation

COORDENAÇÃO | Claudia Cruz | Fabiana Silva

ASSESSORIA | Jennifer Dias | Lennon Medeiros | Lucas Martins | Luize Sampaio

PESQUISA | Bruna Tainá Rodrigues | Hugo Satiro

EDIÇÃO | Henrique Silveira | Larissa Amorim | Taynara Cabral | Vitor Mihessen

REVISÃO | Mariflor Rocha

IDENTIDADE VISUAL PROJETO GRÁFICO | Arthures Garcia

AGRADECIMENTOS | Autores e autoras convidadas das Agendas Locais e da Rede da Casa Fluminense

ENTREVISTAS | Andressa Garcia | Aparecida de Fátima da Silva | Fabiana Silva | Lidia da Silva Moreira Santos

CASA FLUMINENSE

COORDENAÇÃO GERAL | Henrique Silveira

COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES | Taty Maria | Larissa Cunha | Letícia Marinho

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO | Larissa Amorim | Luize Sampaio | Taynara Cabral | Rahzel Alec

COORDENAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO | Fabiana Silva | Jennifer Dias | Lennon Medeiros

COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO | Claudia Cruz | Lucas Martins

COORDENAÇÃO EXECUTIVA | Vitor Mihessen

IMAGENS:

CAPA | Elisângela Leite, Brenno Carvalho, Laís Dantas, Larissa Amorim, Yan Carpenter, Ian Cheibub

FICHA TÉCNICA | Laís Dantas

APRESENTAÇÃO | Larissa Amorim, Brenno Carvalho

SUMÁRIO | Larissa Amorim

CAP 1 | AF Rodrigues

CAP 2 | Lethicia Amâncio

CAP 3 | Brenno Carvalho

CAP 4 | Larissa Amorim

CAP 5 | AF Rodrigues

CAP 6 | Elisângela Leite

CAP 7 | Igor Freitas

CAP 8 | Elisângela Leite

CAP 9 | Laís Dantas

CAP 10 | AF Rodrigues

SUMÁRIO

- 4 • FICHA TÉCNICA**
- 6 • SUMÁRIO**
- 9 • APRESENTAÇÃO**
- 12 • HABITAÇÃO**
- 13 • 1.1** O drama habitacional no Rio de Janeiro
- 18 • 1.2** O Brasil é uma eterna ocupação
- 20 • 1.3** A necessidade habitacional na Região Metropolitana ultrapassou os dois milhões de domicílios
- 22 • 1.4** Habitar para além do morar: a luta por um Parque Urbano Ecológico em Realengo - *Marcele Oliveira*, Agenda Realengo 2030
- 28 • 1.5** A urgência da moradia - *Felipe Nin*
- 32 • EMPREGO**
- 33 • 2.1** O desemprego estrutural no estado do Rio de Janeiro
- 37 • 2.2** Economia Popular Solidária
- 40 • 2.3** Saldo negativo: de janeiro de 2020 a julho de 2021, Região Metropolitana perdeu 58 mil vagas formais
- 43 • 2.4** Para Santa Cruz, a desigualdade de oportunidades também tem CEP - *Jessica Lopes e Mariana Xavier*, Plano Santa Cruz 2030
- 45 • 2.5** Região Metropolitana: crise, emprego e alternativas - *Mauro Osório e Henrique Rabelo*
- 48 • TRANSPORTE**
- 49 • 3.1** A situação do transporte na Região Metropolitana do Rio de Janeiro
- 53 • 3.2** Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e a acessibilidade nos trens da Região Metropolitana
- 57 • 3.3** Dos 22 municípios da RMRJ, 20 não possuem planos de mobilidade finalizados e leis de regulamentação
- 60 • 3.4** Queimados é uma cidade partida ao meio - entrevista com *Andressa Garcia*, Agenda Queimados 2030
- 62 • 3.5** Colapso do transporte no Rio precisa ser revertido com Política Pública e Participação Social - *Rafael Calabria*
- 66 • SEGURANÇA**
- 67 • 4.1** Letalidade policial, racismo estrutural e chacinas na RMRJ: uma história de dor e ausência de justiça para as vítimas
- 71 • 4.2** ADPF 635: a incidência política das favelas
- 74 • 4.3** Três em quatro mortes por letalidade violenta ocorreram na RMRJ, em 2020

- 76 • 4.4** A dor das famílias e o que deve ser feito por elas: justiça, reparação e memória em Caxias - entrevista com *Lidia da Silva Moreira Santos*, avó das meninas Emily e Rebecca, pela Agenda Caxias 2030
- 80 • 4.5** Segurança pública resumida à morte: os anos Witzel e Castro - *Pablo Nunes*
- 84 • SANEAMENTO**
- 85 • 5.1** Um histórico de exclusão e racismo ambiental
- 92 • 5.2** Crimes ambientais e seus impactos na RMRJ: o caso do aterramento do Campo do Bomba
- 96 • 5.3** Em 13 municípios da RMRJ, menos de 10% da população é atendida com coleta e tratamento de esgoto
- 98 • 5.4** Saneamento na Maré ontem, hoje e amanhã - *Vinicius Lopes*, Carta de Saneamento da Maré 2030
- 101 • 5.5** Gestão democrática da água e do saneamento no Rio de Janeiro: desafios postos pela concessão da Cedae à iniciativa privada - *Caroline Rodrigues*
- 106 • SAÚDE**
- 107 • 6.1** Atenção Básica: a porta de entrada do SUS está aberta para todes?
- 114 • 6.2** Os diferentes níveis de atenção e complexidade na RMRJ
- 118 • 6.3** Em cinco anos, dez municípios da RMRJ perderam capacidade de atendimento na Atenção Básica
- 121 • 6.4** Entre o Rio Pavuna e a Linha Vermelha, Parque das Missões luta contra a insegurança alimentar - entrevista com *Fabiana Silva*, do Apadrinhe um Sorriso pela Agenda Caxias 2030
- 124 • 6.5** Violência obstétrica no SUS: a urgência da abordagem interseccional para a redução da mortalidade materna - *Emanuelle Goés*
- 128 • EDUCAÇÃO**
- 129 • 7.1** Educação pública como direito universal e os desafios no combate à evasão escolar
- 136 • 7.2** No Sudeste, Rio de Janeiro tem a pior taxa de escolarização de 0 a 3 anos.
- 140 • 7.3** Na Região Metropolitana, 14 dos 22 municípios não alcançaram a meta do IDEB para os anos iniciais do Ensino Fundamental nos últimos três anos
- 143 • 7.4** Na Vila Kennedy, a desigualdade afeta o que a gente enxerga no horizonte - *Debora Pio*, Agenda Vila Kennedy 2030

- 146 • 7.5** Por um pacto pela aprendizagem no Rio de Janeiro - *João Pedro Martins*
- 150 • CULTURA**
- 151 • 8.1** A rua como espaço de encontros e de democratização da cultura
- 156 • 8.2** Aldir Blanc foi maior investimento já feito pelo Fundo Nacional de Cultura
- 159 • 8.3** Quatro cidades da RMRJ não repassaram mais da metade do recurso da Aldir Blanc para os trabalhadores da cultura
- 161 • 8.4** São João de Meriti: a contínua construção da história de uma cidade - *Douglas Almeida*, Agenda Nossa Meriti 2030
- 165 • 8.5** Formação e participação social na cadeia produtiva da cultura - *Bruno Borja e João Guerreiro*
- 168 • ASSISTÊNCIA SOCIAL**
- 169 • 9.1** Avanço da extrema pobreza expõe sobrecarga e sucateamento do Suas
- 174 • 9.2** O aumento da violência contra mulheres na Região Metropolitana
- 177 • 9.3** Entre os 22 municípios da RMRJ, oito estavam com sua rede de Cras sobrecarregados em junho 2021
- 180 • 9.4** Em São Gonçalo, "Novos Rumos" não enfrenta um velho problema: a fome - *Amanda Oliveira e Jennifer Dias*, Agenda São Gonçalo 2030
- 183 • 9.5** Ampliar número de abrigos públicos e a importância da realização de censos das populações em situação de rua - *Débora Silva*, Agenda Belford Roxo 2030
- 186 • GESTÃO**
- 187 • 10.1** Transparência, planejamento e participação social na gestão pública
- 194 • 10.2** Gestão e governança metropolitana
- 198 • 10.3** Na Região Metropolitana, 15 dos 22 municípios têm menos da metade dos instrumentos de gestão do Painel de Monitoramento
- 200 • 10.4** Gestão Pública em Japeri (Gestão ou "má digestão"?) - *Mariana Vianna*, Agenda Japeri 2030
- 202 • 10.5** O Regime de Recuperação Fiscal e a gestão da coisa pública - *Leandro Damasceno*



APRESENTAÇÃO

Viver no Rio de Janeiro não é simples. E como se não bastasse o desafio sobre viver, algumas pessoas ainda decidem, ou se veem intimadas, a trabalhar por esse estado.

Há quem entre para a -"máquina pública"- para o bem ou para o mal, há quem tenha -"responsabilidade social"- pelo viés empresarial e há quem se dedique nas organizações da sociedade civil. Tarefas que ficam mais complexas, quanto mais o propósito do esforço seja o de garantir direitos básicos à população fluminense, de modo a reduzir desigualdades e promover desenvolvimento sustentável, de fato.

Nesse caminho, o conceito de formular - "políticas públicas" - parte de um verbo não conjugado por aqui, que tenta flexionar uma expressão que infelizmente caiu em desuso recentemente. Entretanto, foi o que a Rede da Casa Fluminense mais fez em 2020, a partir de uma Agenda efetiva para o Rio, que vem evoluindo, essa sim, inclusive inspirando e gerando novas espécies.

Feitas as propostas durante esse ano não tão passado assim, estamos aqui, monitorando, fiscalizando ou tentando, socialmente, controlar as ações dos poderes públicos. Mas o grupo controle e o grupo experimental, contudo, são muito diferentes entre si e nossa desigualdade socioeconômica têm se acirrado drasticamente, fazendo reaparecer com muita força a fome, a miséria, o desalento e o desamparo. Além de toda violência e opressão vividas pelo nosso povo, histórica e cotidianamente.

Não podemos mais naturalizar absurdos aqui no Rio, nem em qualquer outra metrópole país afora. O afastamento de mais um governador, dessa vez durante o exercício do (des)governo e durante a pandemia, já trágica por si só, é mais do que um sinal de que precisamos virar a página. É o que propomos para você, (e)leitor(a), com esse texto.

Esta publicação propõe, ao olhar para trás, encontrar a esperança equilibrada para se olhar para a frente. E é uma visão a partir de artistas do terceiro setor, que se apre-

sentam e dão show através de organizações e redes de solidariedade que garantiram condições de vida para boa parte da população vulnerabilizada durante as maiores ondas de contaminação da Covid-19.

São atores e atrizes que conduzem lideranças, movimentos, coletivos, formalizados ou não, mas que se colocaram para defender seus territórios e produziram agendas de futuro. A energia e a potência dessa galera fizeram emergir as Agendas Locais, com vozes e horizontes que nos ajudam a contar nossa própria história e reescrever alguns capítulos. É assim, junto da rede de parceiros da Casa Fluminense que fazemos isso, desde sempre.

Prestes a completar uma década de ação, a Casa vive um importante momento de resistência e inovação, com a licença da chegada até aqui e a permissão para a partida para o próximo ciclo, com o time ampliado e diversificado.

Neste cenário, resolvemos elaborar um novo conteúdo de monitoramento da Agenda Rio 2030, buscando contribuir com debate de políticas públicas em temas urbanos e metropolitanos estratégicos, a partir da defesa dos valores de Justiça Econômica, Justiça Racial, Justiça de Gênero e Justiça Socioambiental.

No Relatório de Monitoramento, assim como fizemos no Mapa da Desigualdade 2020 e na Agenda Rio 2030, analisaremos os 10 eixos temáticos em que baseamos essas duas publicações: Habitação, Emprego, Transporte, Segurança, Saneamento, Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social e Gestão Pública.



Não podemos negar que tanto a pandemia quanto o cenário político nos impõem um exercício reflexivo constante entre o pensar e o agir. Questões estruturais e emergenciais nos atravessam todo o tempo.

É inegável também que houve muitos retrocessos para todos os temas analisados, e com a proximidade das eleições nacionais e estaduais, a violência política há de apresentar desafios ainda maiores. Mas as táticas de enfrentamento, gerando informação e mobilização, ativadas junto com a nossa rede e nossas ações conjuntas de comunicação e incidência, demandam a construção coletiva de um documento capaz de apontar caminhos para as questões que levantamos.

A metodologia foi orientada para escrevermos a muitas mãos, sob a coordenação de duas mulheres negras, maravilhosas, que conduziram o processo e a movimentação necessária para uma ótica interseccional implicada e amarrada.

Para falarmos a partir de lugares de direitos e de políticas em disputa, trazemos, eixo por eixo, preâmbulos, narrativas, dados, artigos e entrevistas, que dão o tom da publicação, para que se discuta, a partir da escuta. A ideia aqui foi gerar matéria e sementes para garantir a preservação da nossa história e da nossa memória, de maneira simples, porém não simplória.

Monitore com a gente.





CAP 1 | HABITAÇÃO



DE OLHO NA AGENDA RIO 2030:

**Produzir habitação social no centro,
oferecer assistência técnica em favelas
e periferias, produzir espaços seguros
para mulheres e população LGBT+
e planejar uso sustentável do solo.**



1 ERRADICAR
A POBREZA



10 REDUZIR AS
DESIGUALDADES



11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS

1.1 O DRAMA HABITACIONAL NO RIO DE JANEIRO

O estado do Rio de Janeiro tem muitas dívidas históricas com sua população, a começar pela falta de investimento em moradia, que resulta hoje em um *déficit* habitacional da ordem de 500 mil unidades, evidenciando parte do problema. Uma das principais denúncias feitas hoje pelos especialistas em habitação e pelos movimentos sociais é a falta de priorização orçamentária nas esferas federal, estadual e municipal para a garantia desse direito social básico. A pandemia acelerou uma crise socioeconômica que atingiu principalmente os grupos mais pobres, que hoje gastam boa parte da sua renda para conseguir ter acesso a direitos constitucionais como a moradia, transporte e alimentação.

A última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, respeitado estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidencia que o gasto com habitação é o que mais pesa no bolso das famílias brasileiras (36,6% das despesas de consumo). Além disso, de acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP), em 2019, o estado do Rio também possuía um *déficit* habitacional de quase meio milhão de moradias.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) concentra mais de 360 mil desses casos. Em relação ao número de domicílios com inadequação edilícia, fundiária ou de infraestrutura, no total, existem 2,1 milhões em todo o estado e 1,6 milhão na RMRJ passíveis de melhorias. Apesar da pesquisa ser de 2019, esses dados evidenciam não apenas a falta de moradia, mas, sobretudo, que muitos dos lares existentes já careciam de algum tipo de infraestrutura básica que deveria ser provida pelo Estado aos moradores antes mesmo da crise instaurada, em 2020.

No contexto federal, com o programa Minha Casa Minha Vida, o governo subsidiava até 90% do valor das unidades, o que auxiliava as famílias mais pobres a conseguirem um imóvel. Entretanto, no programa Casa Verde Amarela, o governo deixou de oferecer este subsídio, desamparando famílias que constituem a maioria dos que possuem necessidades habitacionais.

Outro retrocesso foi a exclusão da modalidade “Entidades”, que valorizava a autogestão habitacional e permitia um subsídio quase que integral da moradia, com a família beneficiária arcando com os custos de acordo com sua capacidade de pagamento; e o fim do Ministério das Cidades, afetando a captação de recursos, a integração de políticas públicas e a implementação de agendas ligadas ao desenvolvimento urbano em distintas escalas. Além de exercer um papel central para o cumprimento das orientações gerais em prol do desenvolvimento urbano nos municípios, o órgão também era fundamental na gestão democrática das cidades.

Durante a pandemia, o cenário retratado no estado do Rio de Janeiro se intensificou. O estado foi o mais impactado em relação à ocupação no mercado de trabalho no primeiro ano de pandemia – atingindo, sobretudo, os mais pobres – e a sua política habitacional estadual também foi marcada durante anos pela produção de moradias em periferias sem infraestrutura urbana e por remoções de populações em áreas de risco.

O Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (Fehis), criado através da Lei Estadual nº 4.962 de 20 de dezembro de 2006¹, possui o intuito de garantir acesso e condições de permanência da população em moradias regulares e seguras. O Fehis também busca assegurar recursos permanentes para financiamento dos projetos, visando à redução do *déficit* habitacional e o reassentamento de populações em áreas de risco e preservação ambiental.

Contudo, o estado do Rio vive um momento em que o Fehis sofre com a falta de repasse. Mesmo sendo mantido por uma fonte de recursos obrigatória e constante, oriunda da venda dos *royalties* do petróleo, a falta de repasse para o Fehis foi destacada como irregularidade orçamentária pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). Tanto em 2019 como em 2020, o órgão rejeitou as contas da gestão do ex-governador Wilson Witzel e a atual gestão de Cláudio Castro. Isso evidencia, além da irresponsabilidade administrativa, a falta de destinação orçamentária para a projeção de uma política habitacional no estado.

Por isso, as políticas públicas como a dos fundos precisam não somente ser implementadas, mas também mantidas como programas de estado e não apenas políticas de governo, evitando, dessa forma, que sejam descontinuadas com a alternâncias de mandatos.

¹ <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/3992f9364e6a-a79e8325725100708bd0?OpenDocument>

Para superar esses desafios também existem iniciativas, como o PL 3861/2021², que propõe a destinação de 10% dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP)³ para o Fehis, com o objetivo de financiar projetos de moradia na modalidade autogestionária. Nestes, os indivíduos envolvidos passam a exercer papel mais ativo e podem gerenciar todas as etapas do processo de concepção, planejamento, desenvolvimento e execução dos projetos.

Entretanto, existem questões que ultrapassam os limites dos municípios e exigem uma complexa articulação política em conjunto com as demais municipalidades e o próprio governo estadual. Nesse sentido, é necessário enfatizar a importância do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), que realiza o diagnóstico, define ações e programas prioritários, assim como instrumentos de implementação. Pensando em um plano integrado à RMRJ, baseado em seis eixos estruturantes, entre eles o de habitação e equipamentos sociais, o Plano Metropolitano poderia ajudar a solucionar o grave problema habitacional existente na metrópole. No entanto, ainda não foi possível identificar projetos e iniciativas lideradas pelo Instituto Rio Metrópole, no âmbito da Câmara Metropolitana, para a implantação de um programa habitacional integrado na metrópole.

Em setembro de 2021, o governo do estado lançou o Pacto RJ, um programa que prevê investimentos de R\$17 bilhões nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento social, segurança, educação, saúde, desenvolvimento econômico, cultura, lazer e meio ambiente. É importante destacar que o programa não está devidamente articulado com o PDUI, e configura-se como um conjunto de investimentos pulverizados, com viés eleitoral.

2 — <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/dfa53db3ae87e-27c0325869a00463a43?OpenDocument>

3 — http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigation-renderer.jspx?_afLoop=39930242905726693&datasource=UCMServer%23dDocName%3A100438&_adf.ctrl-state=152emvz78d_63

Dentro do Pacto RJ, existe o projeto habitacional “Casa da Gente”, com investimento total de R\$6,5 bilhões, que prevê a construção de 50 mil novas residências, além da assistência técnica, das melhorias habitacionais, e reforma de moradias em diferentes cidades do estado nos próximos 5 anos. Contudo, ainda é muito cedo para saber qual será o impacto desse projeto, e mesmo que reduza os gastos excessivos com o aluguel social e parte da inadequação da moradia, o Rio de Janeiro segue muito longe de encarar o *déficit* habitacional do estado e da metrópole.

Apesar da moradia digna ser um direito social constitucional, os governos ainda não conseguiram materializá-lo de forma efetiva. Para mudar esse quadro, é imprescindível que haja vontade política, priorização orçamentária e mobilização popular, um grande passo seria o cumprimento das agendas de políticas públicas já existentes, nas diferentes esferas federativas.

1.2 O BRASIL É UMA ETERNA OCUPAÇÃO



Os movimentos de moradia popular são responsáveis pelo primeiro projeto de lei de iniciativa popular do Brasil, com mais de um milhão de assinaturas, como manda a Constituição. A luta era para a criação de políticas públicas voltadas para a habitação em todas as esferas de poder. Foi dessa movimentação que surgiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) que prevê também a criação de fundos estaduais e municipais. Outro marco que surgiu dessa luta foi o programa Minha Casa Minha Vida, que tinha uma pequena linha de crédito voltada para a autogestão, em que os moradores e movimentos podiam opinar e participar do processo de construção das suas próprias casas. Mas, com a extinção do Ministério das Cidades no primeiro ano do governo Bolsonaro, em 2019, o incentivo a programas habitacionais diminuiu.

Na contramão desse fenômeno de desmonte, os movimentos de moradia popular seguem como protagonistas dessa luta. Esses grupos estão pela Baixada Fluminense, na Zona Oeste, na Zona Norte e também pelo Centro do Rio, ocupando imóveis vazios e criando novas possibilidades de futuro para quem não tem casa. Foi na ocupação Povo Sem Medo da Brigadas Populares, na Pavuna, que a Dona Leila da Silva, de 47 anos, conseguiu um espaço para morar com os filhos após ser expulsa da sua própria casa. Vítima de violência doméstica, ela conta como ter acesso à moradia possibilitou que ela mudasse de vida.

“Na ocupação tive espaço para viver uma nova história, comecei a estudar e fui descobrindo que o que o Estado faz com a gente é uma violência, o poder público tinha que dar uma condição digna para toda a população é um direito constitucional de todos. Quanto mais você vai estudando, mais percebe que

o Brasil é uma enorme ocupação, esse tema existe desde o início da nossa sociedade com a vinda dos europeus para cá”, contou Dona Leila, que chegou na ocupação como moradora e hoje é uma das coordenadoras da área jurídica.

Quando perguntamos aos moradores de ocupações como seria a sua casa dos sonhos as respostas são simples e bem parecidas. Muitos responderam que o espaço tinha que ter uma sala, dois quartos, cozinha, banheiro e um quintal. Alguns se veem morando no centro do Rio, perto do trabalho. Uma pesquisa da própria prefeitura do Rio mostrou que a região central possui mais de 877 imóveis vazios ou subutilizados. Outro levantamento do município mostra também que o Rio tem 1.442 pessoas em situação de rua apenas nessa região, a maioria 79,6% negras e 80,7% homens. Seu Damião Garcia, de 46 anos, quase entrou para essa estatística. Com o desemprego e o aumento do aluguel, ele precisou sair da vaga que alugava em um depósito do Rio. Não foi para as ruas porque conheceu o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). “Ficou difícil continuar pagando o aluguel depois dos aumentos, principalmente aqui no Centro, que é onde quero morar para ter acesso ao mercado de trabalho. Agora, me viro como camelô e vivo aqui na ocupação, meu único medo é que haja um despejo”, contou Garcia. O medo do seu Damião se tornou realidade quando a Ocupação João Cândido, onde morava, passou por uma série de pressões policiais e no fim foi encerrada após acordo com o governo do estado. O ex-técnico em logística passou então a morar em outra ocupação do MLB em Santo Cristo, ainda na região central da cidade.

“Como podemos ter tanta gente sem casa e tanto espaço sem gente?”, Juliete Pantoja, representante do MLB, conta que essa é a pergunta que orienta o trabalho dos movimentos de moradia popular. “As ocupações são necessárias exatamente porque são uma forma de apresentar para a sociedade essa contradição. Os imóveis vazios têm que por lei cumprir função social, eles precisam ser entregues de volta para a sociedade. O projeto Reviver Centro foi aprovado sem ter a sinalização de atender a famílias de baixa renda”, contou Juliete.

1.3 NECESSIDADES HABITACIONAIS NO TERRITÓRIO



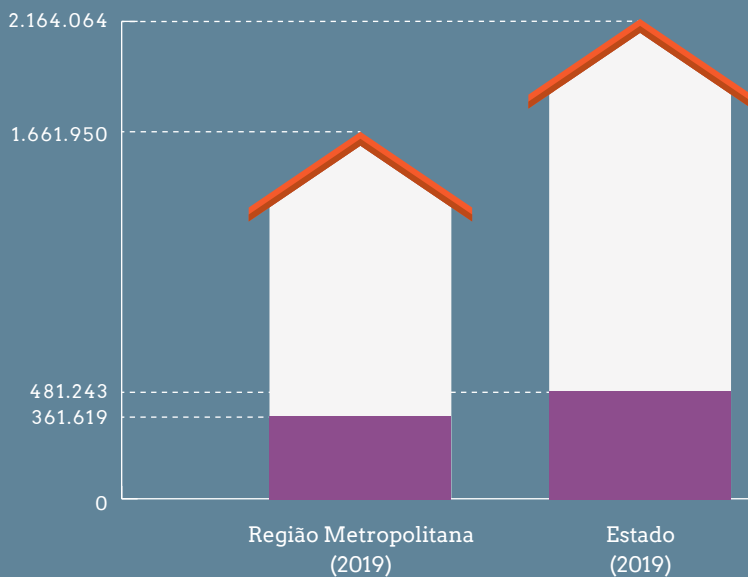
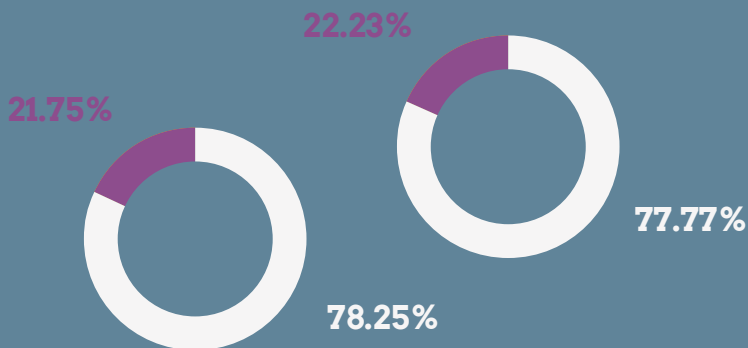
Tem gente sem casa e muita gente morando de forma inadequada. O índice de necessidades habitacionais mediu o tamanho dessas duas carências no estado do Rio e na Região Metropolitana. O gráfico a seguir reúne essas duas variáveis, a primeira engloba o *déficit* habitacional que é a demanda por novas moradias por conta de: habitações precárias, unidades domésticas conviventes e/ou ônus excessivo de aluguel. A segunda realidade é a de inadequação habitacional relacionada com a carência de infraestrutura urbana, edificação ou com inadequação fundiária e demandam intervenções físicas para melhoria da habitação. A soma dessas duas realidades gerou o índice de necessidades habitacionais.

Os dados da Fundação João Pinheiro evidenciam que, em 2019, no estado do Rio de Janeiro, mais de 2,1 milhões de moradias foram consideradas como inadequadas, além de um *déficit* habitacional de 481 mil. Para o mesmo ano, a região metropolitana do Rio de Janeiro é onde se concentrava a maioria dessas necessidades habitacionais, com *déficit* de 361 mil e 1,6 milhão de domicílios inadequados.



Necessidades Habitacionais no Rio de Janeiro

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), 2021



DÉFICIT HABITACIONAL

DOMICÍLIOS INADEQUADOS

1.4 HABITAR PARA ALÉM DO MORAR: A LUTA POR UM PARQUE URBANO ECOLÓGICO EM REALENGO

MARCELE OLIVEIRA | AGENDA REALENGO 2030



Quando se fala em habitação, imediatamente pensamos em casa, moradia. Mas e se a gente pensar habitação por uma perspectiva mais subjetiva, tentando entender o que contempla o habitar para além do morar? O que pode significar habitar, por exemplo, um bairro em específico? Bairro - aquele espaço-tempo território que abriga a história de gerações inteiras e torna comum uma mesma narrativa para milhares de pessoas. Bairro é o legado que a memória demarca em um território, é uma lente para entender aquele lugar. Cada esquina, poste ou árvore é um objeto de uma coleção com significados únicos para cada um que vivencia aquele espaço. Habitar um bairro é torná-lo coletivo, assegurando seu pleno uso para o exercício do direito à cidade. E é isso que fazem os moradores e articuladores do Movimento pelo Parque de Realengo Verde.

A disputa de narrativas na nossa sociedade é gritante. O que você faria se a pesquisa pelo seu bairro no Google levasse diretamente para pelo menos três páginas seguidas que abordam uma mesma temática, no caso, a violência? Quem paga a conta desse apagamento histórico da trajetória de um lugar? Se há décadas um terreno abandonado pelo poder público, com rico potencial ambiental e cultural, é sinalizado como possível parque urbano ecológico, quem paga a conta de, a contragosto dos moradores, o diálogo entre a prefeitura do Rio e a Fundação Habitacional do Exército seguir caminhando na direção da construção de condomínios?

O bairro de Realengo está localizado entre o Parque Estadual da Pedra Branca e a Serra do Mendanha, que funcionam como duas grandes muralhas que dificultam a circulação do ar e, junto à crescente de população e urbanização, geram um efeito conhecido como “ilhas de calor”. A implementação de um parque verde no meio do caminho certamente ajudará a reduzir a sensação térmica da região, melhorando as condições de vida e a qualidade do ar para toda essa gente. Afinal, árvores e parques nunca são demais!

A discussão acerca de habitar o espaço urbano é ampla. Mobilidade, saneamento e acesso à saúde, cultura ou educação seguem em pautas ideológicas, políticas e bairristas. Hoje - e já há algum tempo, a exemplo da Rio 92 que no próximo ano completa 30 anos - queremos chamar a atenção para um eixo importante ao falar da nossa casa planeta e também dos nossos bairros: o clima. O clima gera interferência direta no emprego e na alimentação. Se chover demais, iremos colher de menos nas plantações. Se colhemos de menos, milhares de famílias espalhadas pelo Brasil perdem sua principal fonte de renda. E nós, na parte urbana da cidade, sentimos o impacto disso nos preços exorbitantes do mercado. É uma conta básica que todo ano é apontada por ativistas em campanhas como a Greve Global pelo Clima, na intenção de pleitear que os governantes se empenhem com a devida atenção nessa pauta que é invisibilizada pela vida em um sistema que não contempla a Terra como prioridade.

Segundo o IPCC, temos até 2030 para reduzir as emissões de CO2 pela metade. E os mais afetados por essa conta que não fecha são os países mais pobres. No Brasil, são as comunidades ribeirinhas, indígenas, caçaras, quilombolas, periféricas e faveladas que sofrem os maiores impactos dessa injustiça ambiental severa que - adivinhem! - não é responsabilidade primária deles. Nós, sociedade civil, temos a nossa parcela de participação no aquecimento global, mas certamente não somos os únicos causadores dessa crise. E a conta, ela mesma, a que não fecha, assim como a corda, arrebenta sempre para o lado simbolicamente mais fraco. Sempre foi assim.

O calor da discussão só aumenta. E o que nós, hoje, aqui, podemos fazer? Em Realengo, no ano de 2019, o Ponto de Cultura Lata Doida, com o apoio da Casa Fluminense, reuniu uma série de outras entidades e organizações para realizar o Lata Ocupa, evento que inaugurou a ocupação Parquinho Verde, localizada na área externa do futuro parque. A partir dessa ação, mobilizou-se cada vez mais pessoas com o objetivo comum de repensar formas de se relacionar com o meio ambiente e com o território, impulsionando a luta pela implementação do Parque de Realengo Verde. Essa luta, vale afirmar, vem de décadas e conta com diversas movimentações jurídicas e políticas até então, sem sucesso e repletas de promessas vazias das autoridades. Em 2020 foi realizado um festival sociocultural *online* denominado “Avante Parquinho Verde!”, com recursos via Bossa Nossa da plataforma Benfeitoria de financiamento coletivo e com mais de 250 apoiadores. Realengo, que já era tema de músicas, referência de pipas e ponto de encontro para as ligas de bate-bolas, ganhou com articulação popular mais uma característica marcante: a pauta ambiental.

Mudanças climáticas não são mais uma discussão do futuro, são do presente e a crise é real. Já podemos perceber essa urgência nas inundações mortais e incêndios florestais por todo o mundo e também aqui, perto de nós, a exemplo da Chapada dos Veadeiros em chamas. No Rio de Janeiro, o prefeito Eduardo Paes, que está em seu terceiro mandato na cidade, sendo apontado como um elegível para lista de prefeitos mais ecológicos do mundo, na verdade, para nós, ainda sustenta o título de um dos prefeitos que mais desapropriou casas, pessoas, ideias e memórias. Você se lembra da Vila Autódromo? E da Floresta do Camboatá? Em Realengo também temos o exemplo da demolição de parte da igreja católica Paróquia São José, no bairro vizinho Magalhães Bastos, para proteger a casa de moradores durante a construção da via expressa Transolímpica. Juntando essas memórias e o espaço-tempo território bairro onde elas se concretizam, fica a questão: dá pra falar de meio ambiente sem falar de periferia e de raça? Dá pra falar de clima sem falar de habitação?

Acho que não. E ao primeiro olhar, pode-se pensar que a luta em Realengo deveria resultar logo em algo parecido com o recente Parque da Gávea, mas não é essa a referência do movimento. Localizados em extremos na região metropolitana, a Gávea tem o 1º IDH da cidade e Realengo o 90º, ou seja, suas necessidades não são comparáveis. Além disso, entendemos que o terreno onde exigimos a construção do parque foi ilegalmente repassado para (FHE), ignorando demais interesses públicos numa negociação escusa com a União. Essas condições retratam um caso óbvio de racismo ambiental e injustiça social para com os 250 mil habitantes da R.A. Realengo onde, desse número, 56% são pretos e pardos, segundo dados do Censo 2010 (IBGE).

A nossa demanda é muito diferente e se aproxima, teórica e territorialmente, mais de Rocha Miranda e da luta pela transformação do antigo Cine Guaraci em centro cultural do que da Gávea. A gente quer ser tudo que o Parque Nise da Silveira já é e tudo que ainda vai ser para a Zona Norte, nesse período em que está sendo revisto. Queremos, como referência, a Quinta da Boa Vista e o que ela é para São Cristóvão e para a região metropolitana. O Rio, que precisa mesmo “voltar a dar certo”, só cumprirá com esse *slogan* quando nossos representantes eleitos ouvirem e respeitarem o desejo dos moradores e moradoras. Tem que voltar a dar certo pra gente! E não para o mercado imobiliário.

Já materializamos, por vistoria técnica em 13/09/21 com a Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara do Rio, que esse último período em que a área permaneceu nas mãos da Zona Oeste Mais, autorizada pela prefeitura, foi devastador para o que ainda resistia ali em características de fauna e flora. Também estamos cientes que 100% do Parque Realengo Verde, que tem um tamanho similar ao do Campo de Santana (Av. Presidente Vargas - Centro do Rio), hoje não representa sequer 5% da área total do bairro de Realengo. Considerando tudo isso, questionamos o fato de, no último dia 13/09/21, na audiência pública para tratar da causa do Parque Realengo Verde, só os que mais tinham

a dizer não puderam comparecer: o prefeito do Rio, Eduardo Paes, e o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação, Chicão Bulhões.

O Fórum Popular do Plano Diretor aponta, entre diversos absurdos e injustiças, como as últimas mudanças no plano diretor propostas pelo governo abrem brechas para a derrubada da Mata Atlântica e a ocupação de áreas tombadas de forma irresponsável. Habitar, como trouxemos antes, não pode ser só sinônimo de ocupar um m². Queremos que esses bairros sejam casa, sejam cultura, sejam história e sejam nossos, não porque é onde o valor do m² nos permite morar, mas porque é onde pertencemos. Para isso, é necessário que sejam possíveis áreas públicas de lazer e segurança efetiva, e essa segurança não se dá por cancelas, muito menos por mão armada.

Habitar é sonhar e sonhar é construir. Mas não é construir com mais tijolos. É um absurdo Associação de Poupança e Empréstimo (Poupex) permanecer com o anúncio do Residencial Realengo Verde disponível e, mais absurdo ainda, que o prefeito, figura importantíssima nesse processo, não tenha aparecido em nenhuma das últimas reuniões públicas de mobilização. Além disso, Chicão Bulhões e os últimos licenciamentos no processo da construção de um condomínio, liderado pela FHE, nos deixam muito receosos sobre quais são as reais intenções do poder público para aquele espaço. O atual Secretário do Meio Ambiente, Eduardo Cavaliere, nos pediu para aguardar

o Projeto de Alinhamento de Loteamento (PAL), proposto pelos já citados como se houvesse algum interesse que não somente capital ali. Até a Fundação Parques e Jardins já está se preparando para um parque em só 50% do terreno!

Racismo ambiental é achar que a sociedade civil articulada e suas exigências são muito rígidas e indisponíveis para negociar, sem considerar o simbolismo da luta por um parque na Zona Oeste do Rio que contemplaria a população mais pobre e mais preta. Quem não se empenha em garantir que a área seja, em sua totalidade, transformada em um equipamento público urbano e ecológico está remando contra um movimento mundial. E, nesse caso, Realengo é o mundo. Essa luta e esse parque representam o desejo por uma cidade menos cinza e menos privada, mais verde e mais compartilhada.

Esperamos ver das entidades do poder público com menos caras sorridentes de compreensão, e mais proposições de como caminharemos juntos para que esse parque aconteça. Nós não negociamos porque sonhar é inegociável e o Parque Realengo Verde é o nosso sonho. É a nossa luta para que 100% de uma área urbana seja habitada por nós e não por prédios e por uma lógica imobiliária que afasta a ideia de habitar subjetivamente as ruas como um horizonte possível. Mas é possível. Tem que ser. Porque o futuro precisa ser verde, ou não será.

1.5 A URGÊNCIA DA MORADIA

FELIPE NIN | ARQUITETO URBANISTA, MESTRANDO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL NO IPPUR/UFRJ E MEMBRO DA COORDENAÇÃO DA UNIÃO POR MORADIA POPULAR DO RIO DE JANEIRO – UMP-RJ



A pandemia do coronavírus provavelmente ficará marcada como a maior tragédia da nossa geração. Passados quase dois anos de pandemia, uma das principais lições que devemos tirar de todo esse processo é a urgência do enfrentamento da falta de moradia digna que afeta grande parte da população, especialmente nos países da periferia do capitalismo, onde o Brasil e, mais precisamente, o Rio de Janeiro estão inseridos.

Para compreender melhor a questão da habitação é preciso entender em primeiro lugar que a falta de moradia digna não é resultado da pobreza e tampouco um problema que diz respeito apenas às pessoas mais pobres. Afinal a moradia é um direito humano reconhecido pela Constituição e o Brasil é uma das economias mais ricas do mundo. **Como nos ensina o sociólogo Lúcio Kowarick, a falta de moradia é parte da estrutura que produz a desigualdade** e que submete a população mais pobre ao que ele chama de “espoliação urbana”⁴. A desigualdade é algo que todos nós vivenciamos cotidianamente em nossas cidades e que pode ser resumida pela frase que diz: “tem mais casa sem gente do que gente sem casa”. Esta afirmação é respaldada pelos dados do IBGE quando comparamos o número de domicílios vazios, com o número do *déficit* habitacional, que demonstra que o problema da falta de moradia não é exatamente de *déficit*. Não é por acaso

4 — KOWARICK, L. Escritos Urbanos. São Paulo. Ed.: 34, 2000. Para Kowarick, a “espoliação urbana” é a somatória de extorsões que se operam pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que, junto com o acesso à terra e à moradia, são essenciais para a sobrevivência do trabalhador nas grandes cidades.

que os movimentos de moradia não utilizam o termo *déficit* habitacional⁵, mas sim o de famílias sem-teto.

A metodologia elaborada pela Fundação João Pinheiro para calcular o *déficit* habitacional no Brasil, que tem como base os dados produzidos pelo IBGE, leva em consideração cinco condições. A primeira é a das moradias precárias, ou seja, sem energia elétrica, ou sem acesso à água, ou localizadas em área de risco, ou mesmo com insegurança da posse. É o caso de inúmeras habitações localizadas em áreas de favela, nas periferias ou nas ocupações de edifícios abandonados. A segunda é a alta densidade habitacional, ou seja, o grande número de pessoas vivendo sob o mesmo teto e compartilhando o mesmo cômodo, sendo considerado para o cálculo do *déficit* as unidades que possuem mais de três pessoas compartilhando o mesmo cômodo. É o caso de muitas famílias que moram em unidades habitacionais de um único cômodo, como as quitinetes e os cortiços.

A terceira é a coabitação, que acontece quando mais de um núcleo familiar divide a mesma moradia, tanto quando os filhos se casam e seguem morando na casa dos pais, como quando alguém mora de favor, seja um parente ou agregado. Muitas vezes a coabitação é provocada pelos despejos que obrigam as famílias a buscarem abrigo na casa de amigos e familiares. A quarta é o gasto excessivo com aluguel, sendo considerado para o cálculo do *déficit* o comprometimento de mais de 1/3 da renda das famílias que estão na faixa de 0 a 3 salários mínimos. Em 2019, cerca de 60% das famílias sem-teto viviam a angústia de ter dinheiro para pagar o aluguel no fim do mês. A quinta condição é a mais dramática de todas, que são as pessoas em situação de rua.

5 — No estado do Rio de Janeiro, no ano de 2014, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios, tínhamos 605.269 imóveis vagos; e, de acordo com a Fundação João Pinheiro, tínhamos um déficit habitacional de 460.273 unidades.

O *déficit* habitacional calculado no estado do Rio de Janeiro em 2019 foi de 481 mil unidades habitacionais⁶, sendo cerca de 361 mil apenas na região metropolitana, mas certamente hoje esse número é maior se considerarmos a crise econômica e o desemprego provocado pela pandemia.

É importante destacar também que entre todas essas condições, duas características permeiam todas elas, que são a de raça e gênero. Um país marcado por mais de 300 anos de escravidão e que negou o direito à terra à população negra, tem evidentemente a esmagadora maioria das famílias sem-teto constituídas por pessoas negras. Assim como uma sociedade patriarcal que impõe às mulheres a condição de “donas de casa”, que delega a elas o cuidado sobre os filhos e os idosos e que além disso as coloca como o principal alvo da violência doméstica; tem evidentemente um percentual maior de mulheres sem-teto⁷.

A luta pela moradia atravessa a história das nossas cidades desde a formação das primeiras favelas, das lutas contra as remoções e passa também pela busca de alternativas pelos movimentos e comunidades organizadas, seja pelas ocupações, da organização de mutirões e da autogestão. Cabe destacar que foram os movimentos de luta por moradia que apresentaram, em 1991, o primeiro projeto de lei de iniciativa popular após promulgação da Constituição, com mais de um milhão de assinaturas, para a criação do Fundo Nacional Moradia Popular. O projeto, que só foi aprovado em 2005, criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e previu a criação dos respectivos fundos estaduais e municipais.

6 ——— *Déficit Habitacional no Brasil – 2016-2019* / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021

7 ——— Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 2019, as mulheres responsáveis pelo domicílio representavam 62,8% do déficit habitacional. Fonte: Fundação João Pinheiro.

Neste momento, com o fim do programa Minha Casa Minha Vida e com a não operacionalização do programa Casa Verde Amarela, não temos praticamente nenhuma política habitacional sendo implementada nas diversas esferas de governo.

Ao mesmo tempo, a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, realiza a revisão do seu Plano Diretor, que poderia ser um importante instrumento para a demarcação das Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) nos vazios urbanos e em imóveis abandonados que não cumprem a função social, especialmente no Centro da cidade. Seria uma forma de garantir que essas áreas sejam destinadas às políticas de habitação popular. É preciso que o Estado, nas suas diversas esferas de governo, reconheça a urgência da situação de moradia e se comprometa em dar continuidade à implementação de políticas habitacionais. Os movimentos de moradia já demonstraram que é possível produzir moradia de ótima qualidade e com custo muito menor com a produção por autogestão, realizada por entidades sem fins lucrativos organizadas pelas próprias comunidades.

Esperamos que a gente possa aprender com as lições que a pandemia nos trouxe e que um dia a gente possa viver em uma cidade em que todos e todas possam morar dignamente.



CAP 2 | EMPREGO



DE OLHO NA AGENDA RIO 2030:

Incentivar a geração de empregos nas centralidades periféricas, diminuir a informalidade, reduzir desigualdades nas jornadas de trabalho, contratar com equidade de raça e gênero, investir na economia verde.



2.1 O DESEMPREGO ESTRUTURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Antes do novo cenário de crise econômica em parte estrutural e em grande parte conjuntural, como resultado das medidas ora adotadas ora negligenciadas, por parte do governo federal, a verdade é que a economia já vinha atravessando uma grande instabilidade política, financeira e econômica desde o início da crise econômica em 2015.⁸ O ano de 2015 foi marcado por uma economia em queda. “A retração, de 3,8% em relação a 2014, foi a maior da série histórica atual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 1996. Considerando a série anterior, o de-

⁸ <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/pib-do-brasil-cai-38-em-2015.html>

sempenho é o pior desde 1990, quando o recuo chegou a 4,3%".⁹

A crise assolou diversos setores da economia e dentro desse cenário, a extração de petróleo, gás natural e de minérios, suavizaram os efeitos da crise. Porém, no Rio metropolitano, o fracasso na conclusão das obras do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), trouxe grande prejuízo aos cofres públicos e ampliou o desemprego no leste metropolitano. A obra foi anunciada em 2006 como um mega projeto que deveria expandir a capacidade de refino da Petrobras, mas o destino foi outro, a promessa virou abandono.¹⁰

Em junho de 2021, o IBGE apontou um desemprego de 19,4% no estado do Rio. O número de desempregados no estado representa um terço a mais que a média registrada em todo o país, de 14,7%. Mas o desemprego no Rio de Janeiro não é conjuntural. Ele sofreu um agravamento devido à crise econômica e sanitária que assola o mundo, com a disseminação da Covid-19 e a necessidade de adoção de medidas de restrição. Determinações que quebraram muitas empresas e engrossaram o número de desempregados no estado e no país.

Agravado pela recessão iniciada em 2015/2016, o processo de desindustrialização do Brasil é histórico. As perdas nos últimos seis anos indicam uma redução de 384,7 mil indústrias de transformação, em 2014, para 348,1 mil em 2020, foram extintas 36,6 mil empresas.¹¹ Na série histórica de 2014 a 2019, o estado do Rio de Janeiro foi o que mais perdeu indústrias no país, sofrendo uma redução de 16,2% ao passar de 19.956 unidades industriais em 2014, para 16.730 em 2019.¹²

9 ——— <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/pib-do-brasil-cai-38-em-2015.html>

10 ——— <https://almanaque.casafluminense.org.br/>

11 ——— <https://www.otempo.com.br/economia/desindustrializacao-exterminou-36-6-mil-empresas-no-brasil-1.2444608>

12 ——— Idem.

O histórico processo de desindustrialização, a falta de planejamento macroeconômico de longo prazo para os legados da Copa do Mundo e das Olimpíadas, a falta de políticas de geração de emprego e os prejuízos acumulados no Comperj, nas obras que não foram realizadas para levar saneamento para Manguinhos, no PAC das favelas, o teleférico da Rocinha e a linha 4 do metrô, entre outras que são alvo de investigações.¹³

Para além dos efeitos da Lava-Jato, que indicaram fraudes, corrupção e lavagem de dinheiro, ocasionando o fechamento de postos de trabalho e o deslocamento das atividades do norte fluminense para a capital; houve também a venda de campos antigos de exploração de petróleo e a redução do custo do barril na crise, ocasionando a crise econômica em várias cidades dependentes de *royalties*.

Quando se observam as questões apresentadas, identificam-se muitas variáveis responsáveis pelo desemprego (estrutural) no estado do Rio de Janeiro ser maior do que o do Brasil como um todo. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro demanda de uma forte e integrada coordenação metropolitana para gerar investimentos em infraestrutura, projetos de desenvolvimento urbano, segurança pública e investimentos na construção civil. Em regime de recuperação fiscal desde 2017, e diante do quadro drástico de desemprego, insegurança alimentar e aumento de pessoas em situação de rua, o estado não tem realizado investimentos expressivos para o aumento do emprego.¹⁴

13 — <https://oglobo.globo.com/rio/cinco-obras-empacadas-ha-anos-no-estado-do-rio-renderam-mais-de-430-milhoes-em-propinas-25030277>

14 — <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/10/por-que-o-desemprego-no-rio-de-janeiro-e-maior-que-a-media-nacional-economistas-explicam>

Dois setores são estratégicos para impulsionarmos o emprego industrial no Rio de Janeiro, o complexo da saúde e o complexo do petróleo e gás. No setor petrolífero, a conclusão das obras do Comperj, o aumento do número de refinarias, explorar mais o mercado externo na venda do petróleo extraído do pré-sal, investimento em extensão de gasodutos e fortalecimento da estrutura para expansão da distribuição de gás natural, por exemplo.

No campo da saúde, na série Saúde Amanhã;¹⁵ o texto para discussão *Complexo Econômico-Industrial de Saúde, Segurança e Autonomia Estratégica: para pensar a inserção do Brasil frente ao mundo*, os Complexos Econômico- Industriais (CEIS)¹⁶ “poderiam impulsionar a autonomia estratégica e segurança de saúde numa perspectiva nacional, inserindo uma visão político-estratégica, apoiada na perspectiva geopolítica e realista das relações internacionais, condizente com a abordagem do poder global”(Gadelha, P; 205, p.7).

Na perspectiva de Paulo Gadelha, o Complexo Econômico-Industrial da Saúde tem um enorme potencial para investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica para o país. Gerando empregos, pesquisas, estudos e medicamentos.

15 ——— <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/07/4-SA-TD-04.pdf>

16 ——— Conceito formulado por Paulo Gadelha

2.2 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA



Uma das cenas que marcaram 2021 foram as fotos de um caminhão distribuindo restos de ossos e carnes rejeitados por supermercados e um grupo de pessoas que “garimpavam” esses pedaços para tentar de alguma forma aplacar sua fome, em uma luta pela vida. A foto que estampou jornais mostra o cenário de extrema vulnerabilidade que tem sido a realidade nacional nos últimos anos. A fome tem sido tratada de forma naturalizada em um país com a 2ª maior concentração de renda do mundo, conforme destaca o Mapa da Desigualdade.

Nesse contexto conhecemos a história da Dona Denise, mãe de cinco e avó de 12, que, com o falecimento do esposo se viu na situação de responsável da família, saindo duas vezes por semana de São João de Meriti na Baixada Fluminense de trem até a Central do Brasil, um percurso de 33 km e, logo após, por falta de dinheiro suficiente, seguia a pé até o bairro da Glória, na Zona Sul da cidade, distante 3km do Centro. A Pnad Contínua demonstra uma taxa de desocupados no país expressiva por conta de diferentes fatores, mas destaca que a taxa de desocupação do estado do Rio de Janeiro (19,4%)¹⁷ é superior à média nacional (14,7%)¹⁸, fazendo com que pessoas como a Dona Denise viva com dificuldades de pagar o aluguel, de circular pela cidade por conta dos altos custos das passagens e de arcar com uma cesta básica de alimentos.

Apesar de um estudo da Firjan¹⁹ demonstrar que o PIB do Rio de Janeiro vem diminuindo sua retração trimestre a trimestre desde 2020 (-9,9%, -3,2%,

17 — <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/10/por-que-o-desemprego-no-rio-de-janeiro-e-maior-que-a-media-nacional-economistas-explicam>

18 — idem.

19 — <https://www.firjan.com.br/noticias/firjan-pib-fluminense-tem-alta-de-0-7-no-primeiro-trimestre.htm#:~:text=Com%20o%20crescimento%20de%203,apenas%200%2C2%25%20>

-2,3% e -1,7%) apresentando uma perspectiva de retomada da economia e, consequentemente, dos empregos formais, o estado está longe da plenitude dos tempos pré-pandêmicos e segue alinhado com o cenário nacional de recuperação da ocupação por meio de empregados sem carteira e de alta informalidade.²⁰

Conforme destacado pelo Relatório Luz,²¹ esse contexto de agravamento da pobreza extrema proporciona, como consequência, condições cada vez mais precárias e degradantes de trabalho e o aumento da insegurança alimentar, deixando os mais pobres ainda mais vulneráveis, impactando, sobretudo, os corpos pretos e periféricos, que são a grande maioria nessa camada. Neste sentido, propostas que incentivam a agricultura familiar, promovendo geração de renda e emprego, ao mesmo tempo em que proporcionam soberania alimentar indicam um caminho para a diminuição dessa desigualdade.

Como as feiras locais possuem neste momento maiores restrições por conta dos protocolos sanitários, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que a partir da Lei nº 11.947/2009 torna obrigatório o investimento de 30% do valor repassado pelo governo federal para a compra direta de produtos da agricultura familiar; apresenta-se como uma alternativa para os municípios da Região Metropolitana incentivarem ações nesse campo.

O relatório de atividades da Emater - RJ²² de 2019 informa que o repasse desse programa ao estado do Rio em 2017 foi de R\$237.655.000,00, sendo 12% disso (R\$24.486.669,00) usado para adquirir produtos da agricultura familiar. Dos 92 municípios do Estado,

20 — <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/10/por-que-o-desemprego-no-rio-de-janeiro-e-maior-que-a-media-nacional-economistas-explicam>

21 — https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf

22 — http://www.emater.rj.gov.br/Relatorio_de_Atividades_2019_20_08_2020.pdf

apenas 36 adquiriram percentual maior que 30% da agricultura familiar.²³

Dos 22 municípios que compõem a Região Metropolitana, somente seis conseguiram investir pelo menos 30% na compra de produtos da agricultura familiar, destacando-se: Guapimirim, Maricá e São Gonçalo que investiram 72,85%, 42,27% e 42,82%, respectivamente. Chama a atenção o município de Belford Roxo que investiu 6,90% e Nilópolis que investiu apenas 0,65%. A Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana (8366/2019) e o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do estado do Rio de Janeiro foram elaborados posteriormente para incentivar e qualificar a prática dessa atividade, com vistas a superar os atuais 52.126 estabelecimentos da agricultura familiar no estado.

Coletivos como a Rede Carioca de Agricultura e o Raiz Orgânico de Caxias, duas iniciativas contempladas pelo Fundo Casa deste ano, atuam para o fomento da agricultura na cidade, o apoio aos agricultores, distribuição de cestas básicas para famílias em vulnerabilidade e se apresentam como inspirações neste campo.

Contudo, não se pode perder de vista a complexidade desses grupos em fazer escoar suas produções, histórica desigualdade racial envolvendo o direito à terra, a representatividade da mulher na agricultura, especialmente agroecológica e orgânica e a capacidade de emancipação socioeconômica que a agricultura familiar é capaz de proporcionar. Afinal, como sugerido pelo Painel Agenda Rio²⁴ da Casa Fluminense, um desenvolvimento de longo prazo que congregue diferentes setores do território metropolitano, em particular de sua periferia, e ambicione enfrentar a atual crise proporcionando uma retomada verde e a instituição de uma metrópole inclusiva e democrática, não pode prescindir de incentivar uma economia que preze por uma lógica mais solidária.

23 — Não foi possível baixar os dados do FNDE de 2018 e o de 2019 não disponibilizava o repasse por município.

24 — <https://casafluminense.org.br/painel-agenda-rio-2030/#2>.

2.3 SALDO NEGATIVO: DE JANEIRO DE 2020 A JULHO DE 2021 A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO PERDEU 58 MIL VAGAS FORMAIS



Dados da Pnad Contínua evidenciam que a taxa de desocupação tanto no estado do Rio de Janeiro como na região metropolitana tem sido superior a 10% desde o início de 2016. Do primeiro trimestre de 2020 até o primeiro trimestre de 2021, enquanto o percentual de desocupados no Brasil passou de 12,2% a 14,1%, o aumento para o estado do Rio foi de quase 5%, passando de 14,5% para 19,4% no mesmo período.

Quando se trata do saldo entre admissões e demissões, no ano de 2020 foram perdidos 127 mil postos formais de trabalho no estado, 107 mil na RMRJ e quase 93 mil somente na capital, onde cerca de 50 mil vagas foram perdidas apenas no mês de abril do ano passado.

Apesar de 49 mil vagas criadas de janeiro a julho de 2021, ao considerar a partir do primeiro mês de 2020, período antes da pandemia, até julho de 2021, a RMRJ ainda possui saldo negativo de 58 mil vagas. Além disso, na capital foram geradas aproximadamente 22 mil vagas somente no 1º semestre de 2021, porém o saldo ainda é negativo ao considerar o mesmo período pré-pandemia, com menos 64 mil vagas de emprego formais.



De janeiro de 2020 a julho de 2021, a RMRJ perdeu 58 mil vagas de emprego formal.

Fonte: Novo Caged



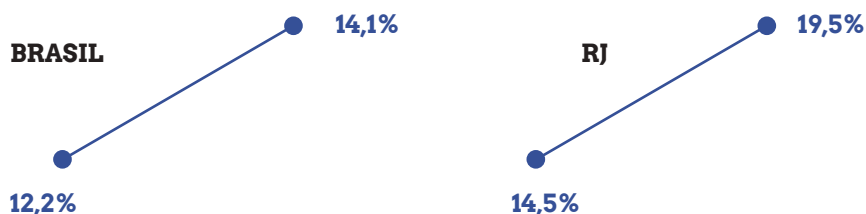
RJ
44 MIL VAGAS PERDIDAS

CAPITAL
64 MIL VAGAS PERDIDAS



TAXA DE DESOCUPAÇÃO:

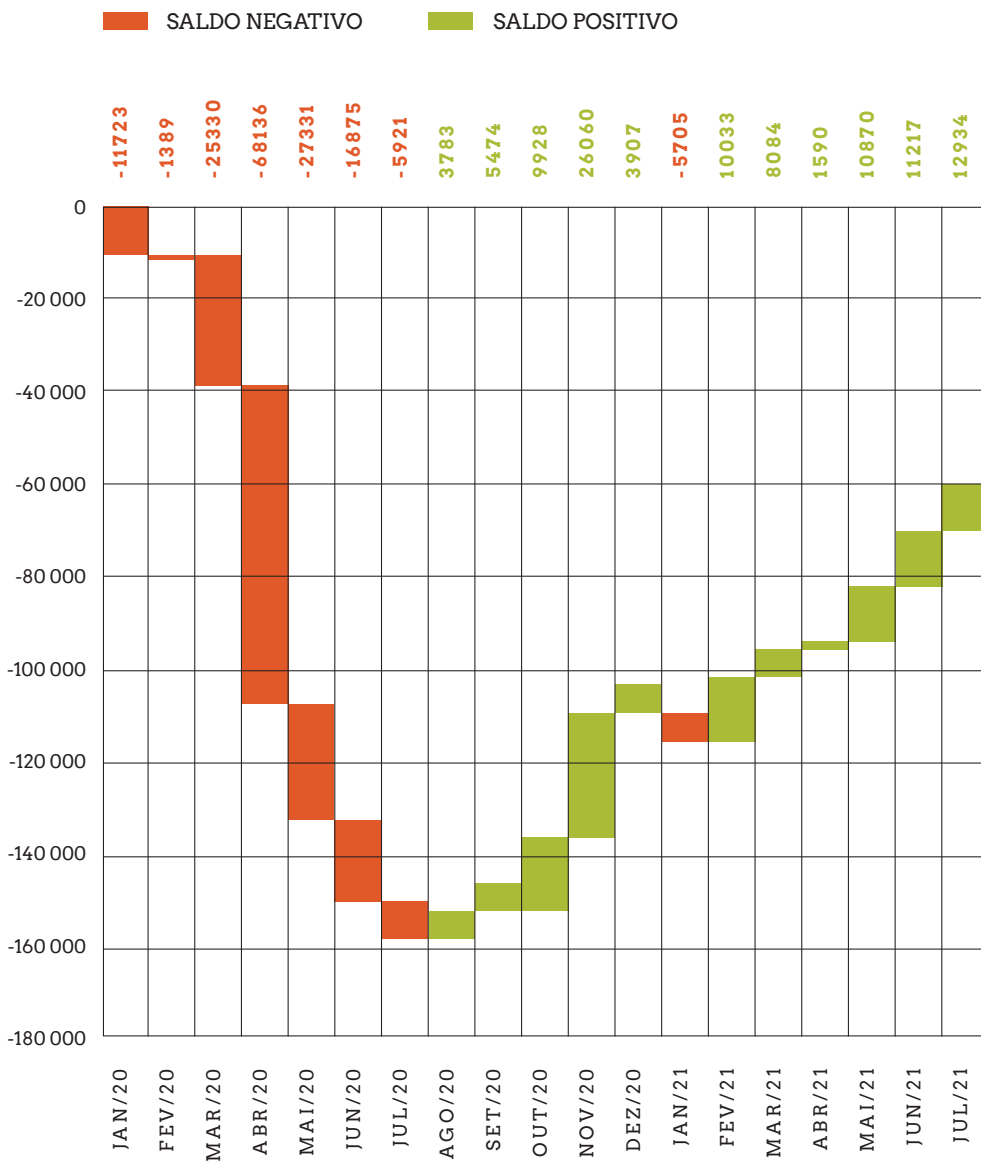
Fonte: Pnad Contínua, 1º Trim. 2020 a 1º Trim. 2021





Saldo de vagas formais na RMRJ de jan/2020 a jul/2021

Fonte: Novo Caged



2.4 PARA SANTA CRUZ, A DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES TAMBÉM TEM CEP

JESSICA LOPES E MARIANA XAVIER | PLANO SANTA CRUZ 2030



O bairro de Santa Cruz é localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro e faz parte da Área Programática de Saúde 5.3. Sua área territorial abrange 125km² e tem uma população estimada em 217.333 habitantes, sendo um dos bairros mais populosos da cidade do Rio de Janeiro e entre os 10 IDHs mais baixos, de acordo com o Censo do IBGE de 2010. Para conseguir acessar oportunidades, os moradores detentores deste CEP enfrentam diversas dificuldades como: a distância entre as ofertas dos melhores empregos, difícil acesso à cultura, à saúde e tantas outras. Além disso, a juventude encontra pouca oferta de qualificação e empregabilidade, precisando cruzar a cidade atrás de melhores condições de vida.

Outro fator importante se dá na urgência e necessidade em que os jovens precisam compor a renda da família, fazendo com que abandonem a escola para conseguir gerar renda. Os espaços encontrados para isso poucas vezes estão localizados no mercado formal de trabalho, uma vez que possuem baixa escolaridade e nenhuma experiência. Dessa maneira submetem-se a empregos mal remunerados, com cargas horárias exaustivas e sem nenhuma garantia trabalhista. **O número de evasão escolar no período da pandemia cresceu assustadoramente, junto com a urgência das famílias em colocar comida na mesa.** Existe no Brasil a Lei de Aprendizagem, no 10.097/2000, que garante a contratação de jovens de 14 a 24 anos em empresas de médio e grande porte como aprendizes. Trata-se de uma lei de oportunidades, que tem a intencionalidade de combinar uma formação teórica e prática em contratos que podem durar até 2 anos. É a possibilidade de conseguir o primeiro emprego em instituições que, em tese, compreendem que aquele jovem ainda está, por vezes, finalizando a educação formal ou iniciando períodos

na faculdade, mas na conjuntura atual, diversos jovens perderam seus empregos.

Considerando que a Zona Oeste comporta quatro distritos industriais nos bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Palmares e Paciência, totalizando 49 indústrias, fica no imaginário que a população local, sobretudo a juventude local, não enfrenta grandes dificuldades de se colocar no mercado de trabalho, tendo a oportunidade de atuar no programa de aprendizagem das indústrias, que ao chegarem nesses territórios encontraram na região menor preço da terra e maior flexibilização do estado pelos estragos ambientais acarretados por suas instalações e exploração do território sob a lógica do “desenvolvimento local”. Mesmo com os inúmeros benefícios e facilidades, as grandes indústrias desses complexos importam mão de obra barata de outros bairros, estados e até mesmo países, alegando que não possuem profissionais qualificados no território para ocupar as vagas. Ora, não é esse o objetivo da Lei de Aprendizagem? Capacitar e formar profissionais que sejam capazes de colaborar com as atividades das instituições?

O cenário de pobreza e baixa remuneração da população local, já alto em outros períodos da história, cresce visivelmente na conjuntura pandêmica. Em dezembro de 2020, foi anunciado que o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), que pertence à Fiocruz, será construído no Distrito Industrial de Santa Cruz. Trata-se de um dos mais modernos do mundo e o maior centro de produção de produtos biológicos da América Latina, aumentando a capacidade da produção de vacinas destinadas ao Sistema Único de Saúde. Ele ficará localizado na Área Programática de Saúde 5.3, uma das mais populosas e a mesma que teve o menor índice de vacinação contra a Covid-19 de toda a cidade do Rio de Janeiro, segundo Painel Rio Covid-19 da plataforma Data.Rio, acessado em 2 de agosto de 2021. Algumas indústrias locais têm feito mobilizações e doações de cestas básicas e de higiene para a população local, mas o que de fato tem feito para atuar no cerne da questão, contribuindo para diminuir as disparidades sociais enfrentadas pelos moradores da Zona Oeste? **É preciso criar oportunidades de emprego, de geração de renda para a juventude local, inserindo os jovens no mundo do trabalho, combatendo a evasão escolar e se colocando como agente transformador do cenário de desigualdades.**

2.5 REGIÃO METROPOLITANA: CRISE, EMPREGO E ALTERNATIVAS

MAURO OSÓRIO E HENRIQUE RABELO

ASSESSORIA FISCAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO



O estado do Rio de Janeiro, desde a década de 1970, é a unidade da Federação brasileira com menor taxa de dinamismo econômico. Entre 1970 e 2018, o estado perdeu 35% de participação no PIB nacional.

Do ponto de vista do emprego formal, entre 1985 e 2019, enquanto no total do estado do Rio de Janeiro (ERJ) o crescimento do emprego foi de apenas 51,0%, no total do país foi de 132,1% (série mais longa com a mesma metodologia disponível pela Rais/Ministério do Trabalho e Previdência). A menor taxa de crescimento entre todas as unidades federativas.

No estado do Rio de Janeiro, a região que apresenta o menor PIB por habitante é o Noroeste Fluminense. No entanto, os indicadores socioeconômicos para as regiões fluminenses mostram que, no círculo vicioso que o estado do Rio de Janeiro vive desde a década de 1970, a região com mais graves problemas é a Região Metropolitana (RMRJ), com destaque para os municípios da sua periferia.

Em *rankings* sobre a situação socioeconômica dos 70 municípios das periferias metropolitanas das capitais das regiões Sul e Sudeste do país com mais de 100 mil habitantes, em geral, os municípios da periferia da RMRJ aparecem nas piores posições.

Dois exemplos. Em um *ranking* da relação entre o emprego formal privado e a população desses municípios, excetuando-se Niterói (11ª posição), Petrópolis (23ª), Itaguaí (32ª) e Duque de Caxias (36ª), todos os demais 11 municípios da periferia metropolitana do Rio com mais de 100 mil habitantes aparecem entre a 50ª e 70ª posição. Em São João de Meriti, que aparece na 50ª posição, em 2019, o total de empregos privados formais correspondia a apenas 10,4% da população. Em Belford Roxo, essa relação era de irrisórios 3,9%. Ou seja, a periferia metropolitana do Rio de Janeiro infelizmente continua a ser uma região dormitório.

Outro exemplo da particular precarização da periferia metropolitana do Rio de Janeiro é o *ranking* do Ideb para as escolas do ensino fundamental da rede pública de 1ª a 5ª série, para os mesmos 70 municípios com mais de 100 mil habitantes das regiões Sul e Sudeste, no ano de 2019. Entre os 50 com melhores resultados não aparece nenhum município da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Já entre os 10 piores resultados, nove são municípios da periferia da RMRJ. A população da periferia da RMRJ cresceu de forma vertiginosa entre os anos 1940 e 1980, sem investimento integrado em infraestrutura digno de nota. Nesse período, enquanto os 13 municípios da Baixada Fluminense apresentaram um crescimento populacional de 1.249,6%, na Região Sudeste e no Brasil esse crescimento foi de, respectivamente, 186,6% e 193,8%.

Um dos fatores que levou à precarização da periferia metropolitana do Rio de Janeiro foi a existência até 1975 de duas unidades federativas na RMRJ. Esse quadro institucional, por um lado, permitiu que a cidade do Rio de Janeiro (como Distrito Federal e, posteriormente, cidade-estado, a Guanabara) tivesse um privilégio tributário, ficando com o total da arrecadação dos impostos municipais e estaduais gerados na cidade, enquanto o governo do antigo ERJ e os municípios da periferia metropolitana tinham imensas dificuldades fiscais, não podendo investir em infraestrutura.

Nas demais regiões metropolitanas do Sul e Sudeste brasileiro isso não ocorreu. Por exemplo, em São Paulo, o governo do estado ficava com a grande maioria do ICMS arrecadado na cidade de São Paulo e teve a possibilidade de fazer investimentos em infraestrutura nos demais municípios paulistas, como na região do ABC, permitindo, não só uma melhoria da qualidade de vida da sua população, mas também a geração de infraestrutura para a instalação de empresas – como o complexo metal-mecânico.

Em 1975, ocorreu a fusão entre a Guanabara e o antigo ERJ, passando a existir uma única unidade federativa, o que poderia ser acompanhado de investimentos públicos, com políticas mais integradas na RMRJ. No entanto, a partir dos anos 1980, o Brasil passou a apresentar um dinamismo econômico bem inferior ao do período entre 1930 e 1980, ocorrendo inclusive, nos anos 1980, a famosa década perdida. Ao lado disso, no ERJ ocorreu um aprofundamento da crise estrutural²⁵ e a RMRJ – particularmente a sua periferia –, mantém-se sem investimentos em infraestrutura.

Nesse sentido, é necessário um plano de investimento integrado, vinculado a saneamento e infraestrutura urbana. Tais investimentos permitirão, não só a ampliação da qualidade de vida na periferia metropolitana, mas também a atração de empresas e oferta de empregos formais, geração de renda e mobilidade social na RMRJ.

25 — Sobre o assunto ver OSORIO, M.; RABELO, H.; VERSIANI, M.H. Rio de Janeiro: crise estrutural e alternativas. In: CABRAL, J. A.; FREITAS CABRAL, M. V.; MONTIBELER, E. E.; PRATES, T. M. II Seminário de Economia Fluminense. Seropédica. 2021. Disponível em: <https://alerj-my.sharepoint.com/:b/g/personal/hrsrego_alerj_rj_gov_br/EYLYM9H8q0JFnEELWIrj4joB3HjeLwMhDKJDFrKoLiynMw?e=oE7y3c>



CAP 3 | TRANSPORTE



DE OLHO NA AGENDA RIO 2030:

Reduzir tarifas, qualificar os transportes e as vias, melhorar o planejamento, o financiamento e a transparência, ampliar a cobertura, ofertar deslocamentos seguros para mulheres, reduzir emissões de poluentes.



7

ENERGIAS
RENOVÁVEIS
E ACESSÍVEIS



11

CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



13

AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA



3.1 A SITUAÇÃO DO TRANSPORTE NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Tarifas caras, superlotações e baixa qualidade do serviço prestado. Em geral, essa é a realidade de quem utiliza e depende do transporte público para realizar deslocamentos diários na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar de ser um direito social básico, garantido pela Constituição Federal desde 2015, o transporte público sofre com diversos problemas estruturais e emergenciais.

O sistema de transporte no país é, majoritariamente, financiado pelo pagamento da tarifa, ou seja, depende da quantidade de passageiros transportados. Em um momento pandêmico, em que ocorreu uma queda brusca do número de usuários dos diferentes modais, essa lógica mostrou suas falhas. A única resposta que as concessionárias conseguem dar para que os serviços continuem operando é o aumento tarifário – que não necessariamente se traduz numa melhoria do serviço prestado.

Em paralelo às tentativas de elevação das tarifas, as empresas buscam uma operação menos custosa com a redução do número de carros em operação. Essa medida favorece as superlotações e dificulta ainda mais a vida de quem depende do serviço para os deslocamentos diários, especialmente em um momento em que o distanciamento é fundamental para garantir a segurança dos usuários. Dessa forma, trata-se de um problema estrutural que só se tornou mais evidente com a pandemia.

Desde a sua fundação, um tema em que a Casa Fluminense vem articulando, fazendo *advocacy*, cobrando transparência e sendo propositiva é a agenda da mobilidade urbana. Alguns exemplos são o “Almanaque Agenda Rio: políticas públicas no Rio Metropolitano (2007-2017)”,²⁶ com suas propostas de mobilidade sustentável; o livro “Não Foi em Vão”²⁷, onde se denuncia desigualdades na mobilidade urbana em diferentes territórios e a falta de segurança nos trens metropolitanos no Rio de Janeiro – a partir da morte de Joana Bonifácio, uma entre centenas de vítimas por atropelamentos ferroviários –; o “Mapa da Desigualdade (2020)”²⁸, evidenciando, entre outros, o peso da tarifa do transporte público na vida da população na RMRJ e a morte de pessoas negras

26 _____ <https://almanaque.casafluminense.org.br/?fbclid=IwAR3U-HIMn-Spqyq0AjWkvHPLH7B7SK-NEM-aMqzXTgVX8W2R5JxYnn3iXBE>

27 _____ <https://naofoiemvao.casafluminense.org.br/>

28 _____ <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>

29 _____ https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/11/05_CASA_deolho_notransporte.pdf

nos transportes; e, por fim, passando pelos relatórios “De Olho no Transporte 1 e 2”.²⁹

O olhar específico para os trens – principal meio de transporte para a integração da região metropolitana do Rio de Janeiro – é fundamental para entender o contexto da mobilidade metropolitana. Neste sentido, na linha do “Não Foi em Vão”,³⁰ a Casa Fluminense e o Observatório dos Trens lançaram a publicação “Recomendações para a modernização dos trens da Supervia”.³¹

Os problemas da empresa são estruturais e não decorrem apenas da crise oriunda da redução de passageiros devido à pandemia, e muito menos dos antigos roubos de equipamentos. As questões estruturais passam pelos seguintes pontos:

1. o contrato de concessão que permite o reajuste da tarifa com base no IGPM,³² que acumulava, em 2021, uma alta de 15,98% no ano e de 33,83% em 12 meses, considerando o mesmo período em 2020. Isolando o índice apenas em 2020, no meio da pandemia, em julho, o IGPM já demonstrava alta em plena recessão econômica e crise social, com alta cumulativa de 9,27% em 12 meses;
2. a remuneração do setor é feita pelo custo do serviço, que é pago pelo usuário, sem que se tenha conhecimento do valor real da operação e da margem de lucro da empresa para investir em melhorias;
3. o modelo de financiamento e o modelo operacional não permitem nenhuma forma de fiscalização de suas formas de *accountability* e *compliance*.

30 _____ <https://naofoiemvao.casafluminense.org.br/>

31 _____ <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2021/09/recomendacoes-casa-observatorio-final.pdf>

32 _____ <https://portal.fgv.br/noticias/igpm-julho-2021>

Dito isso, tanto nos trens como em outros modais (ônibus, metrô, barcas, etc.), o desafio consiste em como garantir que o transporte público seja acessível e abrangente à população, enquanto ele opera numa lógica que vai exatamente na contramão desse objetivo. Em outras palavras, essa lógica perversa, que busca sempre repassar o custo da operação somente ao usuário, impede que o transporte seja garantido como um direito constitucional e seja visto como uma mercadoria.

É fundamental adotar um modelo de funcionamento que remunere os operadores pelo preço do custo da operação. Contudo, para que isso seja feito, mais transparência nos contratos é necessária, de forma que o poder público tenha controle não apenas da bilhetagem eletrônica, mas também dos custos e receitas de cada modal, para alcançar maior efetividade nas operações.

Também é preciso buscar fontes alternativas de financiamento, por meio de Fundos municipais e estaduais destinados à mobilidade urbana, visando não apenas a sustentabilidade do sistema, mas, sobretudo, garantir sua expansão. Os fundos de mobilidade podem ser compostos por uma série de tributos e taxas de origens diversas, como percentuais do IPTU e IPVA, taxações ao uso do transporte individual motorizado, recursos do vale transporte, entre outras fontes de recursos possíveis que devem ser aplicadas, exclusivamente, tanto no subsídio às tarifas como na infraestrutura do transporte público coletivo.

É pelo transporte público que a população acessa a outros direitos sociais básicos, como a educação, saúde, cultura, contudo, há um longo caminho para que o transporte se torne bom, barato e seguro. Nesse sentido, a Casa Fluminense atua na busca por qualidade, segurança e a mudança do modelo de operação e financiamento do sistema de transporte metropolitano, visando mais transparência, justiça social e que se consolide como um direito constitucional garantido a todos.

3.2 TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA (TAC) E A ACESSIBILIDADE NOS TRENS DA REGIÃO METROPOLITANA



Em 2019 a Supervia, concessionária que administra o serviço de trens metropolitanos, foi condenada a pagar multa mensal de R\$ 50 mil se não realizasse obras de acessibilidade nas estações de Riachuelo e Honório Gurgel. Os locais eram acessados com frequência por Carlos Miguel e Ícaro Santos, pessoas com deficiências. Os dois eram praticamente impedidos de utilizarem plenamente o serviço uma vez que suas mães eram obrigadas a carregá-los por vários degraus até alcançarem as plataformas dos trens, por conta da falta de estruturas adequadas nas respectivas estações.

A mobilização protagonizada pelos familiares de Joana Bonifácio, jovem morta, em 2017, dentro da estação de trem de Coelho da Rocha, no Ramal Belford Roxo, culminando na sistematização e publicação do livro “Não Foi em Vão”³³, ajuda a compreender o grau de precarização, omissão e violência nos trens metropolitanos e, conseqüentemente, os episódios acima citados, cotidianamente vivenciados pelos fluminenses.

33 — <https://naofoiemvao.casafluminense.org.br/>

Uma reportagem da Casa Fluminense mostrou que 409 pessoas foram atropeladas e mortas por trens do Rio nos últimos 10 anos³³. Nos anos de 2019 e 2020, 102 pessoas foram vítimas de homicídio culposo por atropelamento ferroviário nos 12 municípios atendidos pela Supervia. Em outras palavras, pelo menos quatro pessoas morreram por mês atropeladas nas linhas férreas ou estações de trem. Destas mortes, cerca de 80% foram homens, destes 70% eram pretos ou pardos, um padrão que se repete desde 2008, e que é apresentado no “Não Foi em Vão”. Além disso, uma quantidade considerável desses óbitos, aproximadamente 35%, ocorreu dentro das próprias estações de trem, onde, em tese, os usuários deveriam estar garantidos em condições mínimas de segurança.

Enquanto esses incidentes graves nas linhas férreas continuam sendo uma realidade, por vezes, para a Supervia, parecem ser uma mera fatalidade pois são constantemente seguidos de argumentos que insinuam a culpabilização das vítimas desse tipo de homicídio, alegando imprudência das mesmas. Por conta das ações movidas contra a concessionária, o Ministério Público imputou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em 2019, para correções na acessibilidade das composições e, posteriormente, de 104 estações de trem objetivando lançar luz aos riscos diários que os usuários dos trens metropolitanos são expostos.

A Casa Fluminense teve acesso ao laudo elaborado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) que analisou em uma amostra de 10 estações itens como: característica da estação, acesso externo e interno, sinalização, mobiliário acessível, banheiro acessível e a plataforma de embarque e desembarque, considerando para a escolha dessas estações os seguintes critérios: 1) lista de estações ferroviárias indicadas como prioritárias por cada Promotoria de Justiça que faz parte do TAC; 2) distribuição espacial das estações de forma a contemplar pelo menos uma estação ferroviária de atribuição de cada Promotoria de Justiça que faz parte do TAC; 3) distribuição espacial das estações de forma a contemplar diferentes municípios e ramais ferroviários; 4)

movimentação de passageiros com deficiência física por estação ferroviária; 5) exclusão das estações ferroviárias denominadas “olímpicas” e 6) exclusão de áreas com alto índice de violência urbana.

A partir desse documento, observou-se que a inadequação de piso tátil, desníveis na área de embarque e obstáculos nas rampas de acesso às estações são maioria nas estações analisadas, comprovando a dificuldade de acesso e circulação de pessoas com deficiência. Chama a atenção a Estação de Santa Cruz, uma das mais movimentadas e que dá nome a um dos ramais da concessionária, em que somente uma das quatro plataformas disponíveis possui condições de embarque por pessoas em cadeira de rodas. Outro ponto de atenção diz respeito aos banheiros acessíveis. Das 10 estações analisadas, somente Nilópolis apresentou um banheiro na estação, sendo que este não está adaptado para acessibilidade. Na estação de Caxias, outra estação de grande movimentação de passageiros, não existe elevador de acesso à plataforma, embora haja o espaço separado para um. Por fim, merece destaque ainda, o fato de todas as estações analisadas apresentarem irregularidades no que tange à sinalização na plataforma, seja quanto às orientações pertinentes às saídas, seja quanto às sinalizações sonoras e visuais, aumentando o risco de acidentes e mortes.

O reajuste da tarifa mais uma vez foi aprovado e o regime de recuperação fiscal da empresa também. Enquanto isso, o serviço de transporte oferecido compromete boa parte da renda dos trabalhadores, faz com que se perca considerável tempo no deslocamento casa-trabalho e causa intranquilidade e insegurança por conta da superlotação.

Além dos problemas enfrentados pelos usuários da Supervia, os demais modais de transporte, que já enfrentavam problemas estruturais, foram afetados pela recessão econômica oriunda da pandemia. Com a redução de usuários, devido às medidas de

isolamento, as empresas de ônibus, o BRT, o VLT e a Supervia reduziram a circulação de seus veículos.

De acordo de dados com o Relatório De Olho no Transporte 2,³⁴ quando comparamos à segunda semana de março de 2020, as empresas de ônibus estavam operando com uma frota um pouco acima de 50%, na primeira semana de 2021, as empresas estavam operando com 40% da frota. Em um cenário em que deveríamos ter mais transportes circulando para evitar aglomeração, e consequentemente, o contágio do vírus, vimos transportes lotados, operando em péssimas condições e expondo os usuários a condições precárias.

Em 2021 também vimos o estado e o município criando leis diferentes sobre a bilhetagem eletrônica, o BRT passando por uma nova intervenção, e a pane da Supervia. Transporte bom, barato, seguro e limpo é algo ainda bastante distante da população da Região Metropolitana, haja vista que a lógica dos lucros persiste colocando o usuário como um encarcerado do sistema de transportes públicos.

34 — <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2021/04/DOT-2-CASA-FLUMINENSE-versao-2.pdf>

3.3 DOS 22 MUNICÍPIOS DA RMRJ, 20 NÃO POSSUEM PLANOS DE MOBILIDADE FINALIZADOS E LEIS DE REGULAMENTAÇÃO



A mobilidade influencia significativamente o cotidiano de milhares de pessoas, por isso, o poder público, deliberadamente, precisa acompanhar essa agenda de forma estratégica e propositiva, compartilhando com a iniciativa privada e a sociedade civil suas visões, aspirações e preocupações a respeito. Nesse sentido, os Planos de Mobilidade são instrumentos que ajudam a conduzir essa pauta. Sua inexistência, portanto, denota falta de planejamento para a área, assim como menospreza a capacidade que a mobilidade tem de promover qualidade de vida. No contexto metropolitano, dos 22 municípios, apenas Rio de Janeiro e Petrópolis possuem planos de mobilidade finalizados e legislações que os regulamentam. Ao contrário de Niterói, que possui plano finalizado, mas ainda não tem uma legislação que o normatize.

Em outros quatro municípios os planos de mobilidade encontram-se em elaboração: Mesquita, Itaguaí, Japeri e São Gonçalo, realizando audiências públicas para discutir e elaborar o diagnóstico sobre a mobilidade urbana municipal, com exceção da cidade de São Gonçalo, onde o plano encontra-se em fase de licitação. Apesar de haver uma legislação nacional que regulamenta essa pauta, chama a atenção que mais da metade dos municípios metropolitanos (15) não iniciaram seus planos de mobilidade e/ou não responderam se possuem ou iniciaram ações. O que impacta diretamente a mobilidade dos moradores dentro de seus territórios, afetando, conseqüentemente, a mobilidade em toda a região metropolitana.



Dos 22 municípios da RMRJ, 20 não possuem planos de mobilidade finalizados e leis de regulamentação

Fonte: Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro (SETRANS) via pedido de Lei de Acesso à Informação (LAI)

Município	Status do plano de mobilidade	Legislação
Rio de Janeiro		Decreto Municipal 45781/2019
Niterói		
Petrópolis		Decreto Municipal 721/2019
Mesquita		
Itaguaí		
Japeri		
São Gonçalo		
Duque de Caxias		
Nova Iguaçu		
Belford Roxo		
São João de Meriti		



Plano
finalizado



Em
elaboração



Não possui plano
e/ou legislação
de regulamentação

Município	Status do plano de mobilidade	Legislação
Magé		
Itaboraí		
Maricá		
Nilópolis		
Queimados		
Seropédica		
Rio Bonito		
Guapimirim		
Cachoeiras de Macacu		
Paracambi		
Tanguá		

3.4 QUEIMADOS É UMA CIDADE PARTIDA AO MEIO

FABRÍCIA STERCE E LENNON MEDEIROS ENTREVISTAM
ANDRESSA GARCIA | AGENDA QUEIMADOS 2030



“Queimados é uma cidade partida ao meio, como é a maioria da Baixada Fluminense”, é o que diz Andressa Dias, co-escritora da Agenda Queimados 2030. Andressa é arquiteta e urbanista, foi uma das responsáveis pelo projeto de redesenho urbano proposto pelo Conectar Queimados – uma iniciativa de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS) financiada pelo Banco Mundial.

“Tem um sindicalista de Queimados que diz: vamos enterrar a estação. Porque o certo é que não tivéssemos uma linha do trem separando a cidade. Principalmente nos centros. Se isso não é possível hoje, precisamos de muitas passarelas”, diz Andressa. “Aqui temos somente duas, uma é só escada, a outra tem uma rampa muito íngreme, intransitável para cadeirantes.” Andressa continua: “Precisamos de passarelas que favoreçam o comércio, os trânsitos locais. Porque isso ativa os circuitos internos do território. Temos que fazer os dois lados da cidade conversar. Se não conseguimos acabar com o muro, precisamos de mais travessias.” Na Baixada Fluminense, as cidades se estabeleceram ao redor das estações de trem e rodovias. Andressa aponta que muitos dos problemas da mobilidade na Baixada nasceram da falta de planejamento no desenvolvimento urbano: “O estado incentivou o loteamento de terrenos distantes, que não tinham acesso à infraestrutura. Com isso, o poder público impediu o trânsito de pessoas mais pobres.”

Andressa ressalta que “não basta conectar os lados de Queimados, é preciso conectar a Baixada. “Duque de Caxias é inacessível partindo de Queimados”,

provoca. “O ideal é que tivéssemos mais trens, mais metrô, mais VLTs, transportes que não disputem espaços com os carros. Porém, nós passamos por um processo de redução na malha ferroviária. Tínhamos mais conexões antes! E em vez de reforçarmos essa qualidade de transporte – que ainda emite muito menos carbono, preferimos a economia do asfalto. Péssimos planos de mobilidade incentivaram o uso de carros e a construção de rodovias que terminaram engarrafadas.”

O investimento público é fundamental para reverter esse quadro. Para Andressa, a falta de interesse governamental nesses espaços demonstra um preconceito territorial. “A Zona Sul foi criada para ser rica, a formação da cidade não era pra frente do mar, até o momento que acontece a percepção do mar como um ativo econômico.” Por outro lado, o Rio de Janeiro permanece sem prezar a urbanização e integração das cidades da Baixada Fluminense. “As pessoas querem morar perto das opções de transporte, o resultado disso são calçadas apertadas, que não podem ter arborização e ciclovias. Coisas que o pobre não tem direito.” Andressa continua: “Precisamos concentrar as pessoas em lugares com infraestrutura adequada, ativando o circuito de investimentos da cidade, organizando a sustentabilidade local. No Conectar propusemos um terminal no centro, para organizar a mobilidade da cidade. Lá os ônibus se integrariam com os trens, e os comércios teriam espaço pra ganhar”, diz a arquiteta.

66 Para Andressa, dinheiro não é o bastante. Investimentos precisam estar acompanhados de políticas públicas que provoquem novas manifestações sociais: “Precisamos de uma política pública que incentive pessoas a andar de bicicleta! Porque quem melhora de vida quer andar de carro. É isso que acontece quando não percebemos as questões do nosso território. Que bonito seria ter bicicletas compartilhadas, ciclovias, calçadas na Baixada. Fechar a rua é superlegal da perspectiva do urbanismo. Porque melhora a circulação de pessoas, e dispõe o espaço para as pessoas. Com isso você motiva as pessoas a permanecerem na cidade e facilita que elas procurem o que precisam aqui”, conclui Andressa.

3.5 COLAPSO DO TRANSPORTE NO RIO PRECISA SER REVERTIDO COM POLÍTICA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



RAFAEL CALABRIA | COORDENADOR DE MOBILIDADE URBANA DO
INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - Idec

A precariedade da mobilidade urbana e dos transportes é um dos problemas mais graves que os moradores da Baixada Fluminense sofrem diariamente. Desde os que moram em Japeri e Guapimirim que perdem horas nos trens da Supervia, até as pessoas de São Gonçalo que lutam há anos pelo atendimento das barcas na cidade. Os ônibus do Departamento de Transportes do Rio de Janeiro (Detro) e as 22 redes de ônibus municipais são o exemplo mais visível do problema, pois atendem mais cidades e mais usuários, mas sempre com os mesmos problemas de lotação, atrasos e ainda disputam o espaço no trânsito com os carros.

O problema é estrutural no Brasil, não há uma coordenação nacional da qualidade do transporte, e as cidades e estados gerenciam muito mal os serviços. A pandemia tem agravado essa crise mostrando que a forma como o transporte é organizado no país está totalmente esgotada, e a Baixada Fluminense tem diversos exemplos disso.

Além da redução da oferta de ônibus, com aumento dos intervalos e das lotações, neste ano ocorreram falências de diversas empresas de ônibus, greves no BRT, intervenção da prefeitura nas empresas de ônibus, interrupção de atendimento em linhas da Supervia, redução da frequência das barcas, além das propostas de aumento de tarifas abusivas no metrô e nos trens. Tanto na esfera estadual quanto nos municípios, os problemas se avolumam e os usuários e usuárias sofrem com o aumento da tarifa e a piora da qualidade do transporte, além de interrupção ou cortes de linhas.

O Idec e outras instituições já apontaram exaustivamente que o transporte coletivo não consegue se sustentar baseado apenas no pagamento da tarifa pelo usuário. Isso leva os ônibus e metrô a dependerem da superlotação para serem rentáveis e a aumentos de tarifa. Ou seja, o sistema fica caro e ruim para o usuário, além de se tornar inviável na pandemia, onde a lotação precisa ser evitada por questões de saúde pública.

Por isso a pandemia estourou uma grave crise no transporte em todas as cidades do país. Vimos algumas cidades reagirem melhor do que outras, mas no Rio o serviço tem entrado em colapso pelo fraco poder de controle da prefeitura e do estado sobre os ônibus e serviços de trilhos, somado ao grande domínio que as empresas privadas têm sobre a própria gestão do serviço, além dos contratos falhos de metrô, trens e barcas.

Em comum, todos os modos de transporte que funcionam na Baixada Fluminense têm a herança de contratos problemáticos, feitos em gestões passadas, que não preveem recursos para manter a qualidade do sistema além da tarifa, motivando o aumento de seu valor. Ou seja, predomina o padrão de esperar que usuários e usuárias, em sua maioria pessoas de baixa renda, banquem todo o custo do transporte público e a manutenção de estações, apesar da importância que o transporte coletivo tem para toda a Região Metropolitana.

Ao depender da tarifa paga pelas pessoas para se manter, os empresários buscam atender bem às regiões mais rentáveis, e deixam as áreas mais periféricas com intervalos enormes e veículos piores. Esse modelo também desestimula que as empresas cumpram as viagens definidas, pois vão receber o mesmo valor se apertarem os passageiros em menos veículos. Por isso a redução de passageiros na pandemia tem sido fatal para este modelo.

Também foi por essa razão que a Supervia e o metrô precisaram pedir aumento de tarifa, empresas de ônibus foram à falência, a prefeitura interveio no BRT e as barcas tentaram reduzir o serviço - claro, tudo isso sem ouvir a opinião de quem usa esses serviços em nenhum momento! Ficou claro como a água que o modelo tem que mudar!

Na busca de resolver essa crise, o governo do estado, em recuperação judicial, tem dificuldade em buscar soluções mais ambiciosas. Como o governo desistiu do projeto de lei que previa um socorro para o setor em 2020, precisou negociar com as concessionárias de trem e metrô aumentos menores, que ainda impactam muito o orçamento das pessoas que usam o serviço e mantêm o risco de novos aumentos abusivos no futuro. Há também uma grave dificuldade em se avançar na contratação de novas empresas para operar os ônibus do Detro e as linhas das barcas, que precisam ter contratações mais modernas, garantindo a qualidade, a transparência e a fiscalização do serviço com participação social.

Já a prefeitura surpreende ao buscar iniciar um processo de participação social, debater fontes de receitas para conseguir reduzir a tarifa e apresentar propostas ambiciosas para mudar a gestão dos ônibus.

O Observatório de Mobilidade Urbana Sustentável (OPTMUS Rio) é um importante passo para o fortalecimento da sociedade civil, e a futura organização de conselhos de usuários, assim como a tributação dos aplicativos de transporte individual é um importante instrumento para garantir que as externalidades negativas do uso do carro ajudem a custear o serviço de transporte e tornar a tarifa mais socialmente justa.

Se no financiamento e na participação a capital dá os primeiros passos, a proposta de modificação da gestão dos contratos, por outro lado, é um enorme avanço. A retirada da bilhetagem da mão dos empresários, que está bastante avançada, é estrategicamente importante para a transparência e controle da gestão, e a proposta de dividir os contratos do BRT, em contratos de operação e frota, são as propostas mais inovadoras do setor no momento, já sendo implantadas em cidades da América Latina.

O transporte público é um direito e tem que atender a todos com qualidade e valor acessível, não dá para os passageiros bancarem todo o sistema. O impacto social enorme que esse direito gera e a dificuldade dos governos de avançar no tema o torna um dos temas mais importantes da Agenda Rio 2030.

O Rio precisa avançar no controle do serviço, consolidar e ampliar as ferramentas de transparência das contas, participação social e melhores práticas de gestão. É necessário parar de tratar o transporte como responsabilidade das empresas e assumir que ela é da prefeitura, do governo do estado e também do governo federal. Investimento em mobilidade é investimento direto na qualidade de vida das pessoas.



CAP 4 | SEGURANÇA



DE OLHO NA AGENDA RIO 2030:

Garantir o acesso à justiça, ampliar possibilidades para as juventudes e suas diversidades, coibir violações dos direitos da população negra, das mulheres, LGBT+ e reduzir o uso de armas de fogo.



1 ERRADICAR
A POBREZA



10 REDUZIR AS
DESIGUALDADES



16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES

4.1 LETALIDADE POLICIAL, RACISMO ESTRUTURAL E CHACINAS NA RMRJ: UMA HISTÓRIA DE DOR E AUSÊNCIA DE JUSTIÇA PARA AS VÍTIMAS

O braço opressor do Estado, mais conhecido como as forças de segurança, nunca foram tão letais quanto nos últimos 2 anos, se considerarmos os dados da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e do Brasil.

De acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2021) houve aumento na letalidade policial e das mortes violentas intencionais, o que não houve foi mudança no perfil das vítimas, sendo, historicamente, em sua maioria, homens negros nas duas categorias destacadas.

Há seis anos, a Anistia Internacional lançou um impactante relatório intitulado: “Você matou meu filho - homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro”, nele a organização apresentou a partir de uma investigação exclusiva dados que corroboram relatos de moradores, indicando ações extrajudiciais, violações múltiplas de direitos humanos e homicídios praticados pela Polícia Militar.

O viés racial e a ação bélica foram destacados no relatório, indicando que, no ano de 2012, 50% dos mortos em decorrência de ações da polícia eram jovens (entre 15 e 29 anos) e destes 77% eram negros. O relatório apontava um viés racial e investia na campanha da organização “Jovem Negro Vivo”, a qual se alinhava com a campanha americana do *Black Lives Matter*. Quase uma década depois, a vitimização de jovens negros continua a subir. De acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2021), dos 6.416 mortos em intervenções policiais no Brasil 78,9% eram negros, 72,8% tinham entre 12 e 29 anos e 98,4% eram do sexo masculino. Fortes exemplos do racismo institucional da polícia e a necropolítica, moldados desde a escravatura.

O *Mapa da Desigualdade* (2020)³⁵, desenvolvido pela Casa Fluminense, indica como o genocídio negro se enraíza nos territórios da RMRJ. É importante lembrar que, de acordo com o Infográfico 1.b sobre População Negra, a população negra da Região Metropolitana é percentualmente maior do que a do Brasil. Enquanto na RMRJ temos 52,78% de pretos e pardos, no Brasil esse número cai para 50,74%.

35 https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/?gclid=Cj0KCQjwqp-LBhDQARIsAO0a6aJI6Ou9vspJjtxNhtmg_IrjqtKhIN22SqjazofWUub8QXw3CI3BUHS0aArnDEALw_wcB

Outros indicadores com o viés racial apresentados no *Mapa da Desigualdade*³⁶ são: o mapa 4.A de Letalidade Violenta e o mapa 4.B de pessoas negras assassinadas pelo Estado, onde se apresenta o percentual de homicídios de pessoas negras decorrentes de intervenção policial em relação ao total para cada município, e mais uma vez, a RMRJ superava, à época, o percentual do Brasil, sendo 79% e 75,4%, respectivamente. Dados do Relatório semestral (2020) do Instituto Fogo Cruzado³⁷, apontam para um cenário sombrio de violência na RMRJ. Em 2020 foram relatados 2606 disparos por armas de fogo, 518 mortos e 522 feridos. Nesses tiroteios, 770 ocorreram com a presença de agentes de segurança. Comparando os disparos por armas de fogo de 2020 (2606) com os seis primeiros meses de 2019 (1.204), observa-se um considerável aumento.

Às famílias dessas vítimas são impostas, sistematicamente, às dificuldades e obstáculos na luta por justiça. A falta de uma perícia independente, faz com que a cidadania dentro das favelas seja nula. Muitos familiares dos mortos em decorrência das ações, sequer têm o direito de elucidação dos crimes ocorridos ali, uma vez que para a realização da perícia não há uma estrutura autônoma. O mesmo quando acontece a investigação, não há acolhimento e reparação para essa família.³⁸

36 — Fontes para os infográficos citados ISP 2019 e FBSP 2018.

37 — No segundo ano pandêmico, 2021, os dados do Relatório semestral de 2021 do Instituto Fogo Cruzado indicam considerável aumento de baleados, mortos e feridos com aumento da presença de agentes de segurança, a saber: 1) 2791 tiroteios/ disparos por armas de fogo; 595 mortos; 543 feridos. Nesses tiroteios, 829 ocorreram com a presença de agentes de segurança. Segundo o instituto, houve aumento de 15% do número de mortos entre o primeiro semestre de 2020 e o de 2021.

38 — Atualmente esse trabalho é realizado por uma rede da sociedade civil composta pela comissão de Direitos Humanos da Alerj, Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, coletivos formados por moradores de favela e mães que perderam seus filhos e ajudam outras mães na busca por reparação e justiça. Mas isso é feito por equipes pequenas. Não é um aparato de uma política pública com toda a estrutura necessária, objetivando a eficiência. Cabe ressaltar que os equipamentos públicos responsáveis pelo acolhimento dessas famílias sofrem com o sucateamento e a falta de recursos humanos, impedindo que o Centro de Referência da Assistência Social (Cras) e o Centro Especializado de Assistência Social (Creas) deem conta da demanda dessas populações duplamente vulnerabilizadas.

Diante das perdas traumáticas³⁹, muitas mães e familiares de vítimas em decorrência da ação de agentes armados, vivenciam um adoecimento físico e mental. De acordo com a *Iniciativa Direito à Memória e Justiça Social* (2021,p.10): “A origem da polícia se dá para garantir a coerção e o controle do povo. Não podemos dissociar a origem das instituições policiais da herança autoritária escravocrata”.

Entre 2009 e 2019, o estado do Rio de Janeiro teve mais de 400 chacinas com mais de mil mortes⁴⁰, a história, dos massacres/ chacinas datam da década de 90, com as chacinas de Acari (1990) com 11 jovens mortos, a da Candelária (1993) com oito jovens mortos; a de Vigário Geral (1993) com a execução de 21 moradores, a chacina da Baixada Fluminense (2005) que deixou 29 mortos, entre eles jovens, crianças, homens e mulheres se iniciando em Nova Iguaçu e acabando em Queimados e a mais recente e letal chacina do Jacarezinho (2021), que teve 29 vítimas fatais.

A história da RMRJ é marcada pelo fim prematuro e violento de vidas de jovens, crianças, homens, mulheres e gestantes. Diante dos números e dos rostos das vítimas, as perguntas que ecoam são: 1. que polícia é essa que tanto mata e tanto morre?; 2. até quando contaremos os corpos, majoritariamente negres de periferias e favelas, entre nossos mortos? e 3. até quando o estado irá negar o direito à memória, reparação e culpabilização dos culpados por essas mortes?. Uma segurança pública cidadã, preventiva, inteligente e antirracista⁴¹ não se constrói sem rever o seu passado, para não repetir seus erros em seu futuro.

39 — Nos últimos 5 anos 100 crianças foram baleadas no Grande Rio e, desde 2017, oito grávidas foram mortas a tiros no Rio de Janeiro. Tragédias que marcaram as manchetes, desnudaram a letalidade da ação policial em áreas vulneráveis e periféricas: as favelas; e deixaram para trás vítimas invisibilizadas, as famílias daqueles que morreram. A polícia do Rio de Janeiro é a que mais mata crianças e adolescentes no Brasil.

40 — <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/02/em-10-anos-rj-tem-mais-de-400-chacinas-com-13-mil-mortes.ghtml>

41 — https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/09/03_CASA_agendario2030_miolo_compressed.pdf

4.2 ADPF 635: A INCIDÊNCIA POLÍTICA DAS FAVELAS



A pandemia de Covid-19 mostrou que além da saúde outra questão também precisava de cuidado, como já vêm denunciando organizações da sociedade civil, universidades e setores progressistas de defesa de direitos: o aumento de violações de direitos provocada pelas operações promovidas pelos agentes de segurança do estado. Mesmo com a denúncia de moradores, ativistas de direitos humanos e órgãos públicos como a Defensoria Pública do Estado do Rio, vimos um aumento dos casos de violência decorrentes de operações policiais.

Nesse cenário surge a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 (ADPF). Criada em meio à pandemia, em resposta ao clamor popular, a ADPF restringe a realização de operações policiais nas comunidades do estado do Rio de Janeiro. A ADPF 635 não é conhecida como a “ADPF das favelas” à toa, e sim por conta dos avanços na proteção observados quando há respeito pelas vidas dentro dos espaços de favelas.

A chamada “Favelas pelas Vidas” busca trazer para o centro da discussão que essa política de guerra contra as drogas, tem trazido prejuízos para os cofres públicos, viola os direitos fundamentais e se mostra ineficiente.

A proposta da ADPF 635 tende a sugerir uma opção política de criação de controle das ações dos agentes de segurança do estado, que pareciam não seguir protocolos de segurança e proteção à vida, quando a atuação se dava nos espaços de favela.

Um dos maiores casos dessa falta de controle das ações por parte dos agentes de segurança do estado é a chacina de Nova Brasília, que vitimou 13 pessoas em

1994 e que até hoje mesmo com toda a repercussão e a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, os familiares ainda brigam por justiça, reparação e memória. A ADPF visa diminuir a excessiva e crescente letalidade da atuação policial e sanar as graves violações de direitos nos processos das operações policiais do estado do Rio de Janeiro. O conjunto de normativas que compõem a ADPF 635 foi ajuizado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Organizações como a Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, Educafro, Justiça Global, Redes da Maré, Conectas Direitos Humanos, Movimento Negro Unificado, Instituto de Estudos da Religião (Iser), Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, Coletivo Papo Reto, Coletivo Fala Akari, Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, Mães de Manguinhos – entidades admitidas como *amicus curiae* –, e também o Observatório de Favelas, Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (Geni/UFF), Instituto Fogo Cruzado, Maré Vive, Instituto Marielle Franco, Conselho Nacional de Direitos Humanos e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) vêm mostrando com estudos e dados que, quando a ADPF é respeitada, há uma redução do número de mortes causado pelas operações policiais, como a que vitimou João Pedro, Emily, Rebecca, Marcos Vinícius, Kathlen e os 29 mortos na chacina do Jacarezinho.

Neste documento são solicitadas algumas medidas de cuidado por parte do estado do Rio de Janeiro, para coibir a letalidade policial e impedir as violações de direitos humanos pelos agentes de segurança do estado. Entre elas, se solicita o fim do uso dos blindados aéreos em operações policiais, a proteção à comunidade escolar, a garantia do direito à participação, o controle social nas políticas de segurança pública, o acesso à justiça e a construção de perícias e de provas que incluam a participação da sociedade civil e de movimentos sociais como uma das ferramentas principais na resolução das investigações de casos de homicídios e desaparecimentos forçados.

A ADPF inicialmente chegou nos espaços como sopro de esperança, mas com o passar do tempo ela indicava não ter logrado sucesso, haja vista a continuidade de ações e trocas de tiros em diversas favelas da RMRJ.

Em meio à continuidade das operações policiais muitas vítimas se somaram às estatísticas. O que se pode identificar nesse cenário é que o investimento por parte do estado do Rio de Janeiro em aparato bélico é uma continuidade da política iniciada por Wilson Witzel que obteve continuidade no governo de Cláudio Castro.

Nesse contexto, ter a garantia de respeito às decisões da ADPF garantirá que vidas sejam salvas. As dos moradores das favelas e dos agentes de segurança no exercício das suas profissões. A ADPF orienta que seja ampliado o diálogo com órgãos estatais e organizações da sociedade civil com o intuito de fortalecer o cumprimento das garantias legais do conjunto da população.

A desconexão entre o ordenamento jurídico do tratamento e o reconhecimento de direitos pelas quais estão expostas cotidianamente as pessoas que moram ou frequentam as favelas são bastante anteriores à Intervenção da ADPF 635. Entretanto, a partir de seu decreto, são adicionados elementos potencializadores desse quadro, como: 1. controle por parte do Ministério Público sobre as operações das forças de segurança do estado; 2. reforço de que é necessária comunicação prévia a fim de que escolas, creches e unidades de saúde consigam organizar medidas de proteção; 3. proibição de uso de helicóptero como plataformas de tiros; 4. proibição de uso de escolas e hospitais como base operacional das polícias civil e militar; 5. preservação de vestígios da cena do crime e que sejam evitadas as remoções indevidas de corpos, sob o pretexto de suposta prestação de socorro; 6. os órgãos da polícia técnico-científica devem documentar as provas periciais, laudos e exames de necrópsia com o objetivo de assegurar a possibilidade de revisão independente; 7. as investigações deverão atender às exigências do Protocolo de Minnesota: devem ser rápidas, eficazes e completas, bem como independentes, imparciais e transparentes.

4.3 TRÊS EM QUATRO MORTES POR LETALIDADE VIOLENTA OCORRERAM NA RMRJ EM 2020



O indicador de letalidade violenta, criado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), engloba os óbitos por homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte ou morte por intervenção de agente de estado. Apenas em 2020 foram registrados 4907 óbitos nessas características no estado do Rio, sendo que cerca de três em cada quatro ocorreram na RMRJ (73,3%), onde houve 3595 mortes. Em relação ao perfil majoritário, tanto no estado como na RMRJ, 90% desses casos envolvem homens. Pretos e pardos também são maioria, pois juntos somam 71,1% na RMRJ e 68,8% no estado. Na escala da Região Metropolitana, o homicídio doloso representa 67% do indicador, seguido de 30% de morte por intervenção de agente de estado. Este último em específico ocorre com maior incidência em seis municípios da RMRJ: Itaguaí, Niterói, Mesquita, Queimados, Japeri e São Gonçalo, onde as mortes provocadas pela polícia representaram mais de 40% de toda a letalidade violenta em 2020. Com exceção de Niterói, são esses os municípios onde a taxa por 100 mil habitantes é mais alta. Apesar disso, Niterói chama a atenção não apenas pelo fato de as mortes por agentes policiais representarem 48% das mortes violentas ocorridas no município, mas, sobretudo, por conta de 81,3% dos vitimados nesse tipo de crime serem pretos ou pardos, enquanto apenas 35% da população da cidade é negra, de acordo com dados do Censo do IBGE (2010).

Letalidade Violenta

Em 2020, três em quatro mortes por letalidade violenta ocorreram na RMRJ. Destes, 90% são homens e 71,1% negros.

Peso das mortes por intervenção da polícia na letalidade violenta

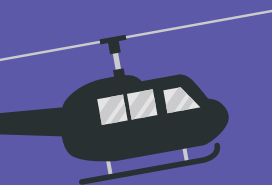
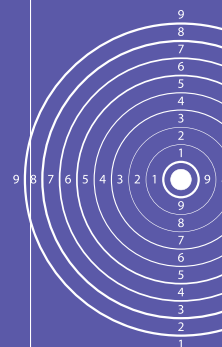
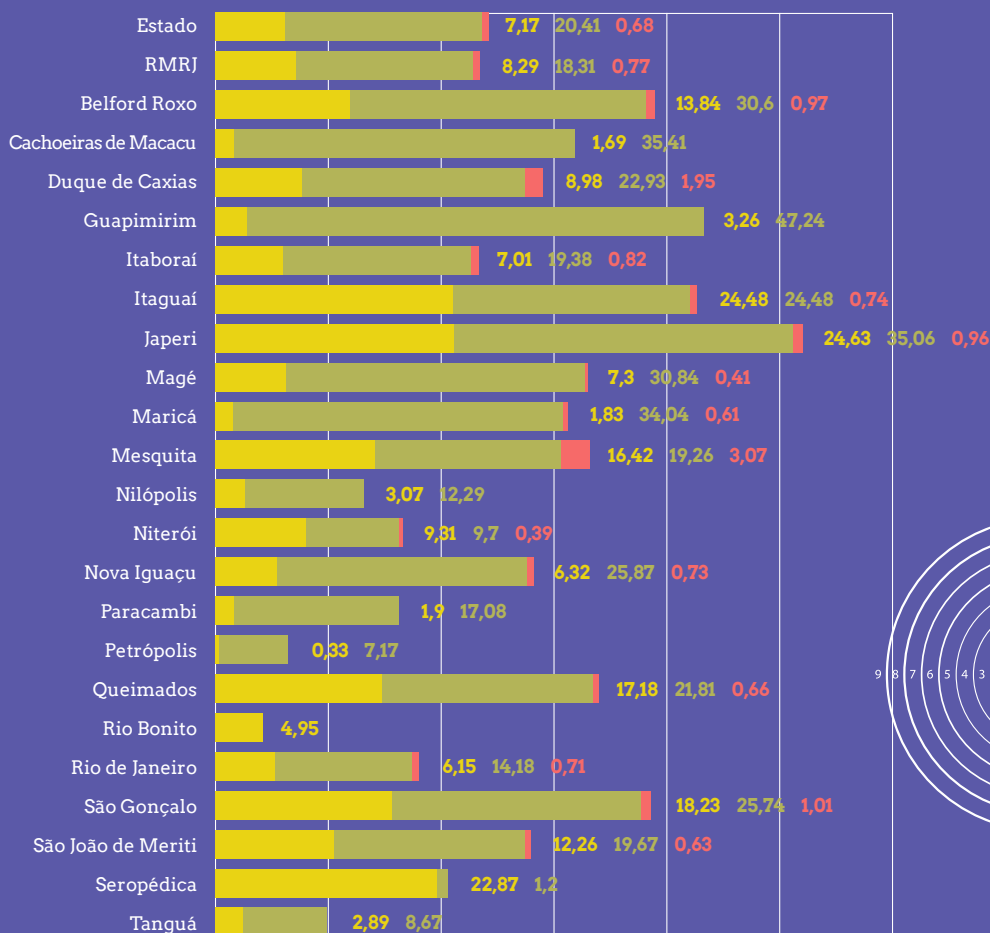
Itaguaí - 49% | Niterói - 48% | Mesquita - 46% | Queimados - 43%

Japeri - 41% | São Gonçalo - 41%



Taxa das componentes da letalidade violenta por 100 mil habitantes - 2020

Fonte: ISP 2020



- Morte por intervenção de agente de Estado
- Homicídio Doloso
- Latrocínio e/ou lesão seguida de morte

4.4 A DOR DAS FAMÍLIAS E O QUE DEVE SER FEITO POR ELAS: JUSTIÇA, REPARAÇÃO E MEMÓRIA EM CAXIAS

FABBI SILVA ENTREVISTA LIDIA DA SILVA MOREIRA SANTOS, AVÓ DAS MENINAS EMILY E REBECCA | AGENDA CAXIAS 2030



Quando pensamos no direito à justiça, memória e reparação devemos estruturar um olhar sobre a condição humana nas favelas da Região Metropolitana, e a forma como o estado consecutivamente viola os direitos dos cidadãos que ali vivem. Eis que vem na hora a resposta: é urgente falarmos sobre aqueles que ficam recolhendo os cacos a partir da perda de um filho, pai, irmão, marido.

Invertendo a ordem vida x memória, devemos iniciar falando sobre memória como direito fundamental, para junt@s pensarmos na defesa dos direitos humanos. A cada morte violenta há uma família por trás chorando por aquele que partiu e guarda consigo o sorriso, ações e momentos afetivos compartilhados. Não a imagem do corpo estendido que no primeiro momento causa choque e dor. O que fica alimentando a vontade de buscar justiça e reparação são os momentos afetivos que carregamos daquele que perdemos. As memórias.

Essas mortes são em sua maioria de negros e pardos. Homens, mulheres, jovens, crianças. Todos pretos. Todos filhos, maridos, companheiros (as) e amores de alguém.

“Por mais que eles me diziam que o meu filho era bandido e foi morto na troca

de tiros, só o que vinha na minha cabeça era que não ia mais poder segurar o meu bebê. Ele era o meu filho. Ele tinha nome. Ele tinha família. Ele tinha eu.” (Aparecida de Fátima da Silva, mãe de Fagner Ricardo da Silva - morto no complexo do Lins aos 16 anos).

As violações de direitos humanos nos territórios vulneráveis é o que Gilles Deleuze chamou de “Diferença e Repetição”. Elas se atualizam no cotidiano da violência orquestrada contra pretos, pobres e favelados.

Preservar a memória de alguém é uma questão de justiça e quando essa memória é violada há uma demanda de reparação simbólica. Principalmente tendo em vista as *fake news* que surgem a cada morte em uma operação. Importante ressaltar que por mais que muitas pessoas coloquem a memória no passado, para aqueles que perderam um familiar a memória pulsa no presente e acompanha no futuro. A memória nos ajuda a não repetirmos os erros do passado. Vimos isso na Europa com toda a perseguição aos Judeus e o Houlocasto, com os seus museus voltados para olhar o passado e nunca repetir no futuro os erros cometidos. Infelizmente no Brasil ainda hoje há uma relativização do período escravocrata e colhemos com a política de segurança os passos desse período da nossa história recente.

“O Cláudio Castro falou que iria ajudar na investigação e ficou por isso mesmo né o delegado também falou que iria dar prioridade também ficou por isso mesmo né, então resumindo a gente não tem muita coisa, quer dizer nós estamos largados, esquecidos pelo estado, o estado não fez nada até agora se é isso que você quer saber (...) A violência continua crescendo cada dia que ligamos a televisão escutamos e vemos um absurdo que acontece e a polícia fez né, quem deveria nos proteger, são os piores né? Eu costumo dizer que a gente fala que eles são, eles são os matadores, são os bandidos e matadores pagos por nós, pelo estado né? Porque nós pagamos pra que eles nos matem e nós pagamos para que eles nos ofendam” (Lidia da Silva Moreira Santos, avó das meninas Emily e Rebecca - mortas em Duque de Caxias)

“A violência continua crescendo cada dia que ligamos a televisão escutamos e vemos um absurdo que acontece e a polícia fez né, quem deveria nos proteger, são os piores né? Eu costumo dizer que a gente fala que eles são, eles são os matadores, são os bandidos e matadores pagos por nós, pelo estado né? Porque nós pagamos pra que eles nos matem e nós pagamos para que eles nos ofendam”

Quando uma mãe luta para preservar a memória do seu filho, ela não está se apegando ao passado e sim lutando para que outras mães não passem pela mesma dor. A luta pela preservação da memória é atrelada ao conhecimento de que outras dores não sejam produzidas. A memória constrói o presente e o futuro.

Logo, disputar a memória é garantir que a justiça reconheça que a violência orquestrada contra seus filhos e filhas não é aceitável em uma sociedade que busca no presente não repetir os erros do passado. O racismo sistêmico e a violência racial presentes hoje nas violações no campo dos direitos humanos em espaços de favelas fica claro que falta o reconhecimento formal das responsabilidades dos estados.

“O nome das meninas continua aí, a vida das meninas foi ceifada por eles porque eu não acredito né que isso é coisa de Deus, ah chegou a hora, não chegou a hora porque foi uma coisa horrível entendeu, porque eu posso falar uma coisa pra você, eu tava do outro lado da rua, não tinha troca de tiro, não tinha nada, então se não tinha uma troca de tiro e ninguém tava oferecendo nenhum tipo de perigo pra eles por que atirar? Não houve tiro sem ser da polícia.” (Lidia da Silva Moreira Santos, avó das meninas Emily e Rebecca - mortas em Duque de Caxias)

O termo reparação, conforme o *Dicionário Michaelis*, seria o ato ou efeito de reparação, conserto, reforma, restauração, indenização e satisfação dada à pessoa ofendida, sendo que, no caso da efetiva reparação dadas às vítimas da ação das violações perpetrada pelos agentes de segurança do estado, esse “conserto” ganha não somente

o sentido da indenização financeira por danos morais e materiais, encerra também reparações política e social àquelas vítimas e, ao fundo, a toda a sociedade.

Sabemos que nada vai trazer de volta uma vida tirada, mas é necessário criar protocolos para que ações como as realizadas no Jacarezinho, não se repitam. Possibilitar que crianças brinquem na porta das suas casas sem correrem o risco de serem mortas. Possibilitar que um menino siga para a escola sem medo de tomar um tiro nas costas.

Aqui queremos pensar em caminhos de responsabilização para além da esfera penal. Construir com os familiares ações de indenização, viabilidade da verdade sobre quem foram esses sujeitos mortos pelos agentes do estado e colocarmos as vítimas como sujeitos sociais e políticos que eram antes de serem mortos e perderam sua identidade na narrativa construída sob o aval do estado para justificar as mortes.

Cabe ao estado buscar a verdade a fim de criar mecanismos de reparação. Investigar e responsabilizar os praticantes das violações, fornecer informações sobre o andamento das investigações entre outras ações que visem à descoberta de tudo que possa servir de esclarecimento e forma de prevenção para que as práticas violentas não se repitam no futuro.

Importante apontar que a indenização é correta e moral. Sendo extremamente bem vinda, e jamais vai trazer de volta quem perdemos e não repara todos os danos causados por essa perda e sim possibilita a restituição moral que as vítimas merecem.

Se faz necessário que a sociedade entenda que esse problema é coletivo. Que usemos os poderes estatais para definir os melhores caminhos na busca efetiva de reparação, justiça e memória. Que tenhamos como farol o apontamento de que a política de reparação, sendo o mecanismo reparador, na ausência da responsabilização penal, é o caminho mais viável para alcançarmos a reconciliação social para essas famílias.

"Justiça, reparação e memória é um direito das vítimas e um dever do Estado."

4.5 SEGURANÇA PÚBLICA RESUMIDA À MORTE: OS ANOS WITZEL E CASTRO

PABLO NUNES | COORDENADOR ADJUNTO DO CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA (CESEC)



A onda eleitoral que varreu o país em 2018 teve no Rio de Janeiro dois de seus expoentes: Wilson Witzel e Cláudio Castro, candidatos à época a governador e vice, deixavam claro em seus pronunciamentos de campanha e entrevistas que a segurança pública não só seria o seu mote principal, mas também que suas promessas levariam a um aprofundamento do uso da violência policial como política de governo. Candidato até então desconhecido, Witzel ficou marcado em seus primeiros meses como político pelas frases “tiro na cabecinha”⁴² e pela vontade expressa de lançar mísseis em favelas.⁴³

Logo a campanha terminou e, já empossado, Witzel tornou real seus discursos e promessas de campanhas. Uma das primeiras ações do seu governo foi extinguir a Secretaria Estadual de Segurança Pública (Seseg) e elevar as polícias militar e civil ao status de secretarias. A Seseg vinha sendo mantida há décadas e representou durante esses anos uma instância de coordenação das ações das polícias, valorização e capacitação dos policiais e, de certa forma, representava também um controle civil e político do braço armado do estado.

Esse arranjo institucional deu às polícias um nível de autonomia nunca assistido. Não à toa, o número de operações policiais com o emprego de apenas

42 — <https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/>

43 — <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/06/14/em-discurso-witzel-fala-em-jogar-missil-em-trafficantes-na-cidade-de-deus.ghtml>

uma força de segurança aumentou consideravelmente, o que levou ao aumento do número de operações e, conseqüentemente, de mortes e feridos. Só nos primeiros meses de 2019, a Rede de Observatórios monitorou 1.148 ações policiais⁴⁴, um aumento de 40% nas operações ocorridas na Região Metropolitana. Além disso, observou-se um uso intenso de helicópteros como plataformas de tiro. Como esquecer as imagens dos alunos da Maré abaixados em sala de aula por conta dos tiros vindos do “águia”, como é chamado o helicóptero da Polícia Civil?⁴⁵

O número de pessoas mortas pelas polícias também saltou para mais de 1.800 no ano de 2019, o maior já registrado. Durante todo período em que foi governador, Witzel sempre deu sinais claros de que a violência policial não seria coibida, nem mesmo rechaçada. Em consequência, ele retirou a redução de mortes cometidas por policiais da lista de indicadores para o sistema de metas⁴⁶, uma bonificação a batalhões e delegacias que reduzem cifras criminais em suas circunscrições.

Tudo indicava que 2020 seria um ano ainda mais letal. Com base no ritmo em que as polícias mataram nos primeiros meses, projetava-se a cifra de mais de duas mil vidas perdidas em apenas um ano. Essa violência policial, que é uma marca do Rio de Janeiro, alcançou patamares inéditos por meio dessa política expressamente genocida, que trata os moradores de favelas e periferias como inimigos. Os negros são 86% entre os mortos pela polícia, enquanto a proporção de negros na população fluminense é de apenas 52%⁴⁷, abismo que escancara o racismo das corporações policiais.

44 — http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2019/07/REDEOBS_infografico_01_final-2.pdf

45 — <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/18/policia-civil-faz-operacao-na-mare-zona-norte-do-rio.ghtml>

46 — <https://extra.globo.com/casos-de-policia/witzel-muda-sistema-de-metas-que-estimulava-reducao-de-mortes-em-confronto-com-policia-23969699.html>

47 — <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/12/A-Cor-da-Viol%C3%A4ncia-Policial-A-Bala-N%C3%A3o-Errou-Alvo.pdf>

O ano de 2020 foi menos letal que o ano anterior, mas não por iniciativas de redução da letalidade por parte das polícias ou devido a um plano integrado de segurança pública do governo do estado. A redução se deu por conta da pandemia do coronavírus. Em 19 de março de 2020, o Rio registrou a primeira morte por conta do vírus⁴⁸, chegando ao final do mês com o registro de 46 mortes⁴⁹. Ainda naquele ano, mesmo com o avanço rápido do vírus, as polícias mataram 115 pessoas em março, 179 em abril e 130 em maio. Abril de 2020 foi o segundo mês mais letal da história.

A situação só se reverteu quando um conjunto de organizações, coletivos, ativistas e instituições se reuniram e foram até o Supremo Tribunal Federal (STF) cobrar da Corte um posicionamento. Enquanto o coronavírus atingia as favelas, espaços da cidade com grande adensamento e onde muitas vezes falta água para lavar as mãos, as polícias seguiram com suas incursões violentas, algumas vezes durante a entrega de cestas básicas e produtos de higiene indispensáveis para prevenir o contágio. Dada a urgência da situação, o Ministro Edson Fachin assinou uma liminar decidindo que apenas operações policiais indispensáveis ocorreriam a partir de então no Estado do Rio de Janeiro. A medida surtiu efeito imediato, levando a uma queda de mortes mensais de mais de 100 para menos de 50.

A importante e histórica decisão foi referendada pelo pleno do STF, mas não demorou para ser questionada e, em última instância, desrespeitada pelas forças policiais do Rio. O secretário de Polícia Civil que assumiu a pasta em setembro de 2020 defendeu que as operações policiais poderiam ocorrer livremente porque o estado vive uma situação de “exceção”⁵⁰. Essa foi a senha para nova alta nos números da letalidade: em outubro daquele ano, voltamos a registrar mais de cem mortes em um mês e o processo se intensificou em 2021.

48 — <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>

49 — <https://brasil.io/home/>

50 — <https://oglobo.globo.com/rio/novo-secretario-de-policia-civil-quer-tanques-em-favelas-rola-compressor-no-caso-marielle-24663149>

A política da morte escreveria um novo capítulo na história do estado do Rio. Em maio de 2021, no Jacarezinho, Zona Norte da cidade do Rio, 28 pessoas, incluindo um policial civil, foram mortas. Foi a operação policial mais letal da história e a segunda maior chacina em número de mortos. Como em muitas dessas operações, foram encontrados diversos indicativos de abusos e violações, como execuções, a morte de várias pessoas em um mesmo cômodo de uma casa e o desfazimento da cena do crime. Moradores relataram que era quase impossível encontrar alguma rua ou viela em que não houvesse vestígios de sangue.

Ao final da ação, em coletiva de imprensa, os representantes das polícias disseram que a operação tinha sido um “sucesso”⁵¹, como falaria no dia seguinte o vice-presidente da República. Hamilton Mourão terminou sua fala sobre o episódio afirmando que os mortos eram “todos bandidos”, quando à época pouco se sabia sobre a ação e sobre as identidades das vítimas. O que temos visto durante tantos anos no Rio de Janeiro é que o fato desses jovens serem ou não procurados pela Justiça pouco importa para essa mentalidade que acredita que todo homem jovem e negro é necessariamente um criminoso ou conivente com o crime. Essa lógica alimenta os números que registramos todos os anos e as políticas de governo que se sucedem na manutenção dessa matança.

O Rio de Janeiro precisa urgentemente enfrentar o seu principal problema de segurança pública: suas polícias e o racismo. Enquanto seguirmos mantendo as polícias intactas, e continuarmos a tratar a morte de milhares de jovens negros todos os anos como algo natural, continuaremos a contar os mortos dessa guerra e seguiremos imersos nessa lógica que faz da violência sua principal ferramenta. É preciso olhar para a história do Rio de Janeiro. A letalidade policial nunca serviu para reduzir a violência, aumentar a sensação de segurança ou combater de maneira inteligente o crime.

51 ——— <https://diplomatie.org.br/analise-da-coletiva-de-imprensa-da-policia-civil-sobre-ojacarezinho/>



CAP 5 | SANEAMENTO BÁSICO



DE OLHO NA AGENDA RIO 2030:

Democratizar o acesso à água, ao tratamento de esgoto e de resíduos, garantir a qualidade dos serviços de saneamento em favelas, preservar áreas verdes em periferias e fiscalizar crimes ambientais.



5.1 UM HISTÓRICO DE EXCLUSÃO E RACISMO AMBIENTAL

Criada a partir de processos históricos de ocupação, escravidão, exclusão, marginalização, gentrificação e miscigenação, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) é resultado de uma urbanização excludente⁵², em que trabalhadores e trabalhadoras realizam o contínuo movimento pendular, sem usufruir de políticas públicas como habitação, saneamento e fornecimento regular de água tratada. O processo de marginalização, que fez com que muitos trabalhadores migrassem para os subúrbios, baixadas e favelas está intrinsecamente ligado à incapacidade desses mesmos trabalhadores

52 ——— <https://www.scielo.br/fj/ln/a/N797qBC5Rcb9PLxKfZZWMMx/?lang=pt>

e trabalhadoras de morarem próximos aos seus locais de trabalho, o que nos leva a questionar a sua qualidade de vida e o seu direito à cidade.⁵³

As múltiplas dinâmicas de ocupação do solo urbano, rápidas, constantes e marcadas pela exclusão e expulsão dos mais pobres e vulneráveis para áreas de acesso mais difícil e com provisão de serviços mais precária, evidenciam a falta de capacidade dos gestores públicos de pensarem em políticas públicas de urbanização e de provisão de bens e serviços, na mesma velocidade da ocupação desordenada do solo.

Pensar em planejamento urbano para a RMRJ, passa pelo planejamento metropolitano de políticas públicas e desenvolvimento de uma rede de bens e serviços tais como: habitação, iluminação pública, desenho da malha de transportes e mobilidade urbana com qualidade e segurança, coleta de lixo, saneamento básico, fornecimento de água tratada, cobertura de unidades básicas de saúde, entre outros direitos que constituem a lógica da cidadania.

Em se tratando do saneamento ambiental, foi criado há uma década, pelo Decreto Estadual nº 42.931 de 18 de abril de 2011, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas), o Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara⁵⁴. Com a finalidade de proporcionar, a partir da garantia da provisão de saneamento básico, qualidade de vida da população e melhoria ambiental, com a garantia de acesso ao serviço de saneamento.

53 — https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/?gclid=Cj0KCKQjwqp-LBhDQARIsAO0a6aJI6Ou9vspJjtxNhtmg_IrqjtKhIN22SqjazofWUub8QXw3CI3BUHS0aArnDEALw_wcB

54 — <https://psam.eco.br/>

Segundo o Boletim de Saneamento da Casa Fluminense (2019), o PSAM, inicialmente visava atender a cerca de meio milhão de pessoas com um financiamento planejado de 640 milhões de dólares. Tentava então corrigir erros acumulados em um longo histórico de programas de saneamento. O principal exemplo é o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, o PDBG, que entre 1991 e 2006 gastou 800 milhões de dólares e não atingiu as metas previstas. Muitas estações de tratamento foram inauguradas, no entanto faltava a construção das redes que levariam o esgoto das casas até as ETEs. O PSAM deveria evitar o lançamento do equivalente a 108 piscinas olímpicas de esgoto todos os dias na Baía de Guanabara. Entretanto, afetado pela crise econômica que assolou o estado em 2017, ele foi paralisado.

Em julho de 2019, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), conseguiu que o governo do estado cumprisse o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado para a retomada do PDBG e do PSAM. Cerca de 1,5 milhão de pessoas que vivem nas regiões afetadas serão diretamente beneficiadas, após a execução das obras, previstas para o prazo máximo de quatro anos. Em 2021, o programa mudou de nome e passou a ser chamado Programa de Saneamento Ambiental (PSAM), sendo ampliado para todo o estado do Rio de Janeiro, com o apoio da unidade executora (UEPSAM) para seu planejamento e execução.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2019, menos da metade da população brasileira teve acesso à coleta de esgoto (49,1%) e 34,2 milhões de brasileiros não têm abastecimento de água⁵⁵. Entre março de 2020

55 — Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2017/04/08_CAS_boletim3_agendario2030-compactado.pdf>.

até outubro de 2021, o país enfrenta uma pandemia global, que exige, entre outras, a adoção de medidas sanitárias, como o uso de água e sabão para higienização das mãos a fim de evitar o contágio e a propagação do vírus. Algo impossível para mais de 35 milhões de brasileiros.⁵⁶

De acordo com relatório da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, sobre a falta de abastecimento em bairros, favelas e cidades do estado, no ano de 2020, durante a última crise na qualidade da água, com cor e sabor alterados e a presença de geosmina, a Ouvidoria recebeu 397 denúncias de falta de abastecimento no estado. As denúncias englobam inúmeros bairros e favelas da capital, assim como outras localidades nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Belford Roxo.⁵⁷

Em se tratando da Região Sudeste, de acordo com o Trata Brasil: “Enquanto o acesso à rede de água na região Sudeste chega a 91,0% da população, os serviços de esgoto, em contrapartida, apresentam uma situação bem diferente. Cerca de 79,2% da população tem o esgoto coletado e o volume de esgoto tratado da região está perto de 50,1%.”⁵⁸ Os dados apresentados denotam a disparidade entre o fornecimento de água e a coleta e tratamento do esgoto na região. Algo que se torna muito evidente quando o olhar para as cidades é feito para além dos números. As desigualdades são vistas a olhos nus, e o saneamento ainda está longe de ser universal, apesar de ser um direito assegurado pela Constituição.

56 — <https://www.revistaplaneta.com.br/mais-de-35-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-agua-potavel/>

57 — [https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/\[Coronavi%CC%81rus\]_Onde_esta%CC%81_sem_a%CC%81gua_no_RJ_-_Relato%CC%81rio_Ouvidoria_DPGER_-_parcial_23_03_2020.pdf](https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/[Coronavi%CC%81rus]_Onde_esta%CC%81_sem_a%CC%81gua_no_RJ_-_Relato%CC%81rio_Ouvidoria_DPGER_-_parcial_23_03_2020.pdf)

58 — <https://www.tratabrasil.org.br/pt/estudos/estudos-itb/itbs>

Cabe lembrar que na publicação *Almanaque Agenda Rio (2007-2017)*, a Casa Fluminense, ao ressaltar o direito à água e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, denunciou também um padrão discriminatório de acesso e oferta a esses direitos.

O manejo e cuidado com a gestão de resíduos sólidos também é um grande entrave à maioria das cidades da RMRJ. A maioria da metrópole padece de planos municipais de resíduos sólidos que procurem “melhorar a gestão intra e intermunicipal de aterros sanitários, com implantação de logística reversa, para recuperar as áreas de lixões encerrados e dar suporte às famílias que deles dependiam.”⁵⁹

Ressalta-se que a falta de coleta regular de resíduos sólidos, seu destino correto, bem como o saneamento básico e água tratada podem prevenir inúmeras doenças tais como: leptospirose, disenteria bacteriana, esquistossomose, febre tifóide, cólera, parasitoides, além do agravamento das epidemias tais como a dengue⁶⁰. O Instituto Trata Brasil ainda alerta para os gastos públicos no tratamento de doenças causadas pela falta de saneamento.⁶¹

O saneamento básico brasileiro teve sua regulamentação pela Lei nº 11.445/2007 que estabelece o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). A referida lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; e deveria orientar todos os municípios a criarem e aplicarem seus planos municipais de saneamento básico.

59 ——— https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/09/03_CASA_agendario2030_miolo_compressed.pdf

60 ——— <https://www.eosconsultores.com.br/5-consequencias-da-falta-de-saneamento-basico/>

61 ——— Idem.

Considerando o crescimento constante e, muitas vezes, desordenado das cidades, é de se esperar que esses planos sejam revisados constantemente, levando em conta o crescimento populacional e as necessidades de uma população que precisa de água tratada e saneamento básico para o seu bem-estar e como direitos humanos e constitucionais.

Atualmente, dos 22 municípios que compõem a RMRJ, quatro não possuem plano de saneamento básico, são eles: Paracambi, Queimados, Japeri e Seropédica. O Rio de Janeiro também chama a atenção negativamente por ter quatro das dez cidades com piores indicadores de saneamento básico, segundo o Trata Brasil, são elas: Belford Roxo, Duque de Caxias, São João de Meriti e São Gonçalo.⁶²

Com o recente leilão da Cedae, os municípios sem planos de saneamento básico não compartilharão da fatia arrecadada⁶³ com o leilão para melhoria dos serviços de água e esgotamento sanitário. Vale lembrar, que os demais 18 municípios que possuem planos feitos e aprovados, deveriam revisá-los e ajustá-los para melhor atender às necessidades populacionais, com os recursos que lhe couberem na divisão. Uma das questões que deve ser contemplada na revisão dos planos é a inclusão de favelas e periferias, “reunindo dados confiáveis e metas sustentáveis com vistas ao monitoramento cidadão e ao enfrentamento do racismo ambiental.” (Agenda Rio 2030).

⁶² <https://oglobo.globo.com/rio/estado-do-rio-tem-quatro-das-dez-cidades-do-pais-com-pior-tratamento-de-esgoto-24993307#:~:text=E%2C%20entre%20as%20dez%20cidades,Cedae%2C%20conforme%20informa%C3%A7%C3%B5es%20das%20prefeituras.&text=Lan%C3%A7ados%20em%20mar%C3%A7o%20deste%20ano,referentes%20ao%20ano%20de%202019.>

⁶³ “Dos R\$ 22,6 bilhões arrecadados com as outorgas, o estado vai ficar com R\$ 14,478 bilhões e os 29 municípios que aderiram ao plano repartirão R\$ 7,688 bilhões. (Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-06/recursos-da-venda-da-cedae-serao-divididos-entre-29-municipios>).

O assoreamento de rios e mangues nas construções de favelas, na construção da Baixada Fluminense e várias áreas de subúrbio são responsáveis, juntamente com o descarte incorreto de lixos, e a ocupação de áreas sem solos verdes e permeáveis, são responsáveis pelo alagamento de ruas, deslizamentos entre outros.

Este ano, a Casa Fluminense lançou uma série de infográficos sobre desastres ambientais, na série Covid, onde se constatou com base no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S21D), da Secretaria de Proteção e Defesa Civil (Sedec), que apenas no ano de 2020 38.502 pessoas foram desalojadas devido às fortes chuvas no estado do Rio de Janeiro. Destas, 5.123 foram registradas na RMRJ. O número de desabrigados foi de 1.699.

Não é preciso dizer que dentre os desabrigados e desalojados estão os mais vulneráveis, os moradores de áreas periféricas, como a Baixada Fluminense e as favelas do Rio de Janeiro. Um retrato do racismo ambiental e climático é um imperativo para que essas áreas sejam incluídas na revisão/ criação dos planos de saneamento básico das cidades da RMRJ.

5.2 CRIMES AMBIENTAIS E SEUS IMPACTOS NA RMRJ: O CASO DO ATERRAMENTO DO CAMPO DO BOMBA



Em seu conceito amplo, o ambiente é composto por elementos como flora, fauna, recursos naturais e patrimônio cultural. Crimes ambientais, de acordo com a Lei federal nº 9.605/1998,⁶⁴ são agressões ao meio ambiente e seus componentes que ultrapassam os limites estabelecidos por lei e até mesmo condutas que ignoram normas ambientais. Por exemplo, a omissão ou sonegação de dados técnico-científicos durante um processo de licenciamento ou autorização ambiental, a concessão por funcionário público de autorização, permissão ou licença em desacordo com as leis ambientais, configuram esse tipo de crime.⁶⁵

Nos últimos anos os eventos climáticos extremos têm se tornando mais frequentes e intensos ao mesmo tempo em que se acirram os conflitos decorrentes de disputa pelos recursos naturais. Recentemente, o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), lançado em agosto de 2021, apontou o aumento das ondas de calor e eventos extremos em diversas regiões do mundo, inclusive no estado do Rio de Janeiro. Nesse cenário, as unidades de conservação (UCs) são espaços fundamentais, tanto social quanto economicamente, já que, por definição, conservam a sociobiodiversidade e promovem serviços ambientais em determinado território.

64 — http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm

65 — <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28289-entenda-a-lei-de-crimes-ambientais/>

A Área de Preservação Ambiental (APA) de São Bento, localizada em Duque de Caxias na Bacia Hidrográfica Iguaçu-Sarapuí, entre o rio Iguaçu e o rio Sarapuí, deságua na Baía de Guanabara e abriga vegetação remanescente de Mata Atlântica, fauna e sítios arqueológicos. O Campo do Bomba, que até 2006 fazia parte da APA citada⁶⁶, vem sofrendo com o aterramento para a construção de uma central de abastecimento e distribuição (Cearj).

A obra é defendida pela prefeitura da cidade, no entanto, especialistas preveem que o aterramento deve piorar as inundações por todo Caxias e outros seis municípios vizinhos - São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro (Pavuna). Além disso, segundo eles, não foi apresentado nenhum licenciamento ambiental para discussão com a população.

O dono oficial do terreno em questão é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que havia doado a área para a gestão caxiense no ano de 2017. Com a doação expirada, a obra se encontra embargada por meio de uma ação civil pública que o movimento Foras Caxias iniciou junto ao Ministério Público Federal. Criado no intuito de impedir o aterramento, o movimento Foras Caxias é protagonista nessa luta, reunindo 25 entidades. Entre os argumentos do grupo estão o perigo ambiental que a obra provoca, a falta de participação social e licenciamento ambiental inadequado.

O embargo corrente das obras ainda deixa brechas para que a prefeitura consiga nova doação, segundo Marlúcia Santos, professora e integrante do Foras. Logo, o passo seguinte do movimento é a proposição de uma lei de Criação do Parque Estadual

66 — A Prefeitura de Caxias retirou o Campo do Bomba (I e II) da APA São Bento sem justificativas explícitas, com a Lei n° 2.003/2006

Quilombo do Bomba, que garanta a preservação da fauna e flora locais. Contribuindo então para a retomada da drenagem natural do terreno e reduzindo os episódios de inundação que tanto assolam a população do entorno.

No território em questão existem 11 ocupações, algumas são ribeirinhas - localizadas nas margens do rio Iguazu - como a comunidade Vila Alzira, Vila Nova, Novo São Bento, Medina, Guedes. No Sarapuí estão as comunidades Teixeira Mendes, Parque da Liberdade e Jerusalém. Toda a mobilização ganha ainda mais força quando nos deparamos com histórias como a da moradora Andreia.

“Sentimos indignação, frustração e arrependimento por ter acreditado no estado (...). E em vez de solução do que já existia a prefeitura vem com agravamento de uma situação que já é bem ruim. As pessoas não acreditam mais numa solução de cima para baixo, ou seja, do Estado, então cada um vai cuidando de si e vai tentando sobreviver”. Andreia, moradora do bairro Vila Alzira.

O Projeto Iguazu é um exemplo de como um aterramento pode impactar a vida da população do entorno. A área, que se trata de uma planície de inundação, conta com alguns pôlders⁶⁷, o maior deles foi aterrado para a construção de um condomínio logístico (RGI). Os problemas com inundações desde então pioraram muito, destacando-se o bairro do Pilar. As comunidades que sofreram com as obras, estavam direcionadas para um condomínio do “Minha Casa, Minha Vida”, porém a Prefeitura assumiu o projeto e está conduzindo - o de forma indevida - excluindo as famílias do rio Iguazu.

67 — Também conhecidos como diques e muros de contenção. Pôlderes são estruturas hidráulicas artificiais, uma das mais clássicas técnicas de drenagem para controle de enchentes em locais de baixa altitude próximos a rios, áreas ribeirinhas em geral e o mar.

“Nesse momento uma chama teimosa de esperança insiste em se manter acesa, até pela paralisação da obra no Campo do Bomba. Mas é muito frágil diante do atual quadro social, econômico e político do país e por consequência do município, que evidentemente não está nada favorável. (...) É fundamental pensar a cidade como um organismo vivo, complexo e integral. Deve haver preocupação com moradias dignas e/ou sociais, combate a enchentes, mobilidade e todas as pautas que envolvem qualidade de vida para todos. Por mais que alguns tenham boas casas ou bairros bem cuidados, de forma alguma escaparão de sofrer os danos de uma cidade que abandona os mais carentes ou que ignora e destrói seus rios e matas”, cita Andreia.

O Foras segue se articulando com deputados para criar a unidade de conservação do Quilombo do Bomba - através do Projeto de Lei nº 4.773/2021. Em setembro de 2021, ocorreu mais uma audiência pública sobre o tema. Além da necessidade da criação e preservação do parque, defendida pela sociedade civil e parte das autoridades presentes, foram discutidas alternativas para a localização da Cearj. O embate entre Poder Executivo, órgãos fiscalizadores e sociedade civil parece ainda ter um caminho considerável a ser percorrido.⁶⁸

68 — Cercamento do parque. Conversas: Marlúcia – professora e integrante do movimento Foras; Andreia – moradora do bairro Vila Alzira e integrante do Foras; Marcos – Cedec e integrante do movimento Foras Caxias (Foras).

5.3 EM 13 MUNICÍPIOS DA RMRJ, MENOS DE 10% DA POPULAÇÃO É ATENDIDA COM COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO



A falta de acesso aos serviços de saneamento básico é um grande agravante e promotor das desigualdades sociais, raciais, econômicas e de gênero. Essa falta impacta diretamente a saúde, a produtividade no trabalho e o desempenho dos estudantes, com efeitos de longo prazo que refletem sobre, inclusive, a renda das famílias. Por exemplo, segundo dados do Instituto Trata Brasil (2018)⁶⁹, o trabalhador brasileiro que morava em domicílio sem acesso à água e ao serviço de coleta de esgoto ganhava 52,4% a menos do que uma pessoa que residia em moradias com acesso integral ao saneamento. Na RMRJ, a média dessa desigualdade de salário é de R\$ 1.906,84.

Em 2019, dos 22 municípios na RMRJ, seis não possuíam coleta e tratamento de esgoto: Guapimirim, Nilópolis, Paracambi, Rio Bonito, Seropédica e Tanguá. Em outras sete cidades o percentual não chega a 10% da população com esgoto coletado e tratado, e apenas seis atendem Wmais do que 50% de sua população com esse serviço. Em relação ao atendimento por rede de água, quatro cidades possuem menos do que 60% da população atendida pela rede de abastecimento de água: Itaboraí, Magé, Maricá e Tanguá, com destaque para Magé, onde mais da metade da população não é atendida pelo serviço.

Com a concessão dos serviços da Cedae, a responsabilidade da universalização desses serviços passou a ser das empresas que venceram o leilão. Ainda assim, iniciativas anteriores do estado que visam mudar essa preocupante realidade não podem parar de ser monitoradas. O PSAM, por exemplo, quando tiver suas obras concluídas na cidade de São Gonçalo atenderá 16% de sua população com coleta e tratamento de esgoto.

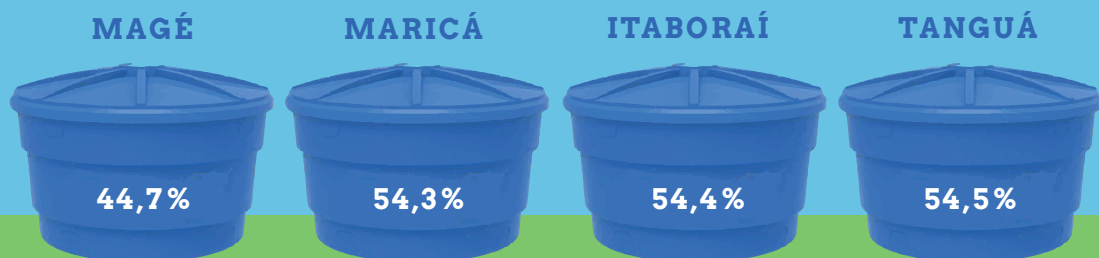
⁶⁹ <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/beneficios-ecosocio/press-release.pdf>



Em 2019, 13 dos 22 municípios da RMRJ possuíam menos de 10% da população atendida com coleta e tratamento de esgoto. Destes, quatro possuíam menos de 60% da população atendida por rede de água.

Fonte: (1) Base de dados do ICMS Ecológico, CEPERJ / SEAS-RJ; (2) Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Cidades com o menor percentual de população abastecida pela rede de água na RMRJ:



Sem coleta e tratamento de esgoto:

⚠ Guapimirim

⚠ Paracambi

⚠ Seropédica

⚠ Nilópolis

⚠ Rio Bonito

⚠ Tanguá

5.4 SANEAMENTO NA MARÉ ONTEM, HOJE E AMANHÃ

VINÍCIUS LOPES | CARTA DE SANEAMENTO DA MARÉ 2030



A Maré é atravessada pelo saneamento desde os primórdios. O Complexo da Maré é formado por 16 favelas, que em seu início eram majoritariamente sobre palafitas, e, por isso, os moradores desde sempre foram os responsáveis por construir quaisquer estruturas que pudessem sanear o território, posto que a falta de serviços básicos trazia diversos riscos aos residentes.

Mulheres, migrantes e pessoas não-brancas compõem a maior parte da Maré⁷⁰. O adensamento do território se deu por conta das remoções de outras comunidades e realocação para a Maré, e também pela vinda de migrantes, principalmente nordestinos, para o território. Entretanto, a melhora dos serviços de saneamento básico não seguiu o mesmo ritmo, fazendo com que cada vez mais pessoas fossem suprimidas de um direito constitucional e humano.

O direito ao saneamento básico é resguardado constitucionalmente desde a aprovação do Marco do Saneamento Básico, sob a Lei nº 11.445/2007, e também especificado como um dos direitos humanos pela ONU desde 2011. Por mais que sejam marcos relativamente recentes, já foram responsáveis por melhorar as condições dos serviços sanitários no Brasil e galgar melhores posições rumo

70 — Censo Populacional da Maré, 2019

à universalização do saneamento. No entanto, percebe-se que as favelas são comumente deixadas de lado, o que evoca a pergunta: saneamento é um direito para quem?

As favelas que compõem o complexo tiveram formações diferentes: algumas foram parte de projetos urbanísticos do governo do Rio de Janeiro, como a comunidade Conjunto Esperança, parte do Projeto Rio na década de 1980, e outras, como o Parque União, se construíram a partir de ocupações espontâneas. Desse modo, percebe-se que algumas favelas possuem uma melhor infraestrutura de saneamento devido ao planejamento público; porém, ainda assim essas se tornam disfuncionais devido à falta de manutenção.

As primeiras mobilizações na luta pelo acesso ao saneamento básico na Maré foram iniciadas em 1984, pela primeira chapa eleita diretamente para a associação de moradores da Nova Holanda: a Chapa Rosa, composta apenas por mulheres mareenses. A partir da mobilização local e de uma gestão participativa, essas mulheres conseguiram estender o acesso à água na Maré, posto que antes só era possível ter acesso a esta em pontos específicos, na altura da Avenida Brasil.

Nos dias de hoje, a luta pelo acesso à água e ao saneamento segue de forma similar: moradores e lideranças locais na linha de frente por melhorias na prestação de serviços, agindo de modo a explicitar as discrepâncias entre a favela e o asfalto. Mas houve mudanças?

Mesmo com o sucesso das empreitadas populares na luta pelos direitos sanitários, a Maré ainda enfrenta muitos problemas com o saneamento básico. Segundo o Censo da Maré, cerca de 417 domicílios seguem tendo acesso à água somente na parte externa, e 151 residências não possuem acesso à água. Mesmo que a maioria da Maré tenha água canalizada dentro do domicílio, o problema frequentemente passa a ser

outro: a intermitência do acesso e a má qualidade da água. Em tempos de pandemia da Covid-19, esses dados indicam dizer que essas famílias estiveram defrontadas a uma maior vulnerabilidade por conta da falta de serviços adequados para assegurar a profilaxia.

Além do acesso à água, a Maré é atravessada por problemas em todos os demais serviços que compõem o saneamento básico. No primeiro semestre de 2021, a tecnologia social Cocôzap, que gera dados sobre saneamento na Maré, registrou cerca de 200 queixas relacionadas à estrutura deficitária de saneamento. Entre as reclamações mais frequentes estão os problemas relacionados ao esgotamento sanitário e ao manejo de resíduos sólidos.

Em 2020 se iniciaram as obras de construção do coletor tronco Faria-Timbó, que seria responsável por prover o tratamento de esgoto às comunidades da Maré. Ainda que cerca de 96% das casas do Complexo possuam coleta de esgoto, esse não necessariamente é direcionado às estações de tratamento. O despejo de esgoto⁷¹ à céu aberto do modo que ocorre na Maré faz com que os cerca de 140 mil moradores estejam mais propensos a doenças de veiculação hídrica, como a hepatite, e também acarreta e riscos ambientais para todo o Rio de Janeiro, visto que esse esgoto aflui para demais locais da cidade.

A expectativa é que com a finalização das obras, previstas para 2022, seja possível galgar melhores avanços rumo à universalização do saneamento básico na Maré.

Até a universalização do saneamento, a Maré segue resistindo.

71 — Censo 2010

5.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ÁGUA E DO SANEAMENTO NO RIO DE JANEIRO: DESAFIOS POSTOS PELA CONCESSÃO DA CEDAE À INICIATIVA PRIVADA

CAROLINE RODRIGUES | EDUCADORA DA FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE)



Apesar dos avanços representados pela Constituição Cidadã (1988), pelo Estatuto das Cidades (2001) e pelo Estatuto das Metrôpoles (2015) as práticas autoritárias, patrimonialistas e clientelistas características da sociedade brasileira sempre dificultaram a gestão democrática das cidades. Uma das ações do governo de Jair Bolsonaro que exemplificam essas práticas foi o Decreto do Revogação no 9.759/2019, que deslegitimou a existência de diversos conselhos participativos e órgãos colegiados nacionais, muitos dos quais criados em 1988. Desde então está em curso no país o esvaziamento e a extinção das instâncias de participação que, salvo suas falhas, por princípio são espaços que aproximam governantes e governados, onde os diferentes sujeitos da sociedade civil expressam suas demandas, fazem o controle social na gestão pública e questionam a hegemonia neoliberal sobre as políticas públicas. Vale sublinhar que a fragilização das instâncias de participação fortalece as forças populistas autoritárias, ao mesmo tempo que impõe enormes desafios para a efetivação de direitos dos desfavorecidos. O direito humano à água e ao saneamento é um desses direitos.

No caso do estado do Rio de Janeiro, a gestão democrática das cidades nunca foi uma prioridade dos governos. Instâncias institucionais de participação so-

cial como o Conselho Estadual de Habitação e Saneamento do estado do Rio de Janeiro (Cehas) e o Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (Fehis), ambos vinculados à Secretaria do Estado das Cidades, foram historicamente esvaziados. Na Região Metropolitana, desde a aprovação da Lei nº 184/2018, foram criadas instâncias de governança metropolitana como o Instituto Rio Metrópole, o Conselho Consultivo e o Conselho Deliberativo. No entanto, assim que tomou posse no início de 2019 o governador Wilson Witzel (PSC) deslegitimou a participação da sociedade civil eleita para o Conselho Consultivo e, de forma antidemocrática e autoritária, expulsou os conselheiros. Destacamos que essa instância de governança responde pelos 22 municípios da Região Metropolitana e foi a responsável por autorizar a concessão da Cedae à iniciativa privada nesses municípios.

Feito este preâmbulo, apresentamos abaixo breves considerações sobre os desafios para a gestão democrática da água e do saneamento no estado do Rio de Janeiro no atual contexto em que os serviços de distribuição, coleta e tratamento de esgoto foram concedidos à iniciativa privada pelos próximos 35 anos, período superior aos 25 anos permitidos pela Lei Estadual das Concessões (Lei nº 2.831/1997). A produção de água segue a cargo da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) e, certamente, precisará ser um ponto de atenção porque a empresa perderá receita e a manutenção das estações de tratamento de água poderão gerar custos aos cofres estaduais, assim como poderão se repetir as crises de abastecimento já que os mananciais que abastecem o estado são poluídos.

Em termos de arrecadação, a concessão previa inicialmente um valor de outorga correspondente a R\$ 10,6 bilhões, no entanto a Cedae acabou leiloadada por R\$ 22,6 bilhões, um ágio médio de 113%. Desses R\$ 22,6 bilhões, R\$ 14,4 bilhões ficarão para o estado e R\$ 7,6 bilhões com os 29 municípios⁷². Como o estado encontra-se no Regime de Recuperação Fiscal e o montante de recursos é significativo se comparado aos

72 — A precisão é que esses recursos sejam pagos em três parcelas, sendo a primeira em 2021, a segunda em 2022 e a última em 2025.

orçamentos municipais, a chegada desse recurso nas mãos do Poder Executivo gera expectativas, especialmente pelo fato de ser livre, ou seja, não vinculado a políticas específicas ou gastos determinados.

Avaliamos que a concessão foi realizada em meio a pandemia do Covid-19, de forma antidemocrática e sem transparência. Apesar de ter sido realizada uma consulta pública *online* entre junho e agosto de 2020, a sociedade civil não teve retorno quanto aos questionamentos técnicos, jurídicos e sociais apresentados nesse espaço.

As corporações ganhadoras do leilão foram: i) Consórcio Aegea⁷³ – que adotou o nome fantasia de Águas do Rio e será responsável pela prestação de serviço nos bairros da Zona Sul, Centro e Zona Norte do município do Rio de Janeiro, assim como pelos municípios da Baixada Fluminense, São Gonçalo e mais 16 municípios do interior do estado⁷⁴; ii) Consórcio Iguá Saneamento S.A.⁷⁵ será responsável pela prestação de serviços nos bairros da Barra da Tijuca e Jacarepaguá do Rio de Janeiro, além dos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes. Os bairros da Zona Oeste do Rio e seis⁷⁶ municípios do interior da região metropolitana seguem com o atendimento da Cedae já que não houve interessado em prestar o serviço nesses locais. O governador Claudio Castro (PSC) anunciou nas mídias hegemônicas que um novo leilão será organizado para o fim de 2021. Membros da sociedade civil de municípios do interior⁷⁷ que se opuseram à privatização da Cedae informaram que os

73 — A Aegea Saneamento e Participações S.A. tem entre seus controladores o Fundo Soberano de Cingapura, a Corporação Financeira Internacional (do Banco Mundial) e o grupo Itaú.

74 — Aperibé, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Cantagalo, Cordeiro, Casimiro de Abreu, Duas Barras, Itaboraí, Itaocara, Maricá, Miracema, Rio Bonito, Saquarema (3º Distrito), São Francisco de Itabapoana, São Sebastião do Alto, Tanguá.

75 — A Iguá Saneamento tem entre seus controladores o Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB) que é um fundo de pensão de trabalhadores canadenses e o BNDES Participações S.A, que é uma subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que foi o responsável pelo modelo de concessão.

76 — Itaguaí, Paracambi, Pinheiral, Pirai, Rio Claro e Seropédica.

77 — Teresópolis, Macaé, Itaperuna, Bom Jesus, São Fidélis, São José de Ubá, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula, Sapucaia, Santa Maria Madalena, Varre-Sai, Bom Jardim, Valença.

poderes executivos destes municípios são pressionados para aderir ao novo leilão.

No que tange à regulação pública da concessão, caberá à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico (Agenssa) medir o cumprimento das metas no prazo estipulado. Durante a consulta pública o governo apresentou uma Estrutura de Governança Interfederativa que foi desenhada prioritariamente como uma instância técnica e não política, onde participariam membros do Instituto Rio MetrÓpole, da Cedae, da Aegea, da Iguá Saneamento, além de um Comitê Técnico. Todos seriam auditados por um verificador independente e com um certificador independente. Chamamos a atenção para o fato de que o discurso da técnica reforça a prática antidemocrática de alijar a sociedade civil dos processos decisórios. Não nos parece suficiente que a participação da sociedade civil nesse espaço se dê apenas por meio do Conselho Consultivo da Região Metropolitana, o qual está vinculado ao Instituto Rio MetrÓpole. Essa insuficiência deve-se a alguns fatores: i) esse é um conselho consultivo, e não deliberativo; ii) os membros que compõem esse conselho não foram eleitos num processo democrático; iii) nesse conselho não há participação de todos os municípios incluídos na concessão; iv) nesse conselho não há participação de representantes da sociedade civil de todos os municípios incluídos na concessão. Isso posto, entendemos que para assegurarmos a gestão democrática da água e do saneamento no Rio de Janeiro nesse contexto é necessário:

1) assegurar que a Cedae continue tendo capacidade financeira para manter a produção de água potável e de qualidade para a população, assim como condições técnicas que evitem novas crises de abastecimento na Região Metropolitana bem como a precarização dos serviços nos municípios que não aderiram à concessão;

2) garantir que todos os municípios envolvidos na concessão participem da Estrutura de Governança Interfederativa, bem como, seja garantida uma cota de participação para a sociedade civil democraticamente eleita por esses municípios, preferencialmente de acordo com a população de cada um deles;

3) garantir que a aplicação dos R\$ 14,4 bilhões recebidos pelo governo do estado seja realizada com transparência e controle social, o que requer que ele apresente um plano para o uso do recurso, realize consultas e audiências públicas;

4) garantir que a aplicação dos R\$ 7,6 bilhões recebidos pelos municípios seja realizada com transparência e controle social, o que requer que os governos municipais apresentem um plano de uso do recurso, realizem consultas e audiências públicas;

5) criação de comissões especiais na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e das câmaras municipais para acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos oriundos da outorga;

6) tendo em vista que uma das primeiras metas das concessionárias privadas será a colocação de hidrômetros nas residências que não possuem, propomos que seja realizado um amplo debate na sociedade sobre critérios da tarifa mínima de água para a população de baixa renda. Regulamentada pelo Decreto nº 2.538/1999, a tarifa mínima estabelece como limite de consumo de água mensal 6 m³. Devido à pandemia, a Lei nº 8984/2020 ampliou esse volume para 12 m³;

7) ainda no campo do direito ao acesso à água de qualidade e quantidade, propomos que seja realizado um amplo debate na sociedade sobre a garantia de um volume mínimo de água com isenção de tarifas para a população de baixa renda. No Brasil já há experiências desse tipo no Maranhão.

Por fim, lembramos que no ano de 2021 o Senado aprovou o Projeto de Emenda Constitucional no 04/2018, que incluiu o acesso à água potável na lista dos direitos fundamentais do cidadão e que o Congresso Nacional ainda irá apreciar a matéria. Entendemos que num contexto de mercadorização da água e do saneamento, é necessário defendermos projetos como esse e afirmarmos que água é um direito e não uma mercadoria.



CAP 6 | SAÚDE



DE OLHO NA AGENDA RIO 2030:

Ampliar o acesso ao SUS, expandir a cobertura territorial, garantir atendimento que respeite os diversos grupos populacionais, valorizar os profissionais da saúde e planejar as cidades para os riscos climáticos e pandêmicos.

2 ERRADICAR
A FOME3 SAÚDE DE
QUALIDADE12 PRODUÇÃO E
CONSUMO
RESPONSÁVEIS

6.1 ATENÇÃO BÁSICA: A PORTA DE ENTRADA DO SUS ESTÁ ABERTA PARA TODOS?

O caos pandêmico que assola o mundo expõe as vulnerabilidades do SUS, nos força à reflexão sobre o SUS que queremos. Aquele escrito na lei, mas não encontrado, quando muitos e muitas de nós batemos às portas de clínicas, UPAs e hospitais. A pandemia escancarou problemas estruturais e questões políticas de grande relevância para explicar a latente diferença entre o SUS que sonhamos e o SUS que temos. Haja vista

publicações recentes como o Relatório Luz 2021⁷⁸ e o relatório da Organização Mundial da Saúde.⁷⁹

Criado na década de 90, logo após a Constituição Cidadã e bebendo das fontes dos movimentos democráticos e inclusivos que inspiraram a Constituição, o Sistema Único de Saúde (SUS) trouxe na lei de sua criação os princípios de universalidade e equidade, e modificou a até então extremamente excludente e vinculada à capacidade contributiva dos cidadãos e cidadãs brasileiras, os objetivos de integração do atendimento e da cobertura, agora universal, pública e inteiramente gratuita.

Nos últimos 31 anos, o SUS vem enfrentando muitos golpes ao seu financiamento, gerando um desmonte orçamentário por ações como a Desvinculação de Receitas da União (DRU), a Desoneração da Folha de Pagamentos e as renúncias fiscais com planos de saúde, que minam continuamente a sua capacidade de cumprir suas funções precípuas e garantir acesso, atendimento e resolutividade para a população brasileira.

Nenhuma discussão dos últimos dois anos (2020/2021) pode ser descolada de questões estruturais, tais como a EC 95 (o PEC do teto de gastos que congelou os investimentos na saúde por 20 anos) e pela chegada da pandemia do SARS-CoV-2 ou Covid-19. Questões estruturais e conjunturais que estão afetando diretamente a qualidade, a vida e a morte de milhões de brasileiros.

Em artigo publicado pela Casa Fluminense, em 2020 – “Um ano de pandemia e o impacto sobre a vida das mulheres” –, onde se identificou que as mulheres são as mais sobrecarregadas com o cenário pandêmico, sendo as mulheres as mais impactadas pelo desemprego, as responsáveis pelos cuidados de toda família e muitas vezes as únicas responsáveis pelo rendimento familiar.

⁷⁸ https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_r1_2021_completo_vs_03_lowres.pdf

⁷⁹ <https://www.who.int/data/data-collection-tools/score>

Ainda em 2020, o site do governo federal já indicava que: “seis milhões de famílias monoparentais e chefiadas por mulheres cadastradas no Bolsa Família vão receber automaticamente o auxílio emergencial”. Além da preocupação com a sobrevivência e a insegurança alimentar de mulheres, idosos e crianças, é preciso focar na situação da saúde dessa população muitas vezes invisibilizada.

Desde o início da pandemia o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro⁸⁰ firmou um convênio com o Ministério Público do Rio de Janeiro para investigar/fiscalizar os contratos firmados nas compras da Secretaria Estadual de Saúde (SES). Entre 2020 e 2021 foram identificadas: 1. irregularidades na compra de testes rápidos; 2. irregularidades na compra de medicamentos; 3. investigações na atuação de Organizações de Saúde (OSs) na gestão de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), clínicas e hospitais; 4. irregularidades em contrato do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e 5. sobrepreço de R\$ 2,9 milhões na compra de equipamentos de proteção individual (EPIs) pela SES.

Vale lembrar que em julho de 2020, o então secretário de saúde do estado do Rio de Janeiro, Gabriell Neves, foi preso por fraude na compra de respiradores pulmonares e irregularidades na montagem de hospitais de campanha. A partir de grampos e depoimentos, foi comprovado o envolvimento do então governador Wilson Witzel no esquema de fraudes, levando, também, à sua prisão.⁸¹

Além do cenário pandêmico na RMRJ, é importante constatar que os problemas de saúde pública são estruturais e anteriores à pandemia. Na capital do estado, por exemplo, o ex-prefeito Marcelo Crivella realizou um forte desmonte das Clínicas de Saúde da Família, pegando de surpresa vários gestores de unidades de saúde e seus funcionários. Somente a organização Viva Rio conseguiu dar aviso prévio. Apenas em 2020

⁸⁰ <https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/comunicados-covid-19>

⁸¹ <https://oglobo.globo.com/rio/entenda-as-investigacoes-em-fraudes-na-saude-do-rj-que-levam-wilson-witzel-2-24446049>

foram 5.200 funcionários e, de acordo com a Comissão de Saúde da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, das 1.039 unidades de atenção básica, 300 estavam sem médicos.

A cobertura da atenção primária (AP) é um excelente indicador do funcionamento da saúde em um município, pois uma vez que esta se apresenta muito baixa, os usuários daquele município tendem a buscar mais atendimentos nos equipamentos de média e alta complexidade. Antes do início da pandemia, em dezembro de 2019, apenas três municípios da Região Metropolitana apresentavam cobertura de 100% de sua população pelos serviços da AP, de acordo com o e-Gestor da Atenção Básica do Ministério da Saúde⁸², eram eles: Rio Bonito, Tanguá e Nilópolis. Seropédica e Maricá foram os únicos municípios da RMRJ a se aproximarem desse patamar, com uma cobertura de 91,30% e 94,49%, respectivamente.

Destaque especial para os municípios que ficaram abaixo dos 50% de cobertura: Itaguaí (43,36%), Duque de Caxias (40,76%), Japeri (39,82%), Belford Roxo (36,51%) e Queimados (34,97%). A capital do Rio de Janeiro ficou com a cobertura de 50,50%.

Nenhuma cidade é uma ilha, e os usuários do SUS estão acostumados a procurar atendimento em municípios vizinhos, ou em hospitais de referência dentro da RMRJ, seja por encontrarem alguma dificuldade em seu local de moradia ou por preferência de atendimento na média ou na alta complexidade⁸³. Em meio à pandemia, a busca por atendimento foi feita majoritariamente nos hospitais de referência na capital do estado e até em outros estados.⁸⁴

⁸² <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acesoPublico/relatorios/relHistoricoCoberturaAB.xhtml>

⁸³ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/12/pacientes-reclamam-de-falta-de-atendimento-e-de-medicos-em-upas-do-rio-e-de-niteroi-na-regiao-metropolitana.ghtml>

⁸⁴ <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2020/04/29/em-meio-a-pandemia-moradores-do-rio-de-janeiro-buscam-atendimento-medico-em-juiz-de-fora.ghtml>

Quando pensamos em prevenção, fica patente que o desmonte/sucateamento das unidades básicas de saúde⁸⁵ e dos hospitais, não somente na capital, mas na RMRJ como um todo, compromete o trabalho de promoção e proteção à saúde, com a prevenção de agravos e doenças preveníveis, tais como muitas doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs).⁸⁶

Compete às equipes das unidades básicas de saúde com ou sem Estratégia de Saúde da Família (ESF),⁸⁷ criarem atividades na unidade de saúde e nas visitas domiciliares, o desenvolvimento de consultas e atividades de promoção, prevenção e proteção à saúde. O acompanhamento de uma população adscrita por cada unidade de saúde, permite que as equipes das unidades possam “idealmente” acompanhar a saúde das famílias a agir de forma precoce antes que os agravos se desenvolvam ou se instalem, por exemplo, passando orientações sobre a alimentação ou o uso adequado de medicamentos para pessoas com diabetes e hipertensão, cobertas pelo Programa Hipertensão, desenvolvido na atenção primária. Quando a prevenção falha, o hospital e as unidades de pronto atendimento (UPAs) são os que recebem o/a paciente em crise.

Sendo a porta de entrada no SUS, é na atenção primária que se concentram os cuidados preventivos e de controle das DCNTs, bem como o tratamento das doenças negligenciadas, ou doenças da pobreza: tuberculose, dengue, malária entre outras, que são

85 _____ <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/31/desmonte-de-clinicas-da-familia-deixa-favelas-vulneraveis-a-covid-19-no-rio.htm>

86 _____ https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf

87 _____ Criado em 1994, seguindo o modelo do Programa de Agentes Comunitários, o Programa de Saúde da Família adquiriu o caráter de estratégia nacional, em 2006, com a função de reorganizar e uniformizar a atenção básica, tornando-se então ESF. Como estratégia, o então programa passou a receber

estudadas e analisadas por uma área de trabalho da Fiocruz.⁸⁸

As populações mais vulneráveis e invisibilizadas no planejamento de políticas públicas, são as principais afetadas tanto pelas DCNTs, quanto pelas doenças negligenciadas ou da pobreza. É para garantir equidade e acesso universal no SUS, que são criados planos e ações estratégicas para as “minorias” étnicas e os grupos mais vulneráveis.

Durante a pandemia foram identificados vários relatos de pessoas⁸⁹ que não estão conseguindo realizar suas consultas de rotina e tratamentos continuados. A Casa Fluminense fez um estudo, em julho de 2020, que identificou que apenas 6% da população preconizada pelo Ministério da Saúde foi capaz de realizar o exame preventivo

88 — As doenças negligenciadas são causadas por agentes infecciosos ou parasitas e consideradas endêmicas em populações de baixa renda. Elas também apresentam indicadores inaceitáveis e investimentos reduzidos em pesquisas, produção de medicamentos e em seu controle. As doenças tropicais, como a malária, a doença de Chagas, a doença do sono (trípanossomíase humana africana, THA), a leishmaniose visceral (LV), a filariose linfática, a dengue e a esquistossomose continuam sendo algumas das principais causas de morbidade e mortalidade em todo o mundo. Essas enfermidades, conhecidas como doenças negligenciadas, incapacitam ou matam milhões de pessoas e representam uma necessidade médica importante que permanece não atendida. Embora as doenças tropicais e a tuberculose sejam responsáveis por 11,4% da carga global de doença, apenas 21 (1,3%) dos 1.556 novos medicamentos registrados entre 1975 e 2004, foram desenvolvidos especificamente para essas doenças. Portanto, 1.535 medicamentos foram registrados para outras doenças. As doenças negligenciadas são um grupo de doenças tropicais endêmicas, especialmente entre as populações pobres da África, Ásia e América Latina. Juntas, causam entre 500 mil e 1 milhão de óbitos anualmente. As medidas preventivas e o tratamento para algumas dessas moléstias são conhecidos, mas não são disponíveis universalmente nas áreas mais pobres do mundo. Em alguns casos, o tratamento é relativamente barato. Em comparação às doenças negligenciadas, as três grandes enfermidades (Aids, tuberculose e malária), geralmente recebem mais recursos, inclusive para pesquisa. As doenças negligenciadas podem também tornar a Aids e a tuberculose mais letais. (<https://agencia.fiocruz.br/doen%C3%A7as-negligenciadas>).

89 — <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/25/pacientes-reclamam-de-falta-de-medicos-em-clinicas-da-familia-do-rio.ghtml>

na rede da RMRJ. A prevenção e a promoção da saúde estão falhando. Além do preventivo é preciso atentar que nas unidades básicas de saúde são desenvolvidas ações de combate ao tabagismo, ações de planejamento familiar com gestantes e ações de prevenção à gravidez na juventude/ adolescência e às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

A materialidade das políticas do SUS só pode ser efetivamente avaliada a partir do acesso, atendimento e integralidade do cuidado e tratamento dos usuários e usuárias desse grande sistema que se prevê universal, inclusivo e acessível a todos.

O controle social na saúde pública e o preconceito atrelado a ele, exercido no âmbito da ESF, pode ser visto nos discursos e ações das equipes, que em sua grande maioria são compostas por pessoas que deixam seus valores morais, religião e preconceitos influenciarem o tipo de tratamento e a qualidade que irão ofertar. “(...) Esse tipo de discurso preconceituoso sobre a população da ESF reitera práticas estigmatizantes e reproduz desigualdades dentro de um sistema de saúde que se pretende equânime no seu desenho e concepção.⁹⁰” Nesses momentos vemos o quanto o SUS está longe de ser inclusivo, equânime, diverso e humanizado. Universalização excludente, não é universalização.

90 — CRUZ, C. (2014). Princípios Universais e Práticas Focalizadas na Saúde: um estudo da Estratégia de Saúde da Família (ESF). pág 170.

6.2 OS DIFERENTES NÍVEIS DE ATENÇÃO E COMPLEXIDADE NA RMRJ



Seguindo as diretrizes de hierarquização e regionalização do SUS, a atenção básica é o primeiro nível de atendimento do SUS, sendo responsável pela organização das “portas de entrada” aos demais níveis de complexidade: atenção secundária e atenção terciária, bem como realizar os primeiros serviços de atendimento e cuidados de saúde. É com os equipamentos da atenção básica, que os pacientes são referenciados para os demais serviços do SUS.

Atenção primária de saúde (AP), também conhecida como atenção básica (AB), é definida como eixo orientador do SUS, responsável pela promoção e prevenção da saúde individual e coletiva, desenvolvendo ações e campanhas para o tratamento, a prevenção, o diagnóstico e a manutenção da saúde. É a partir dela também que os pacientes são inseridos no sistema de regulação (Sisreg) para acessarem os serviços de média e alta complexidade. E quando a atenção primária falha, seja por superlotação ou por incapacidades variadas, o que se vê é a busca intensa por atendimentos, que podem ser tratados nas unidades básicas de saúde, nos equipamentos de média e alta complexidade.

Na AP, as ações são territorializadas, ou seja, a distribuição dos equipamentos segue uma divisão geográfica e populacional; esses grupos populacionais são chamados de população adscrita. Nesse primeiro nível de atenção à saúde, os custos são mais baixos e os equipamentos tendem a ser mais simples como as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros Municipais de Saúde (CMS) com ou sem Estratégia de Saúde da Família, Clínicas de Saúde da Família e Postos de Saúde. A ESF é desenvolvida em todos os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Considerando a territorialização adotada pelos municípios e pelo estado, são disponibilizados equipamentos de referência seguindo uma divisão de planejamento demográfica e geográfica e população adscrita, essas são as áreas programáticas da saúde, as APS. E é pensando nelas que são alocadas clínicas, UPAs e hospitais, a fim de que os usuários do sistema possam encontrar atendimento próximo aos seus lares. Todavia, as migrações por atendimentos ultrapassam a barreira de bairros, municípios e até estados.

A hierarquização e a territorialização dos equipamentos segue a lógica populacional. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro a divisão do atendimento atua de acordo com as diversas necessidades de cuidado: 1. atenção básica; 2. atenção secundária ou de média complexidade e 3. atenção terciária ou de alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

Os equipamentos de média complexidade são as UPAs, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as Coordenações de Emergência Regionais (CERs), alguns hospitais, ambulatorios, clínicas, policlínicas com atendimento de médicos especializados. Os profissionais de média complexidade são capacitados para realizar procedimentos e tratamentos mais específicos e especializados, como por exemplo o acompanhamento e a prescrição para doenças crônicas e agudas. “A média complexidade ambulatorial é composta por ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demanda a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico e tratamento.”⁹¹

O setor terciário ou de alta complexidade é composto pelos hospitais de grande porte, institutos de pesquisa como o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into), o Instituto Nacional de Cardiologia (INC) e o Instituto Nacional do Câncer (Inca), por exemplo. Este setor envolve custos mais elevados e profissionais com alta especiali-

91 ——— CRUZ, C. (2014). Princípios Universais e Práticas Focalizadas na Saúde: um estudo da Estratégia de Saúde da Família (ESF). pág 170.

zação, para realizar cirurgias, tratamentos mais complexos, tais como hemodiálise e intervenções como transplante e cirurgias de alto risco.

Nos últimos dois anos, marcados pela pandemia, foram noticiados vários casos de pessoas que não conseguiram atendimento para questões não relacionadas ao Covid⁹² em muitas regiões da capital e em vários municípios da Região Metropolitana,⁹³ dificultando o acesso ao atendimento básico e a regulação de casos graves para hospitais e UPAs.

Segundo consulta ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES),⁹⁴ identificou-se que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui 339 unidades hospitalares, sendo 186 hospitais gerais, 113 hospitais especializados (como o Inco e o Inca) e 40 hospitais-dia. O estado do Rio possui 29 UPAs. Já a capital é responsável por 14 UPAs, cinco CERs, 207 hospitais gerais, sendo 113 hospitais especializados e 40 hospitais-dia⁹⁵. Vale ressaltar que essa pesquisa inclui equipamentos públicos, particulares e conveniados ao SUS.⁹⁶

Nos hospitais as informações, antes da vacinação, eram de que o Brasil enfrentava o ápice de contaminação de Covid, culminando com o maior número de mortes por Covid no mês de abril de 2021. A lotação dos leitos de Covid mostrou-se crítica durante mui-

92 — <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/23/moradores-do-rio-reclamam-da-falta-de-medico-nas-clinicas-da-familia.ghtml> (out/2020)

93 — <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/12/pacientes-reclamam-de-falta-de-atendimento-e-de-medicos-em-upas-do-rio-e-de-niteroi-na-regiao-metropolitana.ghtml>

94 — http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Unidade.asp?VEstado=33&VMun=&VComp=00&VUni=73

95 — Regime de hospital-dia é a assistência intermediária entre a internação e o atendimento ambulatorial, para realização de procedimentos clínicos, cirúrgicos, diagnósticos e terapêuticos, que requeiram a permanência do paciente na unidade por um período máximo de 12 horas. A legislação que trata de hospital-dia é a Portaria GM/MS n° 44, de 10 de janeiro de 2001. (<https://antigo.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/assistencia-hospitalar/hospital-dia>)

96 — Cabe destacar que metade da população da RMRJ mora na capital.

tos meses. Em um infográfico da desigualdade da série Covid lançado em 17 de março, a Casa Fluminense já alertava que a rede de serviços e saúde da RMRJ estava chegando ao limite, cinco de seus 22 municípios já estavam em risco muito alto, de acordo com Painel de Monitoramento da Covid da Secretaria do Estado do Rio de Janeiro.

No mês de abril de 2021, em outro infográfico da desigualdade, a Casa alertou para o lento ritmo de vacinação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, indicando que apenas 5,3% da população da RMRJ havia recebido a primeira dose da vacina contra a Covid. Vale lembrar que o mês de abril foi o ano mais letal desde o início da pandemia no Brasil com 66.573 mortes.

Com a chegada de novas variantes em circulação da Covid-19 no mundo, restam dúvidas sobre a normalização dos serviços nas unidades básicas de saúde e sobre a capacidade instalada dos equipamentos e a atual cobertura da atenção básica na RMRJ.

Após duras críticas, o Ministério da Saúde agilizou a compra e distribuição dos materiais necessários para a produção nacional de vacinas, e o quadro atual, em outubro de 2021, aponta para quase metade da população com o esquema vacinal completo, iniciando a fase de reforço em grupos prioritários.

Cabe ao governo do estado a regulação dos leitos hospitalares e, no cenário pandêmico que se soma às crises estruturais, nunca foi tão importante saber quantos leitos hospitalares (CTI/UTI/enfermaria) estão disponíveis na rede fluminense, contando hospitais municipais, estaduais e federais. Entender a fila de regulação permite uma gestão mais transparente e o monitoramento da necessidade de novos leitos.

O desfinanciamento do SUS não é o seu único inimigo. Problemas de gestão, o uso de vagas hospitalares como moeda de troca e a má gestão dos recursos têm um custo muito elevado: a saúde e a vida da população da RMRJ.

6.3 EM CINCO ANOS, DEZ MUNICÍPIOS DA RMRJ PERDERAM CAPACIDADE DE ATENDIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA



A cobertura da atenção básica diminuiu em 10 municípios da RMRJ, especialmente em Itaguaí, Paracambi e Cachoeiras de Macacu, onde a diferença de 2015 para 2020 foi de -33,4%, -27,7% e -23,9%, respectivamente. Os dois primeiros citados encontram-se entre os seis municípios com menor cobertura da atenção básica na RMRJ no último ano, apenas acima de Rio de Janeiro (45,98%), Duque de Caxias (45,41%), Queimados (34,63%) e Belford Roxo (32,15%).

Por outro lado, foram constatados bons resultados com aumentos expressivos na cobertura da atenção básica em outros seis municípios: Maricá, Mesquita, Guapimirim, São João de Meriti, São Gonçalo e Nova Iguaçu. Em ambos o aumento foi superior a 16%, com destaque especial para Maricá, que foi de 66,47% em 2015 para 100% de cobertura em 2020. Rio Bonito e Tanguá mantiveram-se iguais nos dois anos, com o máximo de cobertura.

É importante lembrar que a Emenda Constitucional 95, aprovada da “PEC do fim do mundo”, congelou os investimentos na saúde, e este ano houve mais de R\$2 bilhões de redução de investimento na saúde. Desse modo, monitorar a cobertura da atenção básica é fundamental para garantir a sobrevivência do SUS e de seus usuários.



De 2015 a 2020, dez municípios da RMRJ diminuíram a cobertura da Atenção Básica. Destes, três cidades perderam mais de 20% da capacidade de atendimento.

Fonte: Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB)

ITÁGUAI

↳ -33,4%

PARACAMBI

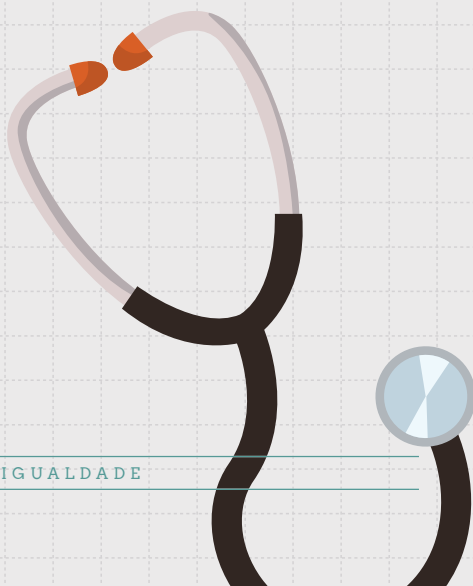
↳ -27,7%

**CACHOEIRAS
DE MACACU**

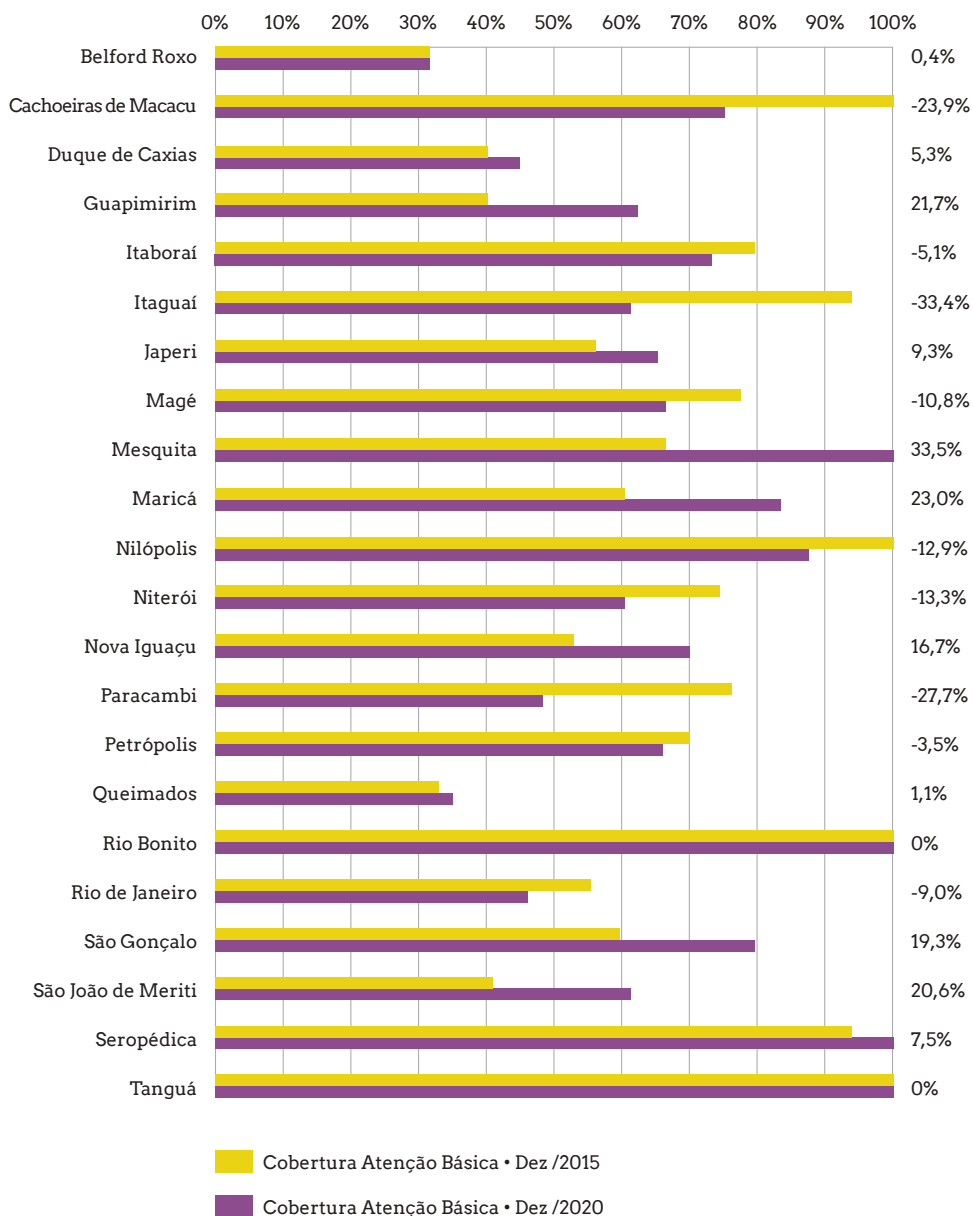
↳ -23,9%

Cinco municípios atendem menos da metade da população com a atenção básica na RMRJ.

- ✘ Paracambi
- ✘ Rio de Janeiro
- ✘ Duque de Caxias
- ✘ Queimados
- ✘ Belford Roxo



Cobertura da atenção básica na RMRJ - 2015 e 2020



6.4 ENTRE O RIO PAVUNA E A LINHA VERMELHA, PARQUE DAS MISSÕES LUTA CONTRA A INSEGURANÇA ALIMENTAR

CLAUDIA CRUZ ENTREVISTA FABIANA SILVA, DO APADRINHE UM SORRISO
AGENDA CAXIAS 2030



“No início da pandemia, o Apadrinhe chegou a doar cerca de 3.700 cestas. Mas as doações caíram. Caíram não né? Acabaram”.

Quando o Apadrinhe um Sorriso foi criado, em 2009, Fabiana tinha o sonho de colocar em prática o que aprendeu na faculdade de pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Fabiana é uma mulher negra, periférica, se alfabetizou aos 12, luta contra a dislexia e tem um coração tão grande que cobre o Parque das Missões (Caxias) inteiro e ainda se expande para outras áreas vulneráveis da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

No início do trabalho, o Apadrinhe um Sorriso, com seus 12 voluntários, realizava múltiplas atividades nas áreas de educação, assistência social e psicologia com pouco mais de 300 crianças, jovens e 64 mulheres. De acordo com Fabiana: “Sem o trabalho em rede e o apoio dos voluntários, a gente não conseguiria fazer o que faz”.

A organização trabalhou por quase 11 anos sem nenhuma ação de distribuição de cestas básicas, mas esse quadro mudou com a chegada da pandemia. Flávia, assistente social da organização, identificou nos atendimentos de assistência social o aumento da vulnerabilidade e a chegada da fome às casas das crianças/famílias atendidas.

A fim de buscar apoiar essas crianças e suas famílias, a equipe do Apadrinhe um Sorriso começou a cadastrar as famílias que estavam inseridas nas ações e demais famílias da favela Parque das Missões para entender a proporção do cenário de insegurança alimentar.

Devido à identificação de tantas famílias em situação de fome, o Apadrinhe ampliou sua rede e com as muitas doações que recebeu foi capaz de atender não somente o Parque das Missões, mas Vila Ideal e Vila Beira Mar, também em Caxias e o Morro do Congonha em Madureira. No auge da pandemia, o Apadrinhe chegou a doar cerca de 3.700 cestas por mês via apoio de organizações parceiras tais como a Casa Fluminense, a ONG Criola, o Movimento União Rio, a organização Gerando Falcões, a ONG Teto, a ONG Atados, Instituto Dharma e o Movimenta Caxias.

Atualmente, com a queda das doações, a organização atende 634 famílias a partir das doações fixas do Movimento União Rio e de doadores individuais. As crianças e jovens beneficiadas pelas ações da ONG são 300, mas indiretamente há muitas(os) mais.

Durante o mapeamento das famílias em vulnerabilidade, Fabiana e Flávia identificaram que a maioria das famílias são monoparentais femininas. Mulheres lutando para garantir a subsistência de seus filhos e filhas.

“A partir do exemplo do Apadrinhe um Sorriso, outras organizações de Caxias, que ainda estavam sem saber como se organizar, se inspiraram e começaram a cadastrar famílias também usando o modelo feito pela assistente social do Apadrinhe um Sorriso Flávia Mendonça. Se não fosse a campanha de arrecadação das organizações, a situação estaria muito pior. O Parque das Missões, como muitas outras áreas, não recebeu nenhuma ajuda governamental” (Fabiana Silva).

A insegurança alimentar é uma realidade que cresce continuamente. Organizações locais, a sociedade civil organizada e indivíduos aparentam ser os(as) poucos(as) que se preocupam com a situação das pessoas em situação de pobreza extrema.

Alimentação é saúde. Sem ela, o corpo não se desenvolve, fica suscetível a doenças e a vários problemas imunológicos e metabólicos. O combate à insegurança alimentar é um compromisso da Agenda Rio 2030 da Casa Fluminense, um objetivo do desenvolvimento sustentável e um direito universal. O Relatório Luz (2021) alerta para vários retrocessos na área da insegurança alimentar e a queda das doações indica a redução da capacidade de doação de muitas pessoas. O futuro é tão incerto quanto a próxima refeição para 113 milhões de brasileiros.⁹⁷

97 — Número de pessoas em insegurança alimentar (Relatório Luz, 2021)

6.5 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO SUS: A URGÊNCIA DA ABORDAGEM INTERSECCIONAL PARA A REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA

EMANUELLE GÓES | PÓS-DOCTORANDA NO CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE DADOS E CONHECIMENTOS PARA A SAÚDE DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ/BAHIA)



O enfrentamento à violência obstétrica tem se apresentado um grande desafio, pois é uma violência legitimada nas práticas de cuidado na atenção ao pré-natal, parto, aborto e puerpério, práticas que foram construídas social e historicamente na produção do conhecimento nas ciências médicas e da saúde.

O termo violência obstétrica foi cunhado recentemente, no entanto, a sua prática vem de tempos como o controle, o domínio e a regulação dos corpos das mulheres. A aproximação dos médicos ao parto, ocorreu durante os séculos XVIII e XIX, período em que as práticas médicas se intensificam. A história da apropriação do corpo feminino pelo saber médico foi efetivamente marcada pelo desenvolvimento do conhecimento cirúrgico e tecnológico promovido pela aproximação da medicina com o momento do parto.

Apesar de o termo violência obstétrica ser um conceito em construção, pode ser definido como apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde, com o tratamento desumanizado, abuso de medicalização e patologização dos processos naturais, causando a perda de autonomia e a capacidade de decidir sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres. Essa é a definição dada pela Venezuela e Argentina, onde a violência obstétrica é tipificada.

Apesar de a OMS não utilizar o termo violência obstétrica em seu documento Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos (2014), reconhece as diversas formas de violências sofridas pelas mulheres durante o parto em instituições de saúde e que tal tratamento não apenas viola os direitos das mulheres ao cuidado respeitoso, mas também ameaça o direito à vida, à saúde, à integridade física e à não-discriminação. E o Sistema Único de Saúde que traz como princípios a equidade, integralidade e universalidade desde 2001 tem o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento com a finalidade de assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério às gestantes e ao recém-nascido, na perspectiva dos direitos de cidadania.

Houve poucos avanços em uma atenção obstétrica qualificada que reconheça as mulheres nas suas intersecções considerando os marcadores de opressões. Como foi o caso de Alyne Pimentel. Jovem negra, moradora da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, grávida de 6 meses, que faleceu em 2002, vítima de negligência e imperícia médi-

ca em virtude da precariedade da assistência médica prestada pelos profissionais de saúde da Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, em Belford Roxo, e da Maternidade Mariana Bulhões, em Nova Iguaçu. Ainda hoje são as mulheres negras as principais vítimas das mortes maternas no Brasil, sendo mais de 60%, é importante lembrar que 90% dos óbitos maternos podem ser evitados com boas práticas no cuidado, incluindo o enfrentamento ao racismo institucional. O racismo constitui as diversas barreiras dentro e fora dos serviços, desde a tomada de decisão em procurar o serviço, a peregrinação e até a chegada em uma unidade de saúde.

Evidências científicas, denúncias dos movimentos de mulheres negras apontam como as mulheres negras continuam morrendo na busca pelo atendimento e dentro do serviço. A violência obstétrica pode causar agravos e mortes maternas, e o racismo obstétrico adensa esse cenário entre as mulheres negras. O processo de racismo obstétrico a que mulheres negras estão submetidas tem como uma das referências James Marion Sims (1813-1883) que foi um médico estadunidense e um pioneiro no campo da cirurgia, conhecido como o “pai da moderna ginecologia”, que usou mulheres negras escravizadas como cobaias no desenvolvimento dos seus estudos. Em seus experimentos realizava cirurgias nessas mulheres, sem o uso de anestesia, pois segundo ele “os africanos tinham uma tolerância fisiológica incomum para a dor”.

Em qualquer contexto e momento da atenção obstétrica são as negras as mais vulneráveis pois são menos tocadas no pré-natal, recebem menos medicamento para dor, sendo consideradas “resistentes”. Nelas o parto ocorre mais tardiamente, por serem estereotipadas como mulheres de ancas largas e parideiras. Em situação de abortamento são as mais criminalizadas e denunciadas nos serviços, assim como aguardam mais para serem atendidas, sendo as principais vítimas do aborto inseguro e que mesmo em situação limite com medo de serem maltratadas demoram a procurar o serviço.

O processo histórico do racismo patriarcal redobra a situação das mulheres negras expondo-as aos piores desfechos na saúde reprodutiva. Por isso, enquanto não enfrentarmos o racismo institucional nos serviços de saúde e garantir a equidade para as mulheres negras, o Brasil continuará a ter a alta taxa de mortalidade e as mulheres negras continuarão sendo violadas na sua dignidade e no seu direito humano à vida, na sua autonomia reprodutiva e no bem viver dela e de sua comunidade.



CAP 7 | EDUCAÇÃO

DE OLHO NA AGENDA RIO 2030:

Zerar a evasão escolar, garantir vagas em creches, assegurar alimentação dos estudantes, valorizar professores, qualificar a gestão da educação e a infraestrutura das escolas.

**1** ERRADICAR
A POBREZA**4** EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE**9** INDÚSTRIA,
INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURAS

7.1 EDUCAÇÃO PÚBLICA COMO UM DIREITO UNIVERSAL E OS DESAFIOS NO COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

Por uma Pedagogia da Pergunta, livro-diálogo entre Freire e Faundez, afirma que nossas pedagogias são de respostas e precisamos de uma revolução na educação que possibilite a pergunta. Tento pensar essa revolução, molecularmente, desde o corpo que se impôs no caminho do pensar, como afirma Freire ao falar do exílio: O teu corpo veio molhado, como o de qualquer exilado, do contexto de origem, molhado da história, da cultura do teu contexto.⁹⁸

Como pensar políticas públicas na educação no contexto estrutural agravado pela pandemia? Como lidar com as desigualdades que se aprofundaram em 2020 e 2021 no campo da educação, principalmente a educação pública?

São tantas perguntas e inúmeras respostas. Se a curiosidade faz parte da forma de vida que somos, todos deveríamos ter a mesma curiosidade e vontades de perguntar como vai ser para essas crianças e jovens um pensar futuro quando o quadro de desamparo se atualizar no cotidiano das escolas fechadas em 2020 por conta da Covid 19 e o retorno escolar sem segurança para alunos e corpo escolar em 2021?

O ano de 2021 apresenta-se muito mais desalentador e de inúmeros retrocessos.⁹⁹ E segundo pesquisas realizadas por organizações como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O quadro da educação piorou, agudizaram-se as desigualdades de acesso à educação devido à pandemia.

Ainda segundo o Unicef, o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância, identificou que quase 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não frequentavam a escola (remota ou presencialmente) em novembro de 2020 no país. E 3,7 milhões de estudantes matriculados em unidades de ensino não tiveram acesso a atividades escolares e não conseguiram estudar em casa.¹⁰⁰

A transmissão de aulas pela internet desnudou a falta de acesso tanto à internet, quanto a computadores e smartphones para milhões de estudantes brasileiros.¹⁰¹ No estado do Rio de Janeiro, o estudo do Unicef, indicou que 458 mil alunos da rede pública não participaram de ativi-

99 — Relatário Luz, 2021.

100 — <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56909255>

101 — idem

dades escolares presenciais ou remotas, em novembro de 2020.¹⁰² De acordo com o estudo, a exclusão escolar afeta mais os alunos de baixa renda e com problemas de acesso à internet. O Unicef alerta para o retrocesso de 20 anos no campo da educação, se nada for feito para que todos os alunos tenham a mesma oportunidade de aprendizado.

No ano de 2020, os profissionais da educação da rede pública da RMRJ aderiram à campanha intitulada “A vida é mais importante: volta às aulas na pandemia é genocídio”. A campanha foi impulsionada pelos núcleos do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Sepe) nos municípios, Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (Sinpro-Rio), sindicato dos educadores das escolas privadas e Sindicato dos Profissionais em Educação do Município de Maricá (Sineduc/Maricá). A campanha contou com uma petição pública e o lançamento de um manifesto repudiando as orientações do Executivo local para reabertura das escolas municipais e privadas, sem que houvesse o aval de órgãos sanitários especializados, como a Fiocruz.¹⁰³

Apesar de dados do Ministério da Educação, produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) indicarem uma taxa de abandono escolar para o estado do Rio de Janeiro de 1,2% para o ensino fundamental e 0,5% total para o ensino médio, quando vemos as demais unidades da Federação as taxas estão mais altas em muitos estados, evidenciando o cenário de abandono e retrocesso no campo da educação (2021)

¹⁰² — <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/29/numero-de-estudantes-sem-acesso-a-educacao-no-rj-cresceu-15percent-durante-a-pandemia-segundo-pesquisa-do-unicef.ghtml>

¹⁰³ — <http://www.sineduc.com.br/educacao-da-regiao-metropolitana-rj-faz-campanha-contra-retorno-precipitado-as-aulas/>

Segundo dados de uma pesquisa realizada pelo C6/DataFolha¹⁰⁴ 4 milhões de estudantes entre 6 e 34 anos, deixaram de estudar em escolas e faculdades no ano passado. Na capital da metrópole, somente em 2021, evidenciou-se uma evasão escolar de 5 mil crianças. Em 2019 as taxas de abandono do ensino médio estavam em: 4,8% para o Brasil; 5,8% para o estado do Rio de Janeiro e 6,9% para a capital. Só em 2020 a taxa de abandono escolar no país foi de 8,4%.

Os dados da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 2020, em consulta à base de dados do Ministério da Educação/Inep¹⁰⁵ indicam uma baixa taxa de abandono na rede pública no geral, reflexo da esperança de muitos familiares do sucesso das aulas remotas e da possibilidade da volta às aulas, o que não se concretizou devido à rápida expansão da Covid-19.

Quando o tópico em questão são as taxas de abandono, apresentam-se dois destaques: Cachoeira de Macacu que teve taxas de abandono de 14,7% no ensino fundamental e 2,3% no ensino médio e Paracambi que teve 3,0% de abandono no ensino fundamental e 0,9% no ensino médio. Enquanto quase todos os municípios da RMRJ tiveram taxas de abandono abaixo de 1% nos ensinos fundamental público, a capital teve uma taxa de 1,5% no ensino fundamental e 0,5% no ensino médio e Seropédica teve 1,1% no ensino fundamental e 1,7% no ensino médio.

E pensando nessa criticidade necessária para pensar caminhos que nos voltamos para a pergunta mais necessária para iniciar este trabalho: quais caminhos são possíveis para uma educação metropolitana? Como frear o abandono escolar? Como cobrar políticas públicas focadas na qualidade da educação na RMRJ?

104 — <https://revistaeducacao.com.br/2021/01/26/abandono-escolar-da/>

<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/>

105 — [taxas-de-rendimento](#)

É importante lembrar que muitas meninas, jovens e mulheres representam a maior proporção de evasão escolar mundialmente.¹⁰⁶

De acordo com o Unicef e Cenpec Educação, as crianças pequenas também são um grupo populacional altamente afetado pelos retrocessos oriundos da pandemia. A preocupação com a retomada das aulas e a possível evasão escolar em 2021 fez com que muitos municípios da RMRJ, tais como a capital, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Niterói, São Gonçalo, Nilópolis e Mesquita, decretassem em lei como deveria ser feito o retorno às aulas em unidades públicas e privadas.¹⁰⁷

O que é comum a todos os municípios citados é a preocupação com a adoção de um formato híbrido (aulas presenciais em rodízio e atividades remotas); turmas com limites de alunos, o rodízio de alunos presentes e a continuidade das aulas remotas para aqueles que não se sentissem seguros para retornar às atividades presenciais.¹⁰⁸

É importante ressaltar que não houve redução no número de matrículas totais na RMRJ no ensino fundamental e no ensino médio, o que poderia indicar mais uma preocupação em garantir a condicionalidade dos programas de transferência de renda, do que uma satisfação com o ensino em si.

106 — <https://www.sbtnews.com.br/noticia/mundo/162711-onu-mulheres-alerta-para-aumento-de-taxa-de-evasao-escolar-de-meninas>

107 — <https://extra.globo.com/noticias/rio/saiba-como-estao-as-aulas-em-outros-municipios-da-regiao-metropolitana-do-rio-alem-da-capital-24958728.html>

108 — Idem.

A escola e a universidade têm o importante papel de educar para a vida além dos seus muros. A educação ainda é um ferramenta de combate às desigualdades, de criação de oportunidades e de mobilidade inter e intrageracional. É importante produzir e monitorar políticas públicas que fomentem programas de redução da evasão escolar, que dialoguem com a realidade deste tempo presente (sem ignorar a desigualdade e o racismo estruturais e estruturantes para milhares de crianças e jovens) e que garantam caminhos para termos alunos e alunas na escolas, comida no prato e vacina no braço.

O Relatório Luz e o relatório do Unicef apontam os caminhos para conseguirmos uma educação que respeite as diferenças e garanta direitos. Os passos foram dados e é necessário que os governantes entendam o seu papel nesse jogo de cartas marcadas cujas decisões precisam respeitar o processo que pense um futuro, alinhado com o acesso a uma educação de qualidade. Os apontamentos dos dois documentos são urgentes e alinhados com o que defendemos como instituição. Destacam-se algumas recomendações: 1. busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola; 2. comunicação comunitária e gestão democrática da educação com a comunidade escolar; 3. garantir acesso à internet; 4. mobilizar as escolas; 5. fortalecimento do sistema de garantia de direitos; 6. suspender a Emenda Constitucional 95; 7. aumentar investimentos em políticas públicas, garantindo o direito à educação desde a primeira infância até o ensino superior, passando pela educação de jovens e adultos, com promoção das diversidades; 8. revogar todas as leis que proibam ou inibam a abordagem de gênero e sexualidade nas escolas; 9. contemplar as questões de raça, regionalidade, pertencimento religioso e local de moradia (rural/urbano) nas ações pedagógicas para superar as desigualdades de acesso.

De acordo com dados do levantamento do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), solicitados pela Globonews, o efeito das desigualdades na pandemia se tornaram mais evidentes, haja vista que no Enem de 2021 houve uma redução de mais de 50% no número de pretos, pardos e indígenas. Houve uma redução também no número de inscrição de estudantes brancos, porém menor, de 35,8%.¹⁰⁹

Educação e desigualdade são duas variáveis de forte correlação, sem educação não há mobilidade inter e intrageracional. Na Agenda Rio 2030 as propostas de ampliação de vagas em creches públicas, de investimento em estrutura adequada nas escolas públicas e da expansão do ensino de jovens e adultos (EJA) nos municípios da RMRJ, entre outras, têm como foco a redução das desigualdades e a ampliação de oportunidades educacionais para a população.

109 — Os pedidos de adiamento e suspensão do Enem, não aceitos pelo Ministério da Educação, apresentam-se agora, quando a oportunidade do ensino superior aumentou para indígenas, pretos e pardos. Aqueles que tanto relataram dificuldades em estudar sem acesso à internet para assistir a aulas *online*, aqueles que muitas vezes sequer tiveram acesso aos materiais necessários para o seu estudo.

7.2 NO SUDESTE, RIO DE JANEIRO TEM A PIOR TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE 0 A 3 ANOS



A Agenda Rio 2030 defende uma educação pública, integral, acessível e inovadora com mais vagas em creches e qualificação na gestão da educação de maneira a atender demandas das periferias e favelas criando soluções para a evasão escolar e garantindo um desenvolvimento adequado para primeira infância.

No estudo realizado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope Inteligência), publicado em 2017, a primeira infância tem sido apontada pela ciência como uma “janela de oportunidades”.¹¹⁰ É nela que a aprendizagem de habilidades e o desenvolvimento acontecem com mais facilidade, abrindo portas para as aprendizagens futuras.

Apesar da importância da aprendizagem na primeira idade as crianças de 0 a 3 anos representam apenas 31,7% dos matriculados em creches no Rio de Janeiro, ainda segundo o #Colabora¹¹¹ o “Rio de Janeiro é a capital dos sem creche no Sudeste”, dados do IBGE apontam que a capital fluminense detém a pior taxa de escolarização entre crianças nessa faixa etária.

O problema é estrutural. Segundo a coordenadora do Sepe-RJ, Samantha Guedes,¹¹² as mães, professores e funcionários reclamam das péssimas con-

110 — Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Ibope Inteligência. Primeiríssima infância CRECHE necessidades e interesses de famílias e crianças. São Paulo, p. 29, 2017.

111 — <https://projetocolabora.com.br/ods4/rio-de-janeiro-a-capital-dos-sem-creches-no-sudeste/>

112 — <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/29/maes-professores-e-funcionarios-reclamam-de-condicoes-ruins-e-falta-de-vagas-em-creches-no-rio.ghtml>

dições de trabalho e da falta de vagas mesmo depois dos investimentos na educação infantil anunciados pela Prefeitura do Rio. De acordo com a matéria do G1 Rio, a Secretaria Municipal de Educação prometeu que abriria mais seis mil novas vagas em creches conveniadas ainda em 2019. Além disso, foi lançado em dezembro um edital de parceria público-privada para a construção de 50 novas creches até 2020, que gerariam mais 20 mil vagas.¹¹³

Mas a realidade é outra, segundo o levantamento feito pelo RJ2¹¹⁴ (2021) municípios do Rio de Janeiro receberam verba para construir creches que nunca saíram do papel. Dados da Organização Transparência Brasil revelam que as 12 cidades que vão da Região Metropolitana do Rio, passando pela Baixada Fluminense e interior do estado, receberam quase R\$ 21 milhões do governo federal nos últimos anos, cerca de 127 obras foram canceladas, sendo 19 no Rio e cerca de 30 em São Gonçalo, município com mais de 1,5 milhão de habitantes. Em Itaguaí, no lugar da creche existe hoje um matagal, os moradores confirmam que no local nunca existiu uma creche. Nova Iguaçu, Magé, Itaboraí e Nilópolis também fazem parte do grupo identificado.

Além da falta de vagas, péssimas condições de funcionamento e obras canceladas ou inexistentes, a Prefeitura do Rio atrasou repasses e cortou verbas de creches conveniadas. No total, 203 creches foram afetadas em 2020 impactando diretamente a vida de aproximadamente 22 mil crianças e causando dúvidas sobre o seu funcionamento no ano de 2021.

113 — <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/06/prefeitura-diz-que-rio-vai-abrir-mais-de-6-mil-novas-vagas-em-creches-em-2019.ghtml>

114 — <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/14/levantamento-mostra-que-12-cidades-do-rj-receberam-verba-para-construir-creches-que-nunca-sairam-do-papel.ghtml>

Todo esse contexto coloca em atraso iniciativas como a do Projeto de Lei nº 17/2017 de autoria da vereadora Marielle Franco e do vereador Tarcísio Motta que instituiu o programa espaço infantil noturno, visando atender à primeira infância no município do Rio de Janeiro. O projeto prevê que os espaços noturnos sejam os mesmos espaços de educação infantil existentes, sem a necessidade de que se criem novas unidades, mas conforme mostra o G1 nos atuais espaços há escassez de material didático, sabonetes, máquinas de xerox, porteiros e até mesmo recursos humanos. Identifica-se também a superlotação de alunos, em muitas escolas, e a falta de valorização dos funcionários.

A oferta de creches e espaços noturnos está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico, profissional e social não só dos pais e crianças, mas também do país. Mas conforme aponta o Relatório Luz 2021, apesar da importância da educação básica, em 2020 o orçamento efetivamente pago para investimentos em infraestrutura foi de apenas R\$ 76,5 milhões. A Lei Orçamentária Anual 2021 foi aprovada no Congresso Nacional com 27% de cortes para a área da educação e tendo sofrido o maior entre todos os bloqueios: R\$ 2,7 bilhões.

Da perspectiva do contexto econômico e profissional, a falta de creches e espaços noturnos, aponta um obstáculo para mães e responsáveis que, pela ausência de equipamentos gratuitos e seguros para deixar suas crianças, abdicam de horas de trabalho, o que em muitos casos afeta sua autonomia, seu rendimento e sua capacidade de transformar sua realidade socioeconômica. Estruturalmente a mobilidade social de famílias monoparentais é a mais afetada pela ausência de vagas em creches.¹¹⁵

115 — <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/25/mais-de-5-milhoes-de-criancas-de-0-a-3-anos-precisam-de-creche-no-brasil-aponta-levantamento.ghtml>

É fundamental portanto proporcionar às crianças da educação infantil, a garantia do direito de aprendizagem de forma contínua e progressiva. Aprendizado que transforma a sociedade, reduzindo iniquidades e criando oportunidades de mobilidade inter e intrageracional.

Considerando que o Rio de Janeiro tem uma taxa de desemprego maior que a brasileira (vide capítulo sobre emprego neste relatório), evidencia-se a necessidade da viabilização de vagas em creches em toda a Região Metropolitana, a fim de que os responsáveis possam estudar, se qualificar e trabalhar e que se possa garantir o direito universal à educação para crianças de 0 a 3 anos.

As creches em geral, e aquelas com espaços noturnos são fundamentais para criação e manutenção de oportunidades, redução das desigualdades e mobilidade social para crianças, jovens e seus responsáveis. Como argumenta Amartya Sen, a educação é um fator estruturante do desenvolvimento humano.

7.3 NA REGIÃO METROPOLITANA, 14 DOS 22 MUNICÍPIOS NÃO ALCANÇARAM A META DO IDEB NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS



Tanto o acesso como a qualidade da educação acabaram se tornando, em geral, mais difíceis com a pandemia, muito por conta da paralisação das atividades presenciais nas instituições de ensino e da adoção do ensino remoto, que deixaram para trás milhares de alunos que não possuem acesso à internet, smartphones e laptops. Nesse sentido, considerando o período em que os alunos desenvolvem as competências essenciais para a trajetória na vida escolar, é destacado neste tópico o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)¹⁰⁶ de 2015, 2017 e 2019 para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública dos municípios da RMRJ.

Em toda a RMRJ, apenas Paracambi alcançou a meta para o Ideb em todos os anos, Guapimirim e Tanguá alcançaram duas vezes, enquanto outros cinco ao menos uma vez. Contudo, 14 dos 22 municípios não alcançaram a meta em nenhum dos 3 anos de análise. Desses, oito são da Baixada Fluminense.

116 — Cabe destacar que é muito difícil provar uma correlação direta entre Ideb e qualidade de ensino. Apesar de ser um excelente indicador, a aprendizagem de jovens e crianças é multifatorial, vai de fatores biológicos, sociais, culturais, à presença ou ausência de políticas públicas que invistam na educação, entre vários fatores.



Na RMRJ, 14 dos 22 municípios não alcançaram a meta do IDEB para os anos iniciais do Ensino Fundamental nos últimos três anos. Entre eles, oito são da Baixada Fluminense.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020)

Cidades com IDEB em crescimento



Rio de Janeiro

Niterói

Rio Bonito

Queimados

Itaboraí

Tanguá

Nilópolis

Itaguaí

São João de Meriti

Duque de Caxias

Japeri

São Gonçalo

Belford Roxo

Cachoeiras de Macacu

Cidades com IDEB em decréscimo

Petrópolis

Guapimirim

Nova Iguaçu



Nota: Foram categorizadas como cidades com IDEB em crescimento, as que apresentaram aumento da média de 2015 a 2019 ou estabilidade entre dois anos antes ou após um crescimento. Para as cidades em decréscimo, a lógica é a mesma considerando a redução nas médias.

Cidades com as médias mais baixas

Belford Roxo

2015 • 4,1

2017 • 4,3

2019 • 4,7

São Gonçalo

2015 • 4,3

2017 • 4,5

2019 • 4,6

Japeri

2015 • 4,4

2017 • 4,5

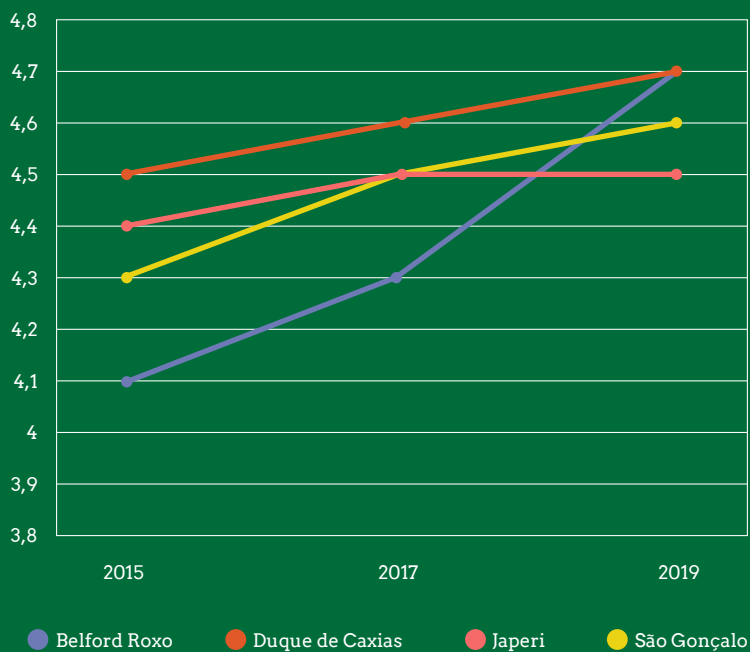
2019 • 4,5

Duque de Caxias

2015 • 4,5

2017 • 4,6

2019 • 4,7



7.4 NA VILA KENNEDY, A DESIGUALDADE AFETA O QUE A GENTE ENXERGA NO HORIZONTE

DEBORA PIO | AGENDA VILA KENNEDY 2030



Durante toda minha infância, as montanhas faziam parte da vista do horizonte. Ao sul, o maciço da Pedra Branca; ao norte, a serra do Mendanha. Nesta época, bastava olhar para o morro para entender se o tempo mudaria brusca-mente, se as árvores estavam carregadas de manga e dava para saber qual era a estação do ano só pelas cores da vegetação.

Essa vista, no entanto, vem sendo modificada em virtude da ocupação desordenada causada, entre outros fatores, pela falta de planejamento habitacional no território. Uma das comunidades que cresceu ocupando parte de um dos morros – e transformando a vista – da serra do Mendanha tem o sugestivo nome de Sociólogo Betinho onde, ao contrário do que pregava o próprio sociólogo, grande parte dos moradores vive em situação de vulnerabilidade.

A Vila Kennedy é um dos resultados do ambicioso projeto Aliança para o Progresso, iniciado durante a ditadura militar, que durante os anos 1960 pretendia tirar a população mais pobre da Zona Sul e áreas mais centrais da cidade para ocupar a Zona Oeste, com a promessa de ofertas de emprego, moradia e melhores condições de vida a 30km do Centro. A promessa acabou nunca se realizando e hoje o bairro, que tem cerca de 41,5 mil¹¹⁷ moradores (IPP, 2017),

117 — <https://www.vozdascomunidades.com.br/comunidades/vila-kennedy-aula-de-solidariedade-e-consciencia-social-na-ausencia-do-estado/>

vive um intenso processo de expansão sem planejamento, com a pobreza e falta de oportunidades em sua base.

Durante a pandemia isso se tornou ainda mais evidente: as desigualdades que já eram a realidade das favelas do Rio de Janeiro só se aprofundaram ainda mais com o espalhamento do vírus. Na Vila Kennedy, diante da ausência do estado, foram os movimentos sociais, coletivos e associações locais que precisaram se organizar para ajudar as famílias que ficaram desassistidas, com a doação de alimentos, distribuição de máscaras, mutirões de inscrição em programas sociais etc.

A Casa de Aya, um coletivo formado por seis mulheres nascidas e criadas no território e que desde 2012 desenvolve projetos de arte e cultura na comunidade, foi uma das iniciativas que embarcaram nessa empreitada emergencial. Em 2020, com um financiamento coletivo que arrecadou R\$ 29.564, 150 famílias receberam alimentos entre julho e setembro. Este ano, com as doações em queda, o coletivo arrecadou pouco mais de R\$7 mil e conseguiu parcerias com outras organizações para distribuir insumos para 130 famílias durante 4 meses.

Durante esse tempo, o grupo realizou uma pesquisa pelo uso de questionários, cujos dados dão a tônica de quais horizontes são possíveis enxergar hoje na VK: as mulheres representam mais de 85% entre as beneficiárias e, dentro dessa porcentagem, 74% são negras e mais de 70% são chefes de família. Sobre a escolaridade, 35% das pessoas não chegaram a completar o ensino fundamental, enquanto 62,9% estão desempregadas ou realizando trabalhos informais. A violência também é um agravante, com constantes tiroteios e um ambiente de insegurança, é possível observar que o número de pessoas que apresenta problemas psicológicos atrelados a esses problemas vem crescendo. A falta de infraestrutura de transportes e outros serviços públi-

cos também contribui para o abismo que separa o desenvolvimento da Vila Kennedy de outros bairros da Zona Sul, por exemplo.

Este levantamento apresenta um pequeno recorte de informações que não são facilmente encontradas em fontes de dados públicos. Como a Vila Kennedy só se tornou um bairro oficialmente em 2017, ainda é comum que dados de saúde, emprego, segurança pública e mortalidade por Covid sejam computados no bairro vizinho Bangu, o que dificulta ainda mais para que as políticas públicas se estabeleçam de maneira efetiva na localidade. Este cenário vem se transformando aos poucos graças aos vários movimentos locais que têm se esforçado para que os avanços cheguem.

O Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro, lançado em julho deste ano, é o documento que contém metas e ações para os quatro anos de mandato do prefeito. O mote é a retomada da cidade – “fazer o Rio voltar a dar certo” – com uma agenda calcada nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e focada na promoção do bem-estar e paz, fortalecimento de parcerias, proteção ao meio ambiente, promoção da sustentabilidade e o crescimento econômico. Agora resta saber se estas promessas estarão refletidas no orçamento para projetos e iniciativas para as favelas a partir do ano que vem. O coletivo Casa de Aya pretende realizar até 2022 uma agenda de propostas, feita pelas lideranças locais, para compreender melhor os anseios da comunidade e lutar para que as políticas sejam desenvolvidas de acordo com as demandas territoriais.

O impacto do coronavírus para as favelas ainda é incalculável e só superaremos esse aprofundamento ainda maior de desigualdades históricas a partir de muita vontade política de quem ocupa o poder. Enxergando o mundo a partir da Vila Kennedy, o que a gente deseja é conseguir voltar a ler o presente e acreditar no futuro apenas olhando para o horizonte.

7.5 POR UM PACTO PELA APRENDIZAGEM NO RIO DE JANEIRO

PEDRO MARTINS | COORDENADOR ASSISTENTE ESTADUAL
DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER E CONSELHEIRO
DA CASA FLUMINENSE



Onde está o centro da política educacional? Entre várias perguntas que precisam ser feitas para se pensar e construir a educação que queremos, essa é uma frequentemente esquecida. É na ausência dessa reflexão atenta que muitas vezes os discursos e as práticas de gestão colocam as escolas como a ponta da política pública. Para que o direito à educação seja de fato efetivado, os estudantes, com suas necessidades e potencialidades diversas, devem ser o foco do fazer pedagógico e administrativo e é na escola que isso acontece.

As escolas devem ser o centro da política educacional. Diante disso, dois desafios se abrem. O primeiro é garantir que todas as crianças e adolescentes estejam frequentando as aulas. São inúmeros os fatores socioeconômicos que exercem força centrífuga nas trajetórias dos jovens, os empurrando para a evasão e o abandono. Com a pandemia, reafirmou-se a importância das escolas como espaço de excelência para educação num contexto de um país tão desigual, onde em casa os estudantes mais vulnerabilizados não têm os recursos tecnológicos e o ambiente propícios à aprendizagem.

O segundo desafio é garantir que, uma vez matriculados e frequentes, os estudantes de fato aprendam o que é desejado, conforme indicado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos currículos estaduais e municipais. Aí que reside uma tragédia, bem mais silenciosa, mas grave. Deveria ser mo-

tivo de choque, o fato de, ao fim do 3º ano do ensino fundamental, 60% dos estudantes de escolas públicas do estado do Rio de Janeiro apresentavam níveis insuficientes de leitura, de acordo com a Avaliação Nacional de Alfabetização de 2016. A alfabetização consolidada é o primeiro passo para que um estudante possa ter uma trajetória escolar de sucesso. Sem ela, há dificuldade de adquirir habilidades de outras disciplinas, o que, combinado com uma cultura de reprovação em massa, acarreta no aumento da distorção idade-série e abandono dos estudantes. Esse efeito é sentido nos resultados do Ideb – indicador que busca correlacionar a aprendizagem dos estudantes em português e matemática com o fluxo escolar. O Ideb dos anos iniciais do Rio de Janeiro cresceu apenas dois décimos entre 2015 e 2019 (saindo de 5,2 para 5,4) enquanto a média nacional avançou o dobro no mesmo período (saindo de 5,3 para 5,7).

Promover a aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental não é um desafio isolado de algumas escolas ou redes municipais: o estado do Rio de Janeiro tem o segundo menor percentual de municípios que atingiram as metas do Ideb em 2019: apenas 22,2%, ficando à frente apenas do Amapá. Ainda que o ensino fundamental seja, prioritariamente, de responsabilidade municipal, os estudantes por trás desses números são, antes de tudo, cidadãos fluminenses. Por isso, encarar e transformar essa realidade exige que o governo do estado assuma o compromisso técnico e político de liderar um pacto pela aprendizagem, envolvendo prefeitos, secretarias municipais de educação, comunidades escolares, legislativos, organizações da sociedade civil, entre outros atores. Na prática, o futuro governador pode demonstrar a prioridade dada à educação no orçamento destinado à pasta e na mobilização ativa da sociedade para a construção do senso de urgência para a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

O fortalecimento do regime de colaboração entre os estados e municípios para a melhoria da educação é uma estratégia prevista na Constituição federal e tem o estado do Ceará, pelo Programa de Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic), como a prin-

cipal referência nacional. Hoje, outros 10 estados brasileiros integrantes da Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (Parc) desenvolvem suas próprias políticas de melhoria da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.

No caso específico do Rio de Janeiro, há três medidas que precisam ser tomadas para o fortalecimento do regime de colaboração no contexto de um pacto pela aprendizagem. Do ponto de vista pedagógico, o estado deve prover orientações e recursos para que as secretarias municipais de educação promovam a articulação entre formação, acompanhamento pedagógico e avaliação. Isso se traduz na possibilidade de que todos os professores tenham formação continuada, alimentada pelo currículo e constantemente aperfeiçoada a partir dos resultados das avaliações. Assim como deve elevar a capacidade institucional de realização de acompanhamento pedagógico de todas as escolas e turmas, não como exercício de controle e monitoramento, mas de apoio ao desenvolvimento da gestão escolar.

Da perspectiva dos incentivos, a legislação que regulamenta a distribuição da cota-parte municipal do ICMS no estado deve ser revista. Assim como o ICMS-ecológico regulamenta a distribuição de recursos entre os municípios em função de critérios ambientais, é essencial que a distribuição do ICMS aos municípios dê prioridade aos resultados educacionais atingidos pelos mesmos. Esse mecanismo cria um estímulo para que a educação esteja no topo da agenda de todas as prefeitas e prefeitos. A criação do ICMS-educacional também é prevista no Novo Fundeb e deverá ser feita até agosto de 2022.

Do ponto de vista das avaliações, desde o fim do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (Saerj), em 2016, o estado está sem realizar avaliações externas próprias. A criação de sistemas estaduais de avaliação é uma previsão do Plano Nacional da Educação e é peça-chave para a construção de políticas baseadas em evidências e orientadas pela equidade. Sozinhos, grande parte dos municípios têm dificuldades de financiar avaliações somativas, por isso é fundamental que o Saerj seja reformulado, com as políticas de incentivos financeiros que criavam mais distorções nas redes alteradas, para que seja usado como ferramenta de apoio aos profissionais da educação, não de punição.

Essas medidas podem ser os primeiros passos para um pacto pela aprendizagem no Rio de Janeiro, que é indispensável pela grandiosa missão de alfabetizar todas as crianças na idade certa e também deve ser eixo estruturante de uma visão de um Rio mais justo, democrático e sustentável. Se Paulo Freire está certo e a “educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”, é também verdade que cada uma das 6.616 escolas públicas do estado do Rio de Janeiro são, e podem ser, cada vez mais centros de mudança de vida das nossas crianças. São elas que, no curto e longo prazo, farão emergir o potencial de vida plena e garantia de direitos para todos que este estado tem.



CAP 8 | CULTURA



DE OLHO NA AGENDA RIO 2030:

Ampliar e territorializar o orçamento para a cultura, qualificar e desburocratizar o uso de espaços públicos, preservar o patrimônio e potencializar a diversidade cultural nas cidades.



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS



8.1 A RUA COMO ESPAÇO DE ENCONTROS E DE DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA

A primeira impressão que se tem ao se deparar com o tema da democratização do acesso aos bens culturais e da importância da rua nesse retorno pós Covid-19, é a possibilidade de arrumarmos as malas e viajarmos de imediato para o campo da descoberta desse novo normal pós pandemia. Que conceito incrível! Aceitamos o convite e partimos para conhecer ou vivenciar essa proposta da poética do deslocamento, do devir. Já é muito conhecida a história do homem que atravessa o rio e passa a ser um novo homem dentro do mesmo homem. Da mesma forma, ninguém atravessa um túnel sem sair diferente do outro lado, e, principalmente se for a primeira vez que faz isso e

não possui a menor ideia de onde está indo, só tem como a bússola o próprio dirigir de seus passos.

Democratizar o acesso aos bens e serviços culturais é passar por uma situação extrema de transformação no campo do acesso aos direitos básicos, é se permitir o novo, é romper paradigmas e comodismos. Imagine quando tudo isso ocorre dentro da realidade da rua? É nesse momento que vemos mais uma vez o espaço da rua como uma estação de trem, ou quem sabe até mesmo a área de embarque de um aeroporto, ou então como na maioria das vezes, um simples ponto de ônibus; é um local de espera e movimento, esperança e ação. É uma parada obrigatória para pensar no percurso ou um momento de abstração total e desapego dos objetivos.

Existe também uma outra perspectiva sobre a rua e os equipamentos culturais, onde encarnamos o papel do aventureiro, do desbravador e do louco. É se permitir a experimentar o processo de busca/curiosidade de forma despreziosa, desinteressada. O espaço da rua, na verdade, já era antes da pandemia, um lugar de fuga para os processos de criação para os artistas de baixa renda, que produzem seus trabalhos independentes de instituições e grandes companhias artísticas.

A rua é responsável por essa consciência coletiva, é o meio de transporte, é a geradora dessa mistura e também o ponto de encontro da diversidade. Portanto, vemos nesse movimento de viagem dentro dos espaços fechados culturais e nas atividades culturais nas ruas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), uma proposta altruísta de perpetuação do conhecimento, da troca e dos encontros afetivos. Parte do que é liberdade está no fato de ter espaço para ser quem quisermos, sem limites ou amarras, bem como não ter vergonha dos próprios afetos e de nossas manifestações culturais.

Quais são os corpos que ocupam as ruas? Se formos pensar nas manifestações populares, capoeira, jongo e danças urbanas, entendemos que a rua faz parte do DNA dessas manifestações artísticas. Tem um perfil específico. Não é qualquer corpo que produz cultura na rua. Falando da RMRJ, é sempre o corpo preto que ocupa a rua justamente pela falta de espaço e reconhecimento. Quando transitamos pelos grandes centros, teatros e casas de shows observamos um outro perfil ocupando esses espaços. Claro que muitas vezes o espaço da rua é uma escolha do artista, mas é importante pontuar que esse diálogo sobre ocupar a rua não é fácil e é necessário acentuar que pensar democratização do acesso aos bens culturais e a retomada da rua pós pandemia sem contextualizar essas questões é invisibilizar pautas históricas.

No ano de 2020 e 2021 vimos que a rua foi se reinventando a partir das ocupações em massa das redes sociais, como palco virtual. Encontros *online* para comemorar aniversários, trocar afetos e acessar cultura.

Sobre a relação de ocupar o espaço virtual nesse momento pandêmico é necessário pensar quem é o público atingido. Entra em pauta quem têm direito a uma vida remota. Tendo em vista que muitos não têm acesso à internet e nem aos equipamentos. Não falamos somente de cultura e sim também do acesso às redes. Como essa reinvenção também nos mostrou os limites/fronteiras de quem pode acessar os conteúdos que os artistas produzem virtualmente.¹¹⁸

Por mais que defendamos as culturas populares como um espaço de tomada de decisões é inegável que há um *apartheid* cultural na cidade do Rio de Janeiro. Há uma alta concentração de equipamentos culturais no Centro do Rio de Janeiro e Zona Sul e faltam equipamentos nas zonas Norte, Oeste, Leste Fluminense e Baixada Fluminense.

¹¹⁸ — Sobre acessibilidade, redes sociais digitais e diversidade cultural: IRIS-BH (irisbh.com.br)

Quando saímos da capital da metrópole e transitamos pela Baixada Fluminense e pelo Leste Metropolitano encontramos um *déficit* maior ainda tanto no campo de equipamentos culturais, quanto com a possibilidade de fazer da rua um espaço de cultura. Aqui se vive um tempo em que prefeitos como o de Duque de Caxias destroem equipamentos culturais para que a rua e quem nela transita e vive não possam acessar o espaço.

Aqui também se vive uma descontinuidade de políticas públicas – espaços culturais como o Museu do Trem, Planetário de Santa Cruz, Teatro Armando Gonzaga em Marchal Hermes, Teatro Arthur Azevedo em Campo Grande, Raul Cortez em Duque de Caxias vivem um histórico de políticas de descontinuidades.¹¹⁹

Precisamos atuar em amplos aspectos. Desde a formação de gestores locais para que possam gerir os equipamentos culturais e até incentivo à formação de públicos na ponta. Pensando na territorialização da cultura.

Por mais que defendamos a política de meia-entrada, ela ainda exclui uma parte considerável da população que não consegue acessar esses espaços. Um exemplo são as bibliotecas estaduais e municipais que não existem nos territórios mais vulneráveis. É como se de um lado se instalassem os equipamentos, mas do outro, e sem acesso, estivesse a população.

Entende-se a cultura como espaços de sociabilidade e uso do que é coletivo. Logo a rua é vital na ocupação dos espaços públicos nesse novo tempo. É necessário que se criem regras claras e factíveis para o uso do espaço público urbano. Que não se criem

119 — <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/prefeito-de-duque-de-caxias-e-criticado-por-erguer-muro-da-vergonha-em-obra-de-niemeyer/>

mecanismos de “apadrinhamento” para os espaços públicos. Que tenhamos programas de incentivos para essa ocupação de espaços como ruas e praças, parques, arenas culturais e demais equipamentos públicos.

A cultura não pode ser pensada, construída e articulada longe do chão. Para quem ela se produz e se reproduz? Para que se produzam saraus, rodas de rimas, batalhas de passinho, batalhas de slam, um livro, um show? Temos que observar outros meios desse uso. O sujeito que recebe esse produto é agente de mudança a partir do que recebe. A cultura precisa, como produto e meio de resistência do Estado, ser retificada não a partir do produtor e sim a partir do intuito do sujeito que a consome. Logo, a democratização do acesso aos bens, serviços e equipamentos culturais reforçam e reiteram a cultura como um direito universal. É imprescindível garantir que o processo de acesso aos bens e produções culturais não seja tão desigual e pautado pelo local de moradia. A cultura não pode ser uma reprodutora de desigualdades, seja em relação ao gênero, raça, origem socioeconômica, religião e outras tantas formas de segmentação da nossa sociedade. Que o devir viagem e o devir cultura se façam sempre presentes na nossa bagagem.

8.2 ALDIR BLANC FOI O MAIOR INVESTIMENTO JÁ FEITO PELO FUNDO NACIONAL DE CULTURA



A paralisação provocada pela Covid-19 desestruturou o setor da cultura, deixando artistas, produtores e outros trabalhadores e trabalhadoras sem renda. Para socorrer a economia criativa brasileira foram propostos 24 projetos de lei, de diferentes partidos e ideologias.

A Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) foi aprovada em 29 de junho de 2020, e destinou R\$ 3 bilhões para a cultura de estados e municípios. A lei representa um dos maiores investimentos já feitos pelo Tesouro Nacional na economia criativa. Parte dessa verba veio do superávit do Fundo Nacional da Cultura (FNC), no ano de 2019, quando o governo Bolsonaro completava 1 ano e o FNC tinha o menor orçamento em 10 anos.¹²⁰ Vale destacar que o FNC é um dos mecanismos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac, Lei nº 8.313); em 2010 chegou a injetar R\$ 344 milhões em 461 iniciativas; já em 2019 foram apenas sete projetos, que contaram com um investimento de R\$ 995 mil.

Em 2020, o dinheiro da Lei Aldir Blanc foi dividido proporcionalmente aos governos estaduais e municipais, obedecendo também aos critérios dos Fundos de Participação. Para o estado do Rio foram destinados R\$ 214 milhões, destes R\$ 107 foram para o Fundo Estadual. Na capital do estado chegaram R\$ 39,4 milhões, sendo os demais R\$ 67,6 milhões divididos entre 86 cidades.

120 — <https://oglobo.globo.com/cultura/em-10-anos-verba-do-fundo-nacional-da-cultura-foi-de-344-milhoes-para-menos-de-1-milhao-24256797>

O estado pagou aos fazedores de cultura três parcelas de R\$ 600, um auxílio emergencial aos produtores e artistas cadastrados pelo ente federativo responsável. Nas cidades foram duas linhas de apoio: uma para manter os espaços de cultura, outra para financiar projetos públicos que pudessem ser acessados *online*. Para receber e administrar o recurso, o repasse da União aos estados e municípios deveria ser preferencialmente por meio de fundos estaduais, municipais e distritais de cultura.

Essencialmente, um Sistema Municipal de Cultura (SMC) é composto por um conselho, um plano e um fundo. É com o sistema que as cidades estabelecem seus instrumentos próprios, de acordo com os segmentos de expressão que compreendem, e direcionam as políticas públicas culturais.

Porém, muitas cidades do Brasil e do Rio não possuem SMC. Como alternativa, o Ministério do Turismo passou a aceitar estruturas equivalentes como responsáveis pela administração do recurso. Sem secretaria, deveria haver um órgão executivo responsável pela cultura; sem fundo, uma conta específica para Aldir Blanc; sem conselho, precisaria ser estabelecido um comitê emergencial. Precisando, invariavelmente, do aval e da regulação do Ministério do Turismo.

Para receber e aplicar os recursos, os municípios deveriam apresentar um Plano de Ação. Nesse plano, as secretarias detalhariam as ações a serem executadas, quais metas seriam buscadas e a natureza das despesas com o recurso investido. No Rio de Janeiro, São Francisco de Itabapoana, Sumidouro e Comendador Levy Gasparian não apresentaram planos. Conceição de Macabu teve seu plano rejeitado e o plano de São José de Ubá ainda está em análise.

Ao todo, a Lei Aldir Blanc contemplou 700 mil agentes do setor da cultura no ano de 2020 no Brasil. Um número expressivo, que poderia ter sido maior, tendo em vista que 914 cidades deixaram de investir o recurso nos seus circuitos

culturais.¹²¹ No estado do Rio de Janeiro, Belford Roxo não aplicou nenhum real dos R\$ 3 milhões que recebeu, Arraial do Cabo utilizou R\$ 20 mil dos seus R\$ 224 mil, Macaé distribuiu R\$ 700 mil, mas deixou R\$ 1 milhão em caixa.

O governo federal esperava a devolução da verba. Mas considerando o parecer publicado pelo Tribunal de Contas da União, o Congresso derrubou os vetos da PL 795 pelo Decreto no 10.751/2021, prorrogando o prazo de execução dos recursos remanescentes da lei para até dezembro de 2021, que somam cerca de R\$ 800 milhões. No estado do Rio de Janeiro a prorrogação garantiu que as prefeituras e o governo do estado possam aplicar os recursos dos saldos em conta, valores que somam R\$12,7 milhões em investimentos.¹²²

Durante a tramitação no Congresso, a mobilização nacional em torno da aprovação da lei foi essencial, um intenso trabalho coletivo representado por agentes da cultura, organizações sociais, parlamentares, fóruns de secretários, ex-gestores do extinto Ministério da Cultura, e assessores técnicos. A criação da lei Aldir Blanc é uma autoria da deputada federal Benedita da Silva e a prorrogação um esforço da também deputada federal Jandira Feghali.

Esse cenário se desenrola em um momento de discussão sobre a transformação do investimento emergencial da Lei Aldir Blanc em uma política pública permanente. A discussão provocou o surgimento de outras iniciativas! A PLP 73/2021 é uma das primeiras a tramitar no Senado, prevê um investimento de R\$ 4,4 bilhões na cultura pelo setor audiovisual. Essa lei homenageia uma voz que saiu de Niterói para ganhar o mundo, uma vítima da Covid-19, o artista Paulo Gustavo.

121 — <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/lei-aldir-blanc-914-cidades-deixaram-de-repassar-recursos-a-artistas>

122 — <http://portalsnc.cultura.gov.br/indicadorescultura/>

8.3 QUATRO CIDADES DA RMRJ NÃO REPASSARAM MAIS DA METADE DO RECURSO DA ALDIR BLANC PARA OS TRABALHADORES DA CULTURA



No ano de 2020, o Estado do Rio de Janeiro recebeu mais de R\$ 210 milhões com a Lei Aldir Blanc. Metade desse recurso, cerca de R\$ 105 milhões, ficou para a execução da secretaria estadual e o restante do recurso foi repartido entre 88 cidades do estado. A capital ficou com a maior parte, com mais de R\$ 39,4 milhões. Em segundo lugar ficou a soma das 21 outras cidades da RMRJ, que juntas receberam mais de R\$39,3 milhões. As demais 66 cidades do Estado repartiram entre si pouco mais de R\$ 26 milhões.

Por outro lado, das outras 21 cidades da RMRJ além da capital, 16 deixaram de executar parte desse recurso no ano de 2020. Entre essas, cinco deixaram de pagar mais de 40% do valor direcionado aos artistas. Foram centenas de milhares de reais que ficaram presos nos cofres, e por pouco não retornaram à União. Em 2020, Tanguá deixou de investir R\$ 146 mil nos artistas locais, Queimados, R\$ 414 mil; Japeri, R\$ 441 mil; Nilópolis, R\$ 669 mil. Belford Roxo não investiu nenhum real dos mais de R\$ 3 milhões que recebeu da Aldir Blanc em 2020. Se não fosse a prorrogação, os artistas teriam ficado completamente sem acesso ao investimento público.



Em 2020, quatro cidades da RMRJ não repassaram mais da metade do recurso da Lei Aldir Blanc para os trabalhadores da cultura.

Fonte: Painel de Dados Lei Aldir Blanc do Sistema Nacional de Cultura, acessado em 9 de agosto de 2021.

Repassado ao Estado do RJ: R\$ 212 milhões

RJ

R\$ 105 milhões

Capital

R\$ 39,4 milhões

RMRJ

R\$ 75 milhões

Outras cidades fora da RMRJ

R\$ 31,5 milhões

Belford Roxo

R\$ 3 milhões - 0% executado

Nilópolis

R\$ 1,1 milhão - 40 % executado

Queimados

R\$ 1 milhão - 60 % executado

Japeri

R\$ 713,5 mil - 38 % executado

Tanguá

R\$ 253,5 mil - 43 % executado

8.4 SÃO JOÃO DE MERITI: A CONTÍNUA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE UMA CIDADE

DOUGLAS ALMEIDA | AGENDA NOSSA MERITI



O município de São João de Meriti é pequeno territorialmente, mas possui uma vasta história, seja pelo imaginário de cada um dos seus 500 mil habitantes, seja pela memória que o tempo não apaga. Se o tempo em si não apaga, a falta de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural de uma cidade é capaz de omitir de seus habitantes aquilo que compõe a verdadeira essência de um lugar.

O patrimônio cultural é composto por bens materiais ou imateriais que formam a identidade de um povo e ajudam a contar a sua história. Em São João de Meriti, por exemplo, é muito comum a Igreja da Matriz ser colocada como o principal símbolo da cidade, dialogando com o início do povoamento onde a igreja foi instalada ao lado do rio Meriti, o que dá a referência ao nome São João “do rio Meriti”. Atualmente, a Igreja Católica possui proporcionalmente um número menor de fiéis do que no passado, o que pode trazer a reflexão de que se antes este símbolo já não representava toda cidade, agora tampouco. Não quero que o nome do município mude, muito menos que deixem de usar a igreja como símbolo. Contudo, a variedade de símbolos e um passado contado de forma ampla e democrática fazem com que uma narrativa sobre a cidade não seja única, mas diversa.

Por eu ser católico praticante nunca me incomodei em usar a foto da igreja ou da Praça da Matriz com a igreja ao fundo como referência para a cidade, mas comecei a perceber a ausência de outras referências espalhadas pelo município, necessárias inclusive para mostrar que São João não é apenas a sua região central, onde fica localizada a Igreja da Matriz. Nesse sentido, a valorização da pesquisa e a difusão de outros símbolos são fundamentais para fortalecer a identidade da população com o território. Neste texto, vamos destacar três eixos: a religiosidade, a memória das nossas referências e a construção de novos símbolos.

Não duvido que num futuro próximo, alguma igreja pentecostal ou neopentecostal seja colocada como um dos símbolos da nossa cidade. É um movimento natural, pois a religiosidade é algo que já está representado como uma manifestação popular. O que não pode acontecer nesse processo é a manutenção da omissão, por parte de muitos formadores de opinião e da própria institucionalidade do município, das religiões de matriz africana como patrimônio material e imaterial da cidade.

No 1º Censo das Casas de Religiões de Matrizes Africanas, em 2011, mais de 290 casas de umbanda e candomblé foram cadastradas, um número provavelmente subnotificado, pois levantamentos não oficiais apontam cerca de 400 terreiros na cidade. Para servir de referência, esse número é bem maior que o de comunidades católicas. O Museu Memorial Iyá Davina, em São Mateus, possui mais de 120 itens inventariados, entre objetos sagrados e de uso rotineiro. O Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá, em Coelho da Rocha, se tornou o primeiro terreiro de candomblé tombado no estado do Rio de Janeiro. Infelizmente, com exceção do povo de axé, das pessoas atendidas por ações de solidariedade e luta social que muitos terreiros estão na linha de frente e de pessoas que se aproximam por meio de movimentos e instituições, muita gente não conhece essa parte da história.

Tal como na religiosidade, onde a religião de origem negra e africana não possui o mesmo espaço que a religião de origem branca e europeia, a memória das nossas principais referências também pouco é destacada, como a do Almirante Negro, Marinheiro João Cândido. Se nos últimos anos sua história tornou-se objeto de luta de instituições, ativistas, partidos e de seu filho, Candinho, por outro lado, essa referência ainda não está enraizada na população, algo que deveria ser motivo de orgulho para todo meritiense que essas terras serviram de repouso para um herói nacional.

Posso aqui citar algumas das referências em que João Cândido é homenageado na cidade. O título de cidadão honorário dado pela Câmara de Vereadores de São João de Meriti tem o seu nome, próximo da Praça da Bandeira, em Vilar dos Teles, há um busto em sua homenagem, o centro de formação do Regional São João da Diocese de Duque de Caxias, um dos núcleos do PSOL Meriti e espaços de organizações do terceiro setor levam como marca o seu nome.

Com a arte, sua história vem sendo lembrada. Em 2019, foi lançado pela Cia Cerne, companhia de teatro do município, o espetáculo Turmalina 18-50, que conta a história do líder da Revolta da Chibata, de 1910. O projeto de arte urbana Negro Muro fez, em 2021, um painel no muro da casa onde o Almirante Negro morou em Coelho da Rocha. Esperamos que a partir disso a prefeitura possa manter esse espaço promovendo o local como um roteiro turístico e cultural da cidade. São ações importantes para o direito à memória de um herói negro, que não escondem a necessidade da inauguração do Museu João Cândido, que tem como Frei Tatá um dos grandes defensores, seja no bairro Vila São José, onde obras já foram iniciadas ou em outro espaço no município.

Vimos até aqui a dificuldade naquilo que deveria ser um movimento natural de preservar o patrimônio imaterial e potencializar a diversidade cultural de uma cidade. Nesse sentido, se há dificuldade em referenciar o que representa o diverso no passado, hoje já precisamos falar do que representará a diversidade no futuro. A construção de novos símbolos é um passo que precisa ser dado, desde a cultura periférica do audiovisual, das rodas de rima, saraus etc. até os espaços de socialização que as praças, as ruas e os equipamentos de cultura e educação podem oferecer.

São João de Meriti tem, por exemplo, uma unidade do IFRJ. Para no futuro ser reconhecida como uma cidade educadora, esse campus precisa ganhar destaque e se tornar motor de desenvolvimento do município. Hoje, infelizmente, muita gente não conhece o Campus São João de Meriti. Não há sinalização nas principais vias que indique como chegar, não há uma rua que liga o campus à Rodovia Presidente Dutra, mesmo ele estando a poucos metros dela. Perde todo mundo, moradores do entorno, alunos, professores.

A história, assim como a sociedade, não é estática. A todo instante processos são ressignificados e fatos do passado são contados de formas diferentes, a partir da inserção de atores e atrizes da sociedade que antes foram propositalmente marginalizados por quem detinha a caneta do poder. A contínua construção da história de uma cidade passa pelo incentivo a programas que valorizem a pesquisa, o registro, a difusão, a legitimação, a preservação das manifestações culturais populares das periferias urbanas. Que possamos dar voz à história que a história não conta.

8.5 FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CADEIA PRODUTIVA DA CULTURA

BRUNO BORJA | COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO BAIXADA CULTURAL (OBAC) E DA UFRRJ - NOVA IGUAÇU

JOÃO GUERREIRO | COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO BAIXADA CULTURAL (OBAC) E IFRJ - NILÓPOLIS



Quando pensamos no papel da cultura na Agenda Rio 2030 e, mais especificamente, na necessidade de promover cursos de formação artística, integrando as artes e a cadeia produtiva da cultura, nos vêm à mente um texto pioneiro de Isaura Botelho,¹²³ onde ela afirma que “a ação sociocultural é, em sua essência, ação micro que tem no município a instância administrativa mais próxima desse fazer cultural”. Nos aponta, ainda, que um dos papéis da política cultural é atuar na organização da produção cultural estimulando, por diferentes mecanismos, “a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura”.

Num olhar para o desafio da formação na cadeia produtiva da cultura, Albino Rubim,¹²⁴ a partir da sua experiência como secretário estadual de Cultura da Bahia, nos lembra que um dos requisitos essenciais para a vitalidade da institucionalização e da organização do campo da cultura é a formação qualificada de agentes culturais, pois, “sem isto, sistemas, planos, fundos, espaços de participação, enti-

123 — BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/cf96yZJdTvZbrz8pbDQnDqk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

124 — RUBIM, A. A. C. Pensar, agir e organizar o campo da cultura. In: SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA. Coleção política e gestão cultural. 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

dades representativas, gestão e as próprias políticas culturais correm risco e perigo”. Isto é, sem conteúdo humano qualificado, a estrutura institucional da cultura se torna oca.

Ao discutir o papel da participação social na produção de políticas culturais no território, Calabre¹²⁵ (2009) defende que sua elaboração democrática depende de pactuar a ação do Estado – que deve garantir à população seus direitos culturais – com outros agentes participantes: gestores, produtores e consumidores. Ou seja, a cadeia produtiva da cultura tem uma gama variada de atores e o desafio é articular sua participação no desenho de políticas culturais territorializadas.

Nessa perspectiva, vemos os desafios, oportunidades e urgências que temos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) em termos de formação cultural. Desafios de articulação das diversas instituições de pesquisa e ensino superior (Ipes), principalmente as de natureza pública e que possuem cursos de formação em produção cultural, artística e de cultura. Fazer esse mapeamento é urgente e necessário, para articular a oferta de cursos de extensão que possibilitem a qualificação de um crescente número de fazedoras/es culturais da região.

Uma das oportunidades que se apresenta para a oferta desses cursos é a utilização de tecnologias de informação e comunicação – conjugada com políticas de democratização do acesso à internet, como indica o ponto 8.5 da Agenda Rio 2030. Experiências de oferta de cursos de formação em produção cultural e elaboração de projetos culturais vivenciadas durante o período de pandemia (2020/2021) apontam a validade dessa alternativa. Cursos remotos, porém, ao vivo, possibilitando a relação dialógica e a interação entre todas/os, propiciando a troca de saberes entre participantes de regiões tão diversas como as que compõem a RMRJ, notadamente sua periferia.

125 — CALABRE, L. Gestão cultural, participação social e direitos no campo da cultura: considerações preliminares. In: Oficinas do Sistema Nacional de Cultura/Organização: Lia Calabre. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. Disponível em: <http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/MinC-2006-Oficinas_do_sistema_nacional_de_cultura.pdf>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

Uma ação planejada de cursos de formação remotos poderia ter um amplo alcance, se fosse articulada com as Ipes da região e com os órgãos municipais de gestão cultural. Tal iniciativa teria um grande potencial de impacto na formação artística e cultural, especialmente nas periferias, garantindo acesso à internet nas Ipes ou nos equipamentos do município, sem comprometer a qualidade da formação, nem a renda da população com longos deslocamentos. Questão importante, particularmente devido à histórica precariedade da mobilidade urbana na RMRJ, como aponta a Agenda Rio 2030. Além do mais, essa proposta visa fortalecer as Ipes como equipamentos culturais nas regiões periféricas – efetivos espaços de formação e produção cultural.

No entanto, a oferta dos cursos que atuem junto aos elos da cadeia produtiva da cultura deve ser produto de um mapeamento de demandas que tenha como agente central os representantes dos fóruns locais e regionais de cultura, que são atores sociais mais próximos das/os fazedoras/os culturais nos municípios. Ao mesmo tempo, tais fóruns poderiam atuar na definição de outra importante ação de impacto na economia da cultura: criar calendário cultural e turístico das cidades. A participação dos fóruns é uma forma de fortalecê-los, como local de debates e construção de políticas culturais locais e, também, de reconhecer seu papel de representantes dos diversos interesses que atuam nos territórios e que precisam se expressar na definição das atividades culturais a ser apoiadas nos municípios, ampliando a diversidade de expressões representadas.

A criação de calendários culturais, sobretudo no que tange às práticas culturais emergentes nos territórios, poderia desempenhar um papel impulsionador das manifestações artísticas e culturais em sua diversidade. Para além da dimensão turística e econômica das grandes datas e festividades da cultura popular, deve-se pensar na qualidade do desenvolvimento dessas expressões culturais, na medida em que dependem dos espaços públicos para sua produção e fruição. Ou seja, conforme salienta o ponto 8.4 da Agenda Rio 2030, um calendário cultural poderia garantir o uso democrático e menos burocrático dos espaços públicos, fortalecendo a cadeia produtiva da cultura.



CAP 9 | ASSISTÊNCIA SOCIAL



DE OLHO NA AGENDA RIO 2030:

Garantir acesso aos benefícios sociais, ampliar o número e a qualidade dos equipamentos de assistência, expandir a formação e a contratação de profissionais, estruturar bases de dados sobre pessoas em vulnerabilidade.



9.1 AVANÇO DA EXTREMA POBREZA EXPÕE SOBRECARGA E SUCATEAMENTO DO SUAS

Neste texto, o foco é o debate sobre a ausência de um sistema integral de proteção social, que assegure os interesses da população vulnerabilizada, invisibilizada e silenciada. E seus impactos na falta de educação, saúde e da garantia de direitos básicos, universais e constitucionais. Não tem a pretensão de culpabilizar a crise sanitária e financeira que assola atualmente o Brasil, e que forçosamente fazem a população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro colher os resultados dos progressos anos de crise políticas estrutu-

9.2 O AUMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA REGIÃO METROPOLITANA



No artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos é afirmado que todo indivíduo tem o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Em 2020, a cada nove horas uma mulher foi morta no Brasil. Números alarmantes que revelaram o desconfiável silêncio das casas, que se tornaram os lugares mais perigosos para muitas meninas, jovens e mulheres. A pandemia às sombras, como denominada pela ONU, confinou vítimas e agressores, indicando mundialmente a escalada dos abusos e da violência doméstica.

De março a agosto de 2020 foram notificados 304 casos de feminicídio, 11% a menos do que o mesmo período de 2019. Pesquisas realizadas por coletivos de jornalistas – “Um vírus e duas guerras” – dão conta que quando iniciou o processo de isolamento por conta da pandemia, 195 mulheres foram mortas em 20 estados.

Esses números são chocantes, mas não dão conta das subnotificações, desnudadas quando identificam-se os números de óbitos e agressões sofridas por mulheres. Dados como raça, identidade de gênero e orientação sexual ficaram de fora da maioria das pesquisas, e isso é problemático, notadamente quando analisamos as denúncias do aumento de mortes de mulheres e meninas na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e as variáveis raça e gênero não são contabilizadas.

A subnotificação é um grande problema, pois ainda há confusão entre feminicídio e homicídio de mulheres. Que essa violência decorrente da não identificação por tipificação por crime, expressa a falência total do sistema. Os

números seguem em alta e independente dos imbróglis da tipificação das mortes, usada pelo estado, é claro que mais mulheres estão morrendo: mulheres negras, pobres e moradoras de áreas periféricas. Quando trazemos essa realidade para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro vemos que os números são assustadores. No ano de 2020 tivemos o registro de 65 mortes por feminicídio.

A Cidade de Deus, em Jacarepaguá, carrega a marca do primeiro lugar. Em segundo lugar, está Austin, em Nova Iguaçu (58ª DP), na Baixada Fluminense, seguido de Campo Grande (35ª DP), também na Zona Oeste da capital fluminense. Infelizmente essa realidade dialoga com os dados de 2019. A Cidade de Deus, Austin e o Centro de Duque de Caxias (59ª DP) foram os que registraram mais crimes contra mulheres e mantêm ativa a disputa pelo território em que mais morrem mulheres vítimas da violência. Apenas no mês de janeiro de 2021, foram registradas a morte de nove mulheres. Uma queda quando comparamos ao mesmo período de 2019 e a resposta vem a partir do momento em que lembramos que, por conta da pandemia, as mulheres não buscaram as redes de apoio e proteção por estarem confinadas com os seus agressores. Inúmeras organizações da sociedade civil vêm continuamente denunciando que as principais vítimas dessa violência são mulheres em vulnerabilidade.¹³²

Diante dessas vulnerabilidades é que se apresentam os cuidados e apoios ativos da assistência social. Principalmente pela atuação ativa dos/as assistentes sociais. A intervenção do assistente social nos casos de violência doméstica é realizada dentro de uma rede de atendimento, onde o trabalho é feito por uma equipe interdisciplinar para fornecer apoio e orientação nesta situação de vulnerabilidade e apoiar o cumprimento da Lei Maria da Penha (11.340/2006). Cabe ao profissional da assistência identificar e conhecer as formas

132 ——— Organizações como Criola, CEPIA, Programa Social Sim! Eu Sou do Meio, Mulheres da Baixada, Feminicidade, Fórum Estadual das Mulheres Negras RJ, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Regional Rio de Janeiro, Roda das Mulheres Apadrinhe um Sorriso, Teia de Solidariedade da Zona Oeste vem apontando há anos por meio dos trabalhos realizados, que as mulheres que mais morrem e sofrem violência são mulheres negras, indígenas e moradoras de regiões periféricas.

de violência que se desenvolvem dentro do ambiente familiar e buscar, a partir dos equipamentos fornecidos pela assistência social, incidir sobre a questão. O assistente social é uma parte fundamental desse trabalho de prevenção e combate à violência doméstica e de gênero, pois ele(a) detém o conhecimento necessário para melhor acolher as vítimas diante das variadas formas de violação à integridade física, psicológica ou jurídica.

De acordo com Flávia Mendonça, assistente social entrevistada: “A assistência social pode contribuir na luta contra a violência sofrida por mulheres. A rede de assistência é ampla e serve para acolher e possibilitar o cuidado necessário para as vítimas”. A rede de atendimento é estabelecida pela articulação entre instituições e serviços, para a efetivação das leis e políticas destinadas ao combate à violação dos direitos das mulheres. Essa rede de atendimento é composta de quatro setores principais: saúde, justiça, segurança pública e assistência social. A Lei Maria da Penha garante em seu artigo 9º.

“A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso” (Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006).

Dentro dessa rede, na mesma lógica da saúde, o Cras é a porta de entrada na assistência social onde o assistente social faz um trabalho de prevenção e fortalecimento de vínculos com grupos ou atendimentos individualizados em algumas situações de violação de direito. Por meio do Cras, a rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica tem maior articulação entre os setores/serviços pela urgência dos casos. O assistente social no seu comprometimento com a liberdade e a justiça social está ligado às lutas para promover e garantir a conquista de políticas e leis direcionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Logo, proteger as mulheres vítimas de violência é potencializar uma sociedade justa e igualitária. Todos ganham.

9.3 ENTRE OS 22 MUNICÍPIOS DA RMRJ, OITO ESTAVAM COM SUA REDE DE CRAS SOBRECARRREGADOS EM JUNHO 2021



Como explicado anteriormente, o NOB-Suas determina que o número máximo de famílias atendidas por um único Cras é de 5.000. No entanto, com base em dados do CAD-Suas, de junho de 2021, dos 22 municípios da Região Metropolitana, oito ultrapassam o limite, número superior ao apontado no Mapa da Desigualdade (2020). Em 2021, a média de famílias atendidas na RMRJ passou a ser de 5.421, quando em 2020 era de 4.973, o que aponta um aumento substancial da situação de vulnerabilidade com o avançar da pandemia de Covid-19.

Essa capacidade limite de um Cras está relacionada, além do número de famílias do território, à estrutura física e à quantidade de profissionais que atuam na unidade. Ou seja, caso observemos com maior detalhe os casos mais extremos, como o de Nova Iguaçu, por exemplo (12.724 famílias por Cras), a situação tende a ser ainda mais preocupante. Escolhemos observar esse indicador já que o repasse do piso básico fixo destinado ao acompanhamento e atendimento às famílias é baseado nele.



Em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Duque de Caxias há menos da metade dos Cras necessários para atender as famílias. Entre os 22 municípios da RMRJ, oito estão com rede de Cras sobrecarregados.

Fonte: Ministério da Cidadania, cadastro único para programas sociais (junho/2021)

Média de famílias no Cadastro Único atendidas por Cras:

Nova Iguaçu
15.156

Rio de Janeiro
12.252

São João de Meriti
10.663

Duque de Caxias
10.614

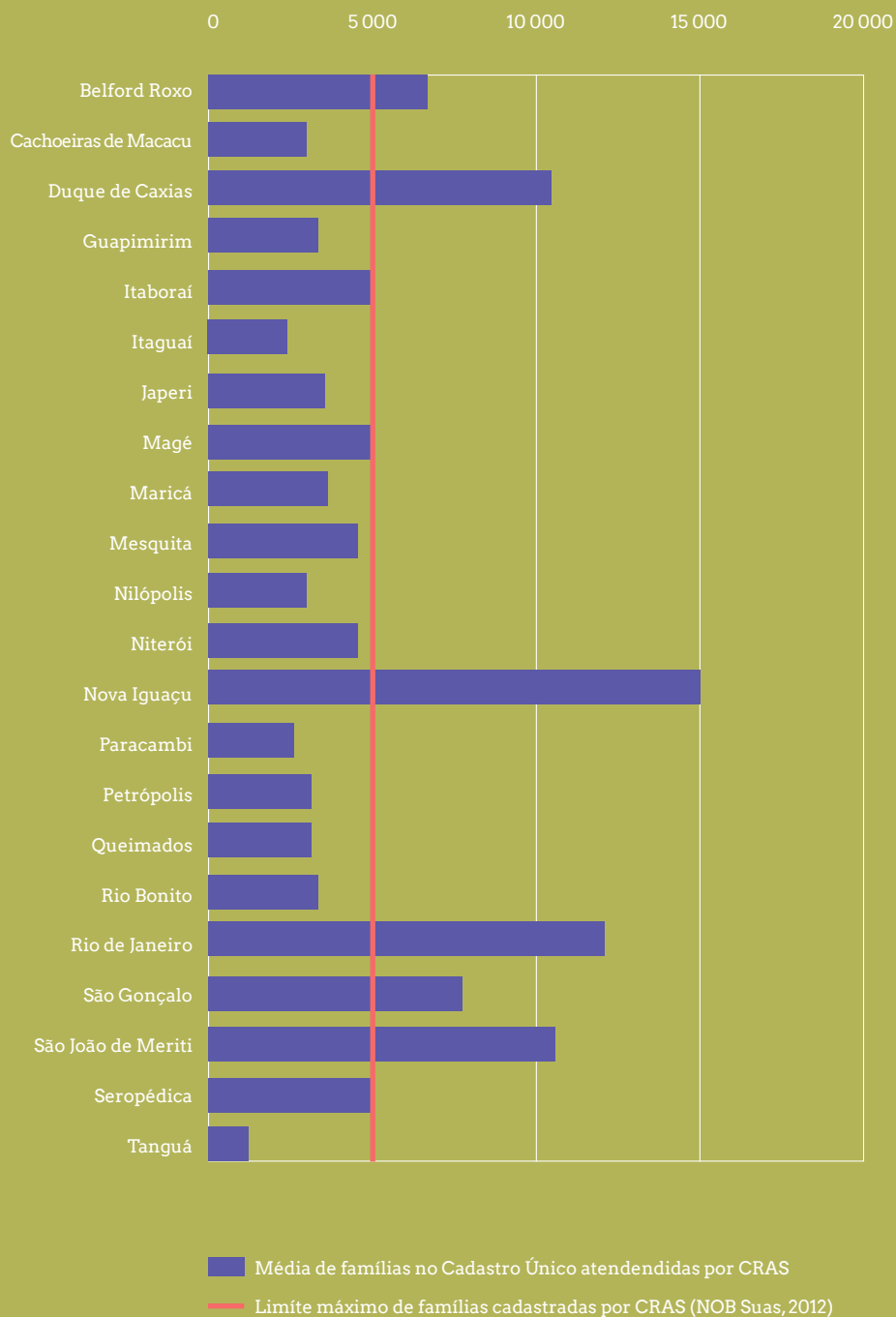
São Gonçalo
7.780

CRAS

NÃO HÁ VAGAS

LOTADO

Nova Iguaçu precisa triplicar a sua capacidade de atendimento para atender a norma do SUAS.



9.4 EM SÃO GONÇALO, "NOVOS RUMOS" NÃO ENFRENTA UM VELHO PROBLEMA: A FOME

AMANDA OLIVEIRA E JENNIFER DIAS | AGENDA SÃO GONÇALO 2030



Como falar de (in)segurança alimentar e nutricional em nível municipal? Não existem dados institucionais em muitos municípios do nosso estado, São Gonçalo é um desses casos. Em 2018 a insegurança alimentar em seus diversos níveis atingiu 32,10% da população do estado do Rio de Janeiro, que sofreu desde a preocupação com qualidade e quantidade de alimentos até chegar à situação de fome. No Brasil, nesse mesmo ano citado, 36,7% da população estava nessa situação, pior que em 2004, quando houve a criação e intensificação das ações federais para a promoção da segurança alimentar e nutricional da população brasileira.¹³³

Em 2020 a pandemia do coronavírus intensificou o problema: 55,2% dos brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar, com 19,1 milhões de pessoas passando fome, de acordo com os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.¹³⁴ Todos os dias circulam nas redes sociais fotos de supermercados anunciando a venda de sobras de alimentos que usualmente não são consumidas. Doações dessas sobras também têm sido rotineiras. Matérias de jornal então, nem se fala: ensinando a aproveitar alimentos mofados e/ou próximos da data de vencimento, receitas de miojo gourmet, como fazer a comida render, entre tantos outros absurdos que tentam nos fazer engolir seco. Falando em engolir, vale destacar mais uma vez que 9% da população brasileira em 2020 não engoliu

133 — Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

134 — Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil - Vigisan

uma comida sequer e 22,2% nem água potável. O acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo a água é essencial para a dignidade humana. Na busca pelo mínimo de dignidade, mais pessoas vêm sofrendo acidentes e até morrendo ao cozinhar alimentos utilizando álcool, pois acabam priorizando a renda para a compra de alimentos em vez de outras despesas, incluindo botijões de gás. Dignidade a que custo?

Aumento do desemprego, trabalho informal precarizado, auxílio emergencial insuficiente, expansão dos investimentos em agronegócio, baixo investimento na agricultura familiar e na produção de base agroecológica, mudanças climáticas, aumento na prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, sistemas alimentares comandados por grandes corporações, descontinuidades no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), tentativas de enfraquecimento do SUS e do Suas são alguns dos diversos problemas em nível nacional que impactam de maneira negativa a situação alimentar e nutricional da população. Na falta de uma coordenação nacional decente, estados e municípios precisam estar mais atentos e agir para ao menos mitigar os efeitos das desigualdades.

Entre os 5.570 municípios existentes no país, São Gonçalo é o 16º mais populoso, de acordo com estimativas de 2021. Segundo dados de 2010, caracteriza-se como uma metrópole majoritariamente negra (55,96% da população), somada a população preta (11,92%) e parda (44,04%).¹³⁵ Pessoas brancas, amarelas e indígenas são 43,48%, 0,44% e 0,06%, respectivamente. Em 2020 cerca de 48,1% da população estava elegível a receber o auxílio emergencial, parte já era beneficiária do Bolsa Família e CadÚnico¹³⁶. Sabendo ainda que a insegurança alimentar atingiu, sobretudo de forma grave pessoas em trabalho informal, do sexo feminino, pretas e pardas, não há como assegurar que a população gonçalense teve e tem pleno acesso a alimentos, com quantidade e de qualidade decentes. Diversos coletivos de São Gonçalo vêm buscando unir-se em torno de agendas comuns. É

135 — Censo Demográfico, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

136 — Disponível em: <aplicacoes.mds.gov.br>. Acesso em: 1 de julho de 2021.

na experiência deles que nos apoiamos para responder a pergunta inicial do texto. A equipe da Cozinha Solidária do Movimento dos Trabalhadores Sem - Teto (MTST) no bairro de Santa Luzia relata desde o ano passado o aumento na procura de refeições, como café da manhã e almoço. O Por Gentileza também intensificou suas ações próximas ao ex-lixão de Itaoca por meio da distribuição de tickets alimentação. O Mulheres da Parada vem constantemente pedindo doações em dinheiro a fim de abastecer as prateleiras do Mercado Solidário para que moradoras e moradores da Parada São Jorge possam levar para casa os gêneros alimentícios que precisarem, sem custo algum. O SOS Lixão de Itaoca vem promovendo ações beneficentes diversas para obter verba e reverter em gêneros alimentícios para doação. O assentamento da Fazenda Engenho Novo, articulado com o Projeto de Extensão em Agroecologia da UERJ (Projeto Kamuatá) vem organizando sua documentação para produzir e vender alimentos in natura no âmbito dos programas municipais. Existem outros diversos projetos da sociedade civil gonçalense que atuam na tentativa de minimizar os impactos negativos que a insegurança alimentar e nutricional vem causando.

No mês de setembro o coletivo Ressuscita São Gonçalo, com o apoio da Casa Fluminense, iniciou a realização de encontros para fomentar diálogos sobre a Agenda 2030 e encaminhar demandas ao poder público. O primeiro teve como tema a soberania e segurança alimentar e nutricional. Nesse mesmo mês, a prefeitura lançou a versão inicial e a consulta pública do plano estratégico denominado “Novos Rumos”, que destinará recursos recebidos com a privatização da Cedae para ações contidas no plano. Nenhuma ação planejada nesse plano abordou a questão da segurança alimentar e nutricional municipal.

Diante dos dados apresentados acima, urge a necessidade de intervenções que não sejam meramente pontuais, e sim estruturais. Estamos tratando de um problema complexo e grave. De uma coisa sabemos: o enfrentamento das diversas violações de direitos humanos não se dará de forma individualizada, muito menos sem estarmos nas discussões municipais pressionando e cobrando ações dos mais diversos setores. Afinal, esses novos rumos provavelmente nos levarão a algum lugar, mas qual? Para nós, o “qualquer lugar” não é uma opção.

9.5 AMPLIAR NÚMERO DE ABRIGOS PÚBLICOS E A IMPORTÂNCIA DA REALIZAÇÃO DE CENSOS DAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA

DÉBORA SILVA | AGENDA BELFORD ROXO 2030



O aumento do desemprego e da pobreza, articulado à fragilidade das instituições públicas de proteção social, tem feito com que cada vez mais brasileiros e grupos socialmente vulneráveis passem a viver nas ruas das cidades brasileiras.

É inegável que precisamos fomentar ações que coloquem em pauta de forma mais frequente, a luta pela implementação de políticas públicas para as pessoas em situação de rua. Essa população representa um número expressivo de pessoas que são invisibilizadas, vivendo diariamente a experiência de não pertencer, e de não poder ter, relegadas ao processo de desumanização histórica, que é muito bem demarcado pela cor da pele negra.

Antes mesmo da Covid-19, com todo o agravamento da situação econômica e social do país, essa população estava aumentando de forma exponencial nas ruas das cidades, e com esse aumento vem junto a dificuldade de acesso aos direitos básicos. E na pandemia o que era ruim, piorou! Muitos não conseguiram o auxílio emergencial, pois este dependia de um número de celular para o recebimento do benefício, bem como internet, e se tratando da vacina, há lugares que dificultam a vacinação, exigindo que a população apresente uma comprovação de que está nas ruas. É necessário o fortalecimento do Suas, que muitas vezes é a porta de entrada por onde essa população busca seus direitos e acessa os serviços. Nos úl-

timos anos, o Suas, tem sofrido desmonte atrás de desmonte, o que traz sérios prejuízos ao atendimento dos serviços socioassistenciais, as abordagens sociais são serviços tipificados na assistência social, e que infelizmente vemos a desconstrução em diversos municípios.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pelas análises preliminares, foram retiradas das variáveis do Censo Suas e quanto o fator de utilização diário pelo CadÚnico, que a população em situação de rua chegou a quase 222 mil pessoas em março de 2020, e com certeza esse número aumentou com a crise econômica alargada pela Covid-19, e entre as pessoas sem moradia, estão desempregados, trabalhadores informais, como guardadores de carros, vendedores ambulantes e recicladores. Entretanto, não há um plano nacional que avalie as causas dessas pessoas estarem nas ruas. É importante ressaltar que a contagem desse público é mais difícil de ser feita, do que as pessoas domiciliadas, inclusive por isso há uma tendência à subestimação dos fenômenos. A medida que se tem é a da população em situação de rua que o poder público consegue enxergar. É necessário a inclusão dessa população no próximo censo nacional, a integração dos sistemas da assistência social CadÚnico e do e-SUS, com dados da atenção primária, incluindo as equipes de consultório na rua; e a construção de uma diretriz nacional para que o atendimento seja feito de forma igualitária em grandes cidades e municípios.

No levantamento realizado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em 2019, pelo menos 15 mil pessoas viviam nas ruas do estado do Rio de Janeiro. O governador Cláudio Castro (PL), no dia 25 de agosto de 2021, regulamentou duas leis importantes: a 8.823/2020 e 9.302/2021, a regulamentação foi realizada através do Decreto nº 47.736/2021. As normas instituem a necessidade de efetivação, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de vulnerabilidade. A Lei nº 9.302/2021 criou a Política Estadual para a População em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro. Entre as propostas da medida está a garantia de cuidado compartilhado por políticas de saúde e assistência social para gestantes nessa condição. E a Lei nº 8.823/2020, autoriza o estado a criar centros de acolhimento e abrigamento para a população em situação de rua e vulnerabilidade social, pela utilização

de prédios públicos ou privados, enquanto perdurarem os efeitos da pandemia.

A Defensoria Pública em 2019 estimou que, na cidade do Rio de Janeiro havia 5 mil pessoas vivendo nas ruas, já dados fornecidos em outubro de 2020 pela prefeitura através do Censo da População de Rua, essa população foi para 7272, e não há dúvidas de que essa população já aumentou. Os abrigos existentes têm apenas 2.600 vagas, porém outro problema é que muitos desses abrigos são em bairros distantes de onde as pessoas acessam algum tipo de renda. Há abrigos em Paciência e Jacarepaguá com 200, 300 vagas, que não têm sua capacidade total atingida por serem distantes do Centro. Falta interesse para abertura de abrigos menores que sejam humanizados, e próximos de onde essa população construiu algum tipo de vínculo. No Rio de Janeiro, dos 63 abrigos em funcionamento só atendem apenas 2,3 mil pessoas, menos que 15% da população, e estão em condições precárias, quebrados, sujos, infestados de bichos, alguns sem alvará ou água quente, e casos de violência foram denunciados nesses espaços. A pandemia agravou problemas anteriores e revelou a insuficiência dos modelos de abrigos até então implementados.

Importante destacar que a última atualização para traçar o perfil das pessoas em situação de rua foi realizada em 2017, com a Política Nacional para a População em Situação de Rua e mostra que essas pessoas são 82% do sexo masculino; 53% com idade entre 25 e 44 anos; 67% são negros; a maior parte (52,6%) recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais. Desses, 70,9% exercem alguma atividade remunerada – ainda que precária. Apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Concluimos que, sem investimento, essa população continuará no processo de desumanização e relegada à invisibilidade histórica. Cabe aos conselhos, sociedade civil, movimentos sociais, fazer pressão no poder público para que as leis existentes se materializem. Precisamos de ações políticas céleres, que deem conta do aumento de pessoas que não conseguem mais pagar seu aluguel e vivem nas ruas, muitas famílias com crianças sem teto para morar. Deve ser urgente a ampliação das ofertas de acolhimento institucional e abrigo na perspectiva de baixa exigência, ampliação da estratégia de trabalho e renda, e a construção de estratégias de habitação e moradia, como o aluguel social.



CAP 10 | GESTÃO PÚBLICA



DE OLHO NA AGENDA RIO 2030:

Garantir transparência e participação social nas tomadas de decisão, impulsionar a cultura antirracista e antissexista nos serviços públicos, democratizar e territorializar o orçamento, estimular práticas sustentáveis.

10 REDUZIR AS
DESIGUALDADES16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES17 PARCERIAS
E MEIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO

10.1 TRANSPARÊNCIA, PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA

A história da antiga capital do Império está marcada pela corrupção e desvio de recursos públicos por seus governantes, esse histórico tem arruinado o estado do Rio de Janeiro tornando urgente o tema da gestão pública. A falta de transparência, planejamento e participação social está contribuindo para o desgaste que temos vivenciado nesse setor.

“Os desafios da vida pública no Rio são bem conhecidos. Centralização decisória, fragmentação institucional, debilidades técnicas e gerenciais, aversão à transparência, patrimonialismo e corrup-

ção. No entanto, apesar dessas questões terem graves desdobramentos sobre a qualidade da oferta dos serviços públicos e, portanto, incidirem diretamente na vida das pessoas, o tema da gestão pública ainda permanece subterrâneo nas discussões políticas, restringindo-se no debate público a poucos grupos sociais e políticos.” (Almanaque Agenda Rio, 2018).

Nos últimos anos cinco governadores foram presos ou afastados: Luiz Fernando Pezão, que foi preso em 2018; Sérgio Cabral, que foi preso em 2017, foi condenado em 11 ações penais da Lava Jato e já acumula uma pena total de 233 anos e 11 meses de prisão; Anthony Garotinho, que já foi preso cinco vezes; Rosinha Garotinho e Moreira Franco. Os crimes envolvem abuso de poder político, recebimento de propina, organização criminosa e crimes eleitorais.

Todo escândalo que emergiu com a prisão dos governantes, trouxe à tona a falta de transparência com o investimento público e o superfaturamento de obras públicas. Cabe lembrar que o estado se beneficiou com *royalties* do petróleo e sediou as Olimpíadas de 2016 e a Copa de 2014.

Por isso a importância de leis como a de acesso à informação sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamentando o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.¹³⁷ O Rio de Janeiro, segunda maior metrópole brasileira, ocupa a 22ª posição entre os 27 estados da Federação na escala Brasil Transparente que busca avaliar o cumprimento dos itens básicos estabelecidos pela lei. A nota do estado do Rio é de 7,8 estando abaixo da média dos estados, que é de 8,84.¹³⁸

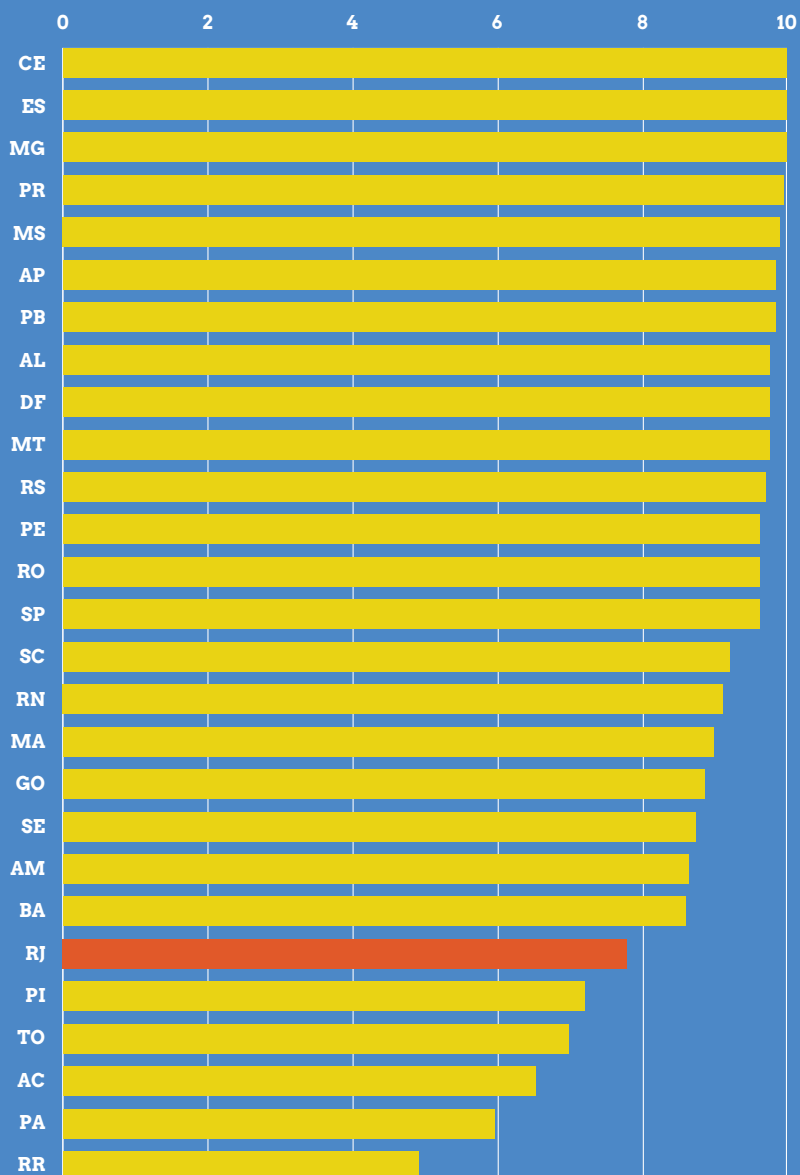
137 — Sobre a lei de acesso à informação. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao/sobre-a-lei-de-aceso-a-informacao>> Acesso em: 8 de outubro de 2021.

138 — Controladoria-Geral da União. Mapa Brasil transparente. Disponível em: <<https://mbt.cgu.gov.br/publico/home>> Acesso em: 8 de outubro de 2021.



Grau de Cumprimento da Lei de Acesso a Informação na Escala Brasil Trnsparente, CGU.

Fonte: CGU.



Os dados do Painel da Gestão Municipal, organizado pela Casa Fluminense, também nos revelam que apenas três municípios possuem Planos de Mobilidade e 13 ainda não concluíram a atualização do Plano Diretor. Quando somamos a baixa qualidade técnica de muitos dos planos, a ausência de servidores públicos capacitados e a falta de prioridade dos prefeitos para a implantação dos planos municipais, é possível perceber o longo caminho a ser percorrido para que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro adote um novo padrão de planejamento e transparência.

A partir da construção ativa de diálogos propositivos com a rede de parceiros da sociedade civil, a Casa Fluminense vem produzindo há anos a Agenda Rio 2030, cujos eixos retratam propostas em diferentes setores da gestão pública. Em 2020, junto com a Agenda Rio 2030, a Casa lançou também o Mapa da Desigualdade (2020), um retrato das ausências, deficiências e problemas enfrentados pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

O Rio de Janeiro conta com uma sociedade civil muito ativa, com pessoas e organizações dedicadas ao longo dos anos à construção da agenda pública da cidade, da metrópole e do estado. No entanto, infelizmente, o reconhecimento disso e a capacidade de construção compartilhada não tem sido a característica do governo do estado e da grande parte das prefeituras. As ações de planejamento precisam garantir a participação da sociedade civil no Plano Diretor, no Plano de Metas, nos conselhos e demais espaços participativos. A partir da escuta ativa e das consultas, o Poder Executivo abre espaço para a construção de políticas públicas participativas.

Em 30 de abril de 2021, o governador Cláudio Castro, em uma manobra política, derrubou o veto da Alerj contra o leilão da Cedae e realizou a concessão de

três¹³⁹ dos quatro blocos ofertados. O valor arrecadado de R\$ 22,6 bilhões com as outorgas será dividido entre os 29 municípios do estado que possuem Planos de Saneamento Básico para melhoria dos serviços de água e esgotamento sanitário. “A concessão prevê a garantia da qualidade da água fornecida e a despoluição de rios, lagoas e baías, com o investimento de outros R\$ 27,1 bilhões em obras pelos próximos 12 anos.”¹⁴⁰

Contudo, entre os 22 municípios da RMRJ, quatro deles, Paracambi, Queimados, Japeri e Seropédica, não possuem Plano de Saneamento Básico. Cabe destacar que o estado também possui quatro das dez cidades com piores indicadores de saneamento básico, segundo o Trata Brasil, Belford Roxo, Duque de Caxias, São João de Meriti e São Gonçalo.

O ano de 2021 também teve Plano de Metas e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro apenas duas cidades se comprometeram no desenvolvimento dessa agenda: a capital e Niterói. O Plano de Metas é um instrumento de planejamento e gestão que dá transparência aos objetivos do governo e aponta as diretrizes setoriais, iniciativas estratégicas e metas da administração municipal. É um instrumento de gestão para potencializar os resultados do governo e permitir à sociedade fiscalizar a prefeitura.¹⁴¹

139 ——— “Durante o leilão, o bloco 3, que abrange 22 bairros da Zona Oeste do Rio mais 6 municípios, foi o único que não foi vendido. Mesmo sendo a região mais barata do leilão, os moradores da área vão ficar na expectativa dos próximos passos. O objetivo do governo é conseguir vender esse bloco até o final deste ano, por enquanto o serviço de abastecimento de água na área está garantido até pelo menos junho pela Cedae.” (Casa Fluminense – matéria “O Blefe da Privatização da Cedae”. Fonte: <https://casafluminense.org.br/o-blefe-da-privatizacao-da-cedae/>).

140 ——— A concessão prevê a garantia da qualidade da água fornecida e a despoluição de rios, lagoas e baías, com o investimento de outros R\$ 27,1 bilhões em obras pelos próximos 12 anos.

141 ——— <https://casafluminense.org.br/plano-de-metas-municipal/>

Este ano a Casa Fluminense, a Nossa BH, a Rede Nossa São Paulo e o Programa Cidades Sustentáveis se articularam conjuntamente no início do ano para planejar ações locais e conjuntas que estimulassem a participação popular no plano de metas das capitais. Desse trabalho conjunto foi gerada uma Carta de Recomendações para Elaboração de Programa de Metas. O lançamento da carta foi realizado *online*.

No Rio de Janeiro a consulta pública do Plano Estratégico foi realizada durante todos os meses em que ele deveria ser escrito, e posteriormente aberto à consulta. Na Plataforma Participa.rio, a população pode responder às perguntas elencadas nos eixos estratégicos traçados pela prefeitura. Em agosto, a Casa Fluminense fez uma análise com recomendações e comentários de 31 das 93 metas apresentadas pela prefeitura. Entre as três principais recomendações, duas delas foram contempladas: a meta de saneamento na Zona Oeste e a criação do Parque de Realengo. Todavia nossa recomendação de habitação sobre o *déficit* habitacional não foi contemplada. Mas é importante ressaltar que a versão final do Plano do Estratégico do Rio ainda não foi publicada.

O dilema da economia neoliberal e do Estado mínimo ditada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que preconiza o enxugamento do quadro de funcionários públicos, se antagoniza à crescente necessidade de concursos públicos para contratação de profissionais qualificados para suprir quadros de funcionários aposentados no estado. As economias e a gestão pública estão sendo cobradas com maior frequência para cumprir as regras de compliance e accountability. Nos próximos anos, para a retomada da economia fluminense e brasileira, no cenário pós eleições, em que profissionais habilitados podem ditar as mudanças com um clique em uma rede social.

No Rio de Janeiro o governador Cláudio Castro segue com o pacote de austeridade que segundo especialistas excede as exigências do Regime de Recuperação Fiscal. No dia 5 de outubro, os deputados da Assembleia Legislativa (Alerj) aprovaram as medidas de austeridade que afetam o funcionalismo público. O projeto ficou conhecido como “pacote de maldades” devido ao impacto negativo que pode causar à população.

Os protestos dos servidores estaduais não foram suficientes para barrar a reforma que já conta com mais de 300 emendas de mudanças ao texto original. O pacote além de precarizar as conquistas trabalhistas dos servidores, também aprovou um teto de gastos afetando ainda mais áreas como a da saúde e educação, por outro lado o pagamento da dívida pública permanece intacto. A Reforma Administrativa não conta com participação social, assim como a Reforma Trabalhista de 2017 e a Reforma da Previdência em 2019, que também prometiam estimular a economia do país.

Ainda falando em acompanhamento da gestão pública, alocamento de recursos, priorização de ações e locais contemplados com investimentos capazes de afetar milhares de vidas, uma indigesta, mas esperada surpresa foi o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ter rejeitado por unanimidade as contas do ex-governador Pezão (preso), entre outros por não investir o mínimo em saúde e educação, posteriormente, as contas de Wilson Witzel (2020) também foram recusadas. Apesar das recomendações para não aprovação das contas, lamentavelmente a Alerj aprovou as contas dos ex-governadores.

A corrupção, a má gestão, o peculato, o abuso de poder e a prevaricação do antigo Império parecem terem aderido às mais sólidas estruturas do estado do Rio de Janeiro. Para uma metrópole justa, democrática, igualitária e que tenha uma gestão focada no benefício comum, ainda há um longo caminho e, ele passa por eleições de gestores sérios, forte controle social e fiscalização contínua. Como diz o ditado: é o olho do dono, nesse caso o povo, que engorda o gado.

10.2 GESTÃO E GOVERNANÇA METROPOLITANA



A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada em 1974, após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, pela Lei Complementar Federal nº 20/1974. No ano seguinte, o governo estadual criou nossa primeira iniciativa ligada ao planejamento urbano e regional: a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem). Ela promovia convênios para a elaboração dos planos diretores nos municípios, coordenava programas e projetos de interesse local e viabilizava estudos e pesquisas.¹⁴² No entanto, conflitos de competência entre a Fundação e as administrações municipais provocaram sua perda de função e esvaziamento.

Com a extinção dessa instituição de planejamento regional em 1989, uma gestão específica para tratar de assuntos em escala metropolitana ficou por muito tempo negligenciada. Os desafios da estrutura governamental no Rio de Janeiro acabaram tendo repercussão direta na falta de coordenação entre os órgãos de gestão pública, atingindo diversos setores sociais e criando graves desdobramentos sobre a qualidade da oferta dos serviços públicos na vida das pessoas.

Criada em 2014, a Câmara Metropolitana de Integração Governamental foi uma nova chance para a retomada de um planejamento metropolitano integrado. Ela tinha como atribuição a criação de um novo arcabouço legal para o modelo de governança para RMRJ, a produção de uma nova base cartográfica dos municípios da região, a criação de um Sistema de Informações Geográficas e a coordenação da construção do Plano Estratégico de Desen-

142 — <https://www.modelarametropole.com.br/rmrj/>

volvimento Urbano Integrado (PDUI)¹⁴³ trazendo temas como o aprimoramento das políticas tributárias e dos sistemas próprios de arrecadação como importantes também para as prefeituras.

Em 2018, dois fatos importantes ocorreram sobre a temática metropolitana. O primeiro foi a conclusão do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), elaborado pela Câmara Metropolitana e o Consórcio Quanta-Lerner. O segundo foi a realização da 1ª Conferência Metropolitana, em Niterói, que consolidou o processo de participação social do PDUI e elegeu representantes para o acompanhamento do Plano Metropolitanano. O terceiro foi a aprovação do Projeto de Lei Complementar 184/2016, cumprindo a determinação do Estatuto da Metrôpole sobre a criação da governança metropolitana. A lei criou uma agência executiva – Instituto Rio Metrôpole (IRM) – o conselho deliberativo, formado pelo governador e os 22 prefeitos, e o conselho consultivo, com a participação da sociedade civil, movimentos sociais, universidades, empresários, Poder Legislativo e gestores municipais na Região Metropolitana. Esses três fatos políticos são marcos no processo de retomada do Planejamento e Governança metropolitana do Rio de Janeiro.

Em 2019, o início do governo do Wilson Witzel marcou a instalação do conselho deliberativo, também chamado de Câmara Metropolitana, com a participação dos prefeitos da região. A principal pauta trabalhada ao longo do ano foi a aprovação da concessão dos serviços de saneamento básico e a privatização da Cedae.

No quesito participação social, o governo atuou para esvaziar a articulação popular que havia acompanhado o processo desde a construção do PDUI em 2015. Em setembro de 2019, na 2ª reunião do Conselho Deliberativo da Câmara Metropolitana, o então governador Witzel excluiu representantes da sociedade civil do Conselho

143 — <https://casafluminense.org.br/alerj-aprova-lei-que-institui-a-agencia-e-a-governanca-metropolitana/>

Consultivo da Câmara Metropolitana que haviam sido indicados na 1ª Conferência Metropolitana, realizada em Niterói em 2018, desconsiderando totalmente o trabalho que estava em desenvolvimento com o objetivo de tornar a gestão metropolitana uma política de estado. Infelizmente, esse ataque à sociedade civil não é um fato isolado. Ele faz parte do contexto mais amplo de aumento do autoritarismo e de violência política nos governos estadual e federal, que esvaziam os conselhos de participação social e ameaçam ativistas e movimentos sociais.

Além da atuação específica na concessão do saneamento básico e na privatização da Cedae, não é possível afirmar que a Câmara Metropolitana e o Instituto Rio Metrôpole se tornaram um espaço estratégico de coordenação de políticas e construção de soluções conjuntas para o Grande Rio. Um exemplo expressivo foi o completo silêncio de ambos sobre a crise dos transportes que impactou e ainda impacta a metrópole. A ausência de iniciativas que articulem esforços do estado e dos municípios na busca de soluções estruturais para a mobilidade na Região Metropolitana é um fato a lamentar.

Em agosto de 2021, o governo do estado lançou o Pacto RJ, um pacote de investimentos de R\$ 17 bilhões nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento social, segurança, educação, saúde, desenvolvimento econômico, cultura e lazer e meio ambiente. Infelizmente, o programa não está devidamente articulado com o Plano Metropolitanano e configura-se como um conjunto de investimentos pulverizados, com clara intenção eleitoral.

Por exemplo, uma das propostas para mobilidade urbana do Pacto RJ é a construção de um metrô leve, ligando Pavuna a Nova Iguaçu, com o custo de R\$ 1,7 bilhão. Diante da grave crise dos transportes, com queda na demanda de passageiros, redução da receita dos operadores, aumento das passagens e degradação da infraestrutura existente, o mais adequado seria investir na recuperação do sistema existente e não

criar novas estruturas. Como contraponto, a Casa Fluminense e o Observatório dos Trens lançaram uma carta com recomendações para a modernização dos trens da Supervia. Um dos pontos da carta é a defesa do investimento público na modernização dos trens metropolitanos com recursos da outorga da Cedae, nivelando-os com os padrões de conforto e qualidade do metrô.

O objetivo da gestão pública em qualquer nível é proporcionar melhorias na qualidade de vida dos cidadãos de um determinado território, seja municipal, metropolitano, estadual ou nacional. Vale ressaltar que a Constituição Federal não reconhece a instância metropolitana como um “governo”, mas sim um arranjo institucional para uma gestão compartilhada. Não obstante, segundo o Estatuto da Metrópole,¹⁴⁴ a governança interfederativa visa conduzir políticas públicas e prestar serviços de interesse comum da sociedade. São esses serviços: transporte coletivo, saneamento básico, habitação de interesse social e macro-ordenamento territorial e ambiental.

Nesse sentido, apesar dos avanços com a consolidação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e a aprovação da Lei nº 184/2018 que define a governança metropolitana, ainda falta liderança do governador para articular os prefeitos, parlamentares e a sociedade civil numa agenda prioritária de investimentos públicos e privados capazes de reduzir desigualdades e promover uma metrópole polinuclear, conforme definido no PDUI.

144 — Estatuto da Metrópole, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm>. Acesso em: 6 de outubro de 2021.

10.3 NA REGIÃO METROPOLITANA, 15 DOS 22 MUNICÍPIOS TÊM MENOS DA METADE DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO PAINEL DE MONITORAMENTO



Nesse tópico são destacados alguns instrumentos básicos de planejamento e administração pública, sejam eles exigências legais ou práticas recomendadas por especialistas, nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Estes instrumentos foram estabelecidos nas 1ª edição do *Painel de Monitoramento: instrumentos de gestão municipal no rio metropolitano*¹⁴⁵. Entre eles:

- sobre a Lei de Acesso à Informação, apenas nos portais de Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, São Gonçalo e Tanguá não há a possibilidade de realizar o pedido, seja por não haver a opção através do e-SIC ou por conta do link disponibilizado não funcionar;
- sobre o Plano Diretor, apesar de alguns municípios estarem em processo de revisão, somente Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Queimados, Rio de Janeiro e São Gonçalo estão com o instrumento atualizado;
- Japeri, Paracambi, Queimados e Seropédica ainda não possuem Plano de Saneamento e somente em Duque de Caxias, Itaguaí, Niterói, Petrópolis, Rio de Janeiro e São João de Meriti existem Planos Municipais de Resíduos Sólidos;
- os Planos de Mobilidade foram finalizados apenas em Niterói, Petrópolis e Rio de Janeiro e somente Niterói e Rio de Janeiro possuem o Plano de Metas;
- por fim, 16 dos 22 municípios participam de ao menos um consórcio intermunicipal em qualquer área.

145 — <https://casafluminense.org.br/projetos/painel-de-instrumentos-de-gestao-municipal/>



Painel de Monitoramento: instrumentos de gestão municipal no RioMetropolitano.

Fonte: ¹ Consulta individual nos portais municipais; ² pedido de Lei de Acesso à Informação endereçado ao Setrans; ³ PSAM Mapas; ⁴ Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS); ⁵ MUNIC 2019.

Instrumento De Gestão / Município	Lei de Acesso à Informação ¹	Plano Diretor ¹	Plano de Metas ¹	Plano de Mobilidade ²	Plano de Saneamento ³	Plano de resíduos sólidos ⁴	Consórcios Intermunicipais ⁵
	Solicitação via portal	ano da última revisão	existência/ano da lei	existência/ano de elaboração	existência/ano de elaboração	existência/ano de elaboração	início participante
Belford Roxo	✓	2007	✗	✗	2017	✗	✗
C. de Macacu	✓	2006	✗	✗	2013	✗	✓
D. de Caxias	✗	2006	✗	✗	2017	2017	✓
Guapimirim	✗	2003	✗	✗	2013	✗	✗
Itaboraí	✗	2019	✗	✗	2014	✗	✓
Itaguaí	✓	2016	✗	✗	2016	2016	✓
Japerí	✓	2019	✗	✗	✗	✗	✗
Magé	✓	2016	✗	✗	2014	✗	✓
Maricá	✓	2006	✗	✗	2015	✗	✗
Mesquita	✓	2006	✗	✗	2020	✗	✓
Nilópolis	✓	2006	✗	✗	2013	✗	✓
Niterói	✓	2019	2019	2018	2020	2012	✓
Nova Iguaçu	✓	2011	✗	✗	2017	✗	✓
Parabambi	✓	2006	✗	✗	✗	✗	✓
Petrópolis	✓	2014	✗	2019	2014	2014	✓
Queimados	✓	2019	✗	✗	✗	✗	✓
Rio Bonito	✓	2006	✗	✗	2015	✗	✓
R. de Janeiro	✓	2011	2021	2019	2011	2016	✗
São Gonçalo	✗	2018	✗	✗	2015	✗	✗
S. J. De Meriti	✓	2006	✗	✗	2012	2014	✓
Seropédica	✓	2006	✗	✗	✗	✗	✓
Tanguá	✗	2006	✗	✗	2013	✗	✓

10.4 GESTÃO PÚBLICA EM JAPERI (GESTÃO OU “MÁ DIGESTÃO”?)

MARIANA VIANNA | AGENDA JAPERI 2030



Japeri, uma cidade que há anos vem sendo afligida pela péssima administração dos recursos públicos, no contexto de pandemia só teve essa situação agravada. Serviços básicos, como saúde e educação, habitação e segurança, que já eram precários, tornaram-se praticamente inexistentes. Japeri, que em sua história tem um lastro de corrupção deixado pelas gestões públicas anteriores, hoje tem uma gestão apelidada por seus moradores como “má digestão”. Dessa forma, problemas herdados das administrações passadas estão sendo amplificados.

Enquanto muitas contas não batem e os gastos públicos permanecem nebulosos, a enorme “chaga” da insegurança alimentar, que já assolava tantas famílias carentes, tem se agravado. Muitas crianças tinham na escola sua única refeição principal e por conta do fechamento das escolas, em decorrência da pandemia, essas crianças tiveram seus direitos tolhidos. Os alunos das escolas públicas municipais ficaram sem receber seus kits de alimentação durante 5 meses, retornando agora no final de agosto. Além desse atraso, os alimentos ofertados vieram impróprios para consumo, segundo relato de algumas mães, conforme veiculado em matéria do RJ1 do dia 6 de setembro de 2021. Vale ressaltar que a contratação da empresa que forneceu esses kits (Nutri Foods Refeições Eireli), foi feita de forma emergencial e sem licitação, custando o montante de R\$ 16.920.974,40 ao cofre municipal. Em nota oficial a prefeitura afirmou que nenhum alimento do kit estava fora da validade.

| Dentro desse contexto, levando em consideração o longo histórico

de corrupção nos governos municipais, é imprescindível que os conselhos funcionem com liberdade e imparcialidade para que possam fiscalizar a gestão pública. Entretanto, atualmente diversos secretários da cidade estão assumindo as presidências de vários conselhos do município, secretário que assume várias “pastas” em diversas secretarias, vereador que deixa seu mandato para assumir secretaria, sendo assim, como pode ocorrer transparência, independência e total lisura para fiscalizar?

Uma gestão, que tem como *slogan* “Um novo tempo”, tem se mostrado mais do mesmo. Em 2020, foi finalizada e lançada de forma virtual a Agenda 2030 - Japeri mais humana e sustentável. Escrita por diversos coletivos da sociedade civil organizada, um deles é o Mobiliza Japeri, do qual faço parte. Nossa agenda é constituída por quatro eixos centrais, e em cada eixo, sete propostas de construção de políticas públicas para Japeri. Um dos eixos da agenda é o eixo governança que fala justamente de como vislumbramos, o assunto ser tratado e pautado no município. Inicialmente tivemos uma boa recepção, relacionada às metas propostas na agenda, entretanto, o que de fato tem acontecido é um distanciamento do diálogo proposto pela sociedade civil, de maneira geral. Ainda não há um plano de metas para a cidade de Japeri, o que temos são propostas de governo.

No eixo governança, dentro da agenda 2030, uma das pautas é a criação do orçamento participativo, no qual a sociedade civil teria abertura para participar e opinar na utilização dos recursos públicos, PPA e PLOA. No entanto, a falta de conhecimento da população em geral e a conveniência dos poderes Legislativo e Executivo, são obstáculos a ser ultrapassados. Nesse sentido, a agenda tem o papel importantíssimo de despertar a população para os seus direitos.

Por isso temos nos empenhado para que ela chegue no maior número de pessoas, influenciando uma mudança na mentalidade do japeriense e somando mais vozes que irão cobrar a gestão pública e provar que apesar de todas as dificuldades, Japeri tem suas potencialidades.

10.5 O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL E A GESTÃO DA COISA PÚBLICA

LEANDRO DAMACENO | SINDICATO DOS GESTORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (GEST-RIO)



O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) foi instituído por meio da Lei Complementar nº 159 de 19 de maio de 2017 como ferramenta para os estados que se encontram em situação fiscal crítica, com o intuito de obterem alívio financeiro temporário com a suspensão do pagamento das dívidas contraídas junto à União, bem como as dívidas que contam com garantia da União.

Para ter acesso ao RRF, o estado precisa elaborar um Plano de Recuperação, contendo previsão de receitas e despesas para os exercícios de vigência do regime e que demonstre seu equilíbrio e sustentabilidade ao final do mesmo.

Adicionalmente, são demandadas ao estado a adoção de medidas de ajuste obrigatórias e outras de contenção de despesa ou aumento de receita necessárias à obtenção do equilíbrio fiscal. Importante ressaltar que o plano proposto pelo estado precisa ser obrigatoriamente aprovado pelo governo federal.

Durante a vigência do RRF, a LC nº 159/2017 estabeleceu uma série de regras fiscais a serem seguidas pelo estado com o intuito de conferir certo controle das contas públicas dentro de regras preestabelecidas. As regras fiscais vedam, em sua grande maioria, aumentos de despesa obrigatória cujo impacto poderia inviabilizar a sustentabilidade fiscal, comprometendo a capacidade de pagamento das dívidas pelo estado no futuro.

Desde a sua instituição, o Rio de Janeiro foi o único estado que aderiu ao RRF, em setembro de 2017. Passados mais de três anos, verificou-se que a LC nº 159/2017 necessitava de alterações relativamente ao prazo de vigência e às condições de refinanciamento da dívida. Durante as discussões acerca do novo formato, os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio Grande do Norte e Amapá também participaram da elaboração do projeto junto aos poderes Legislativo e Executivo Federal. Embora estivessem em situação fiscal crítica, esses estados não conseguiam demonstrar o equilíbrio ao final do prazo máximo de 6 anos originalmente formulado para o RRF.

A Lei Complementar nº 178 de 13 de janeiro de 2021 veio, portanto, ao encontro da necessidade de se alterar as regras originalmente estabelecidas, para que outros membros da Federação tivessem condições de adesão. Além da LC nº 178/2021, a Lei Complementar nº 181 de 6 de maio de 2021 também alterou a LC nº 159/2017.

Além das novas condições oferecidas para o refinanciamento da dívida suspensa, as alterações buscaram flexibilizar as medidas obrigatórias e, principalmente, as vedações constantes do artigo 8º da LC nº 159/2017, que versam, em sua maioria, de aumento de despesas com pessoal. Por outro lado, estabeleceu penalidades pelo não cumprimento das metas fixadas no plano atualizado, exigindo maior planejamento e controle por parte do estado.

É fundamental ressaltar que o objetivo teórico do RRF deve ser o de permitir o equilíbrio e a sustentabilidade fiscal do estado, apesar do excessivo peso conferido, nas normas que regem o arcabouço legal, ao controle das despesas e à total ausência de mecanismos que estimulem o aumento de receita. O RRF não tem o condão de subtrair a independência do estado, porém, em se tratando de adesão, exige que haja comprometimento e estabelece penalidades pelo não cumprimento das regras impostas.

As alterações promovidas no artigo que trata das vedações – se por um lado reforçam e estabelecem penalidades pelo seu não cumprimento, por outro permitem que sejam compensadas, excepcionalmente no caso de impactos com valores considerados irrelevantes; ou desde que estejam previstos no plano.

Seria totalmente inconcebível a vedação ao estado durante os quase dez exercícios de vigência do regime fazer novas contratações, concursos, atualizar a remuneração de seus servidores, enfim, administrar sua força de trabalho. A recuperação fiscal não envolve apenas números, e sim todo o planejamento das contas públicas, englobando, portanto, a evolução da despesa com pessoal. Não há instituto mais competente para decidir nessa questão do que o próprio estado, consideradas as atribuições de cada poder.

Além do controle das contas públicas com o objetivo de honrar compromissos com credores, inclusive com imposição de medidas polêmicas, como uma nova reforma da Previdência e revisão do regime jurídico dos servidores do estado, o RRF deveria ser um instrumento que possibilitasse ao estado pensar o seu desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população. Afinal, o ente nacional, com base no pacto federativo, expresso na Constituição Federal como um de seus objetivos, deve olhar para a situação atual do estado do Rio de Janeiro não como uma disrupção, mas sim como um sintoma da necessidade premente de se repensar formas de efetivar a cooperação, sem que para isso a população fluminense seja penalizada.

CASA
FLUMINENSE



